

Editorial

Esta Diretoria chega ao fim de seu mandato, período 2010-12, com o sentimento de “dever cumprido”.

Esta edição, o quarto número da revista *Estudos de Psicanálise*, encerra um biênio no qual o Círculo Brasileiro de Psicanálise permaneceu na constante defesa da Psicanálise.

Da nossa parte, conseguimos manter nesse período o lançamento de dois números da revista *Estudos de Psicanálise*, por ano. Fato importante que reforça o valor acadêmico da revista, relacionado à manutenção da periodicidade de divulgação da produção intelectual da nossa área.

Em verdade, o que deve ser mencionado é que a periodicidade se deu graças ao empenho direto do seu corpo de editores, do perseverante e sempre importante trabalho da Secretaria do CBP-MG, do apoio da Diretoria do CBP, e, fundamentalmente, graças ao investimento de todos os autores que submeteram seus artigos à publicação na revista.

Em sua obra, Freud demonstra que a Psicanálise é resultado de muito estudo, investigação e clínica. Deixa claro que aqueles que estão dispostos a se aventurar no caminho da Psicanálise têm uma trajetória longa pela frente. Afinal, a formação do analista é *permanente*.

Freud nos diz que o analista se sustenta num tripé: teoria, supervisão e análise pessoal. Esta afirmação nos faz entender que, enquanto estivermos vivos, ou seja, *no movimento constante da pulsão*, precisamos estar em contínuo estudo e dedicação no campo da teoria, com persistente disponibilidade para a supervisão e, principalmente, estar com a nossa análise pessoal em dia.

A revista *Estudos* contribui para nossa bagagem teórica oferecendo artigos de alta qualidade e mantendo aberto o espaço para convidados de outras instituições e colegas estrangeiros. Esta escolha da revista, de respeito à diferença, não é tarefa fácil.

O mesmo podemos dizer sobre a ética do analista. O respeito pelas diferenças do outro, a responsabilidade pelo desejo inconsciente que age em cada um de nós e a capacidade de enfrentar as dificuldades da vida com senso de humor são alguns exemplos de atitudes éticas que a Psicanálise nos ajuda a conquistar. Como Lacan nos mostra, o analista precisa estar advertido do seu inconsciente.

Boa leitura!

Anna Lúcia Leão López
Editora

Reinvenção do sujeito e demanda judicial por reconhecimento de direitos

Reinventing the subject and judicial demand for recognition of rights

Adriana Rodrigues Antunes
Maria Consuêlo Passos

Resumo

O presente trabalho, apresentado no XIX Congresso do Círculo Brasileiro de Psicanálise, na seção “Temas Livres”, utiliza-se dos conceitos winnicottianos de experiência cultural e criatividade, propondo aproximar a psicanálise do direito. Examina-se a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça reconhecendo o direito de uma filha a receber de seu pai indenização por abandono afetivo. Argumenta-se que a propositura da ação, por parte da filha, ocorre no espaço transicional constituído pela ordem jurídica, exemplificando a ação do sujeito na cultura e o uso de símbolos culturais. A demanda por tutela judicial de um direito pressupõe a ressignificação, pelo sujeito, da dor psíquica e do dano. Assim, os afetos e emoções deixam de ser vividos, exclusivamente, no âmbito privado e são redescritos de modo a integrarem uma demanda por reconhecimento público de um direito.

Palavras-chave: Transicionalidade, Demanda judicial, Reinvenção do sujeito.

No último dia 2 de maio, os meios de comunicação de todo o país estamparam a notícia de que o Superior Tribunal de Justiça havia reconhecido o abandono afetivo de uma filha por parte de seu pai, fixando, em consequência, o valor de R\$ 200.000,00 a ser pago por ele como indenização pelo dano moral.

A ação foi ajuizada, no ano de 2000, por uma professora paulista de 38 anos, Luciane Nunes de Oliveira Souza, contra seu pai, empresário dono de uma rede de postos e de uma distribuidora de combustível. Ela alegou abandono material e afetivo durante a infância e adolescência. Luciane Souza nasceu de um relacionamento extraconjugal do pai, teve a paternidade reconhecida judicialmente, e entre 1974 e 1995, quando completou 18 anos, o pai pagou pensão alimentícia de dois salários mínimos. O STJ entendeu que houve uma ausência de contato do pai com a filha, em descompasso com o tratamento dispensado aos outros filhos. O argumento cen-

tral da decisão relatada pela Ministra Nancy Andrighi foi o de que “amar é faculdade, cuidar é dever” (STJ, DJe 10/05/2012, REsp 1159242/SP, Rel. Min. Nancy Andrighi).

A decisão, comemorada por muitos, pareceu esquisita a tantos outros. De qualquer modo, esta foi a primeira vez que um Tribunal Superior acolheu a tese da responsabilidade civil por abandono afetivo, embora a hipótese de um filho receber uma indenização por ter sofrido abandono afetivo já venha sendo discutida há algum tempo no âmbito do direito.

Não tardaram a surgir opiniões na imprensa. Entre elas, a da jornalista Eliane Brum (2012) que, na revista *Época*, questionou se “é possível obrigar um pai a ser pai?” Além disso, a jornalista prossegue em seu argumento afirmando que “a ‘filha abandonada’ encarna a época dos adultos infantilizados – e dos cidadãos-filhos diante do Estado-pai”.

A contraposição de opiniões ressalta alguns termos: amar, cuidar, abandono, faculdade, dever, obrigação, Estado. E isso parece produzir um quadro cujas imagens e traços não são imediatamente reconhecíveis. Afinal, o que é ser pai? A resposta a essa pergunta deve ser buscada no campo do direito ou da psicanálise? E o que o direito ou o Estado teriam a tratar sobre amor, cuidado ou abandono?

Para refletir sobre essas questões, proponho a seguinte hipótese, buscando aproximar a psicanálise do direito a partir do uso de conceitos winnicottianos: a demanda por tutela judicial de um direito pressupõe a resignificação, pelo sujeito, da dor psíquica e do dano. Assim, os afetos e emoções deixam de ser vividos, exclusivamente, no âmbito privado e são redescritos de modo a integrarem uma demanda por reconhecimento público de um direito.

Nessa hipótese, a interdisciplinaridade constrói-se em torno da crença na dignidade da pessoa humana. Do lado da psicanálise, Winnicott (1975) afirmou que “é através da apercepção criativa, mais do que qualquer outra coisa, que o indivíduo sente que a vida é digna de ser vivida” (WINNICOTT, 1975, p.95), enunciando uma crença fundamental a respeito da pessoa humana, crença na vitalidade criativa do ser humano. De forma semelhante, o direito contemporâneo exprime uma crença sobre o ser humano por meio da formulação do princípio da dignidade da pessoa humana.

Dito isso, organizarei a apresentação abordando, primeiro, que uso se pode fazer do conceito winnicottiano de transicionalidade para pensar o sujeito que ingressa com uma demanda judicial e que implicações isso traz para se pensar sobre a subjetividade; segundo, o que o direito tem a dizer sobre a pessoa humana, os danos à pessoa humana e, em especial, a responsabilidade civil por abandono afetivo.

1. Transicionalidade e experimentação: entre o interno e o externo, entre a emoção e a ação

O conceito winnicottiano de transicionalidade oferece um recorte para se compreender a

ação do sujeito na cultura. Embora isso possa ser estendido a muitas formas de atividade cultural, meu intento, aqui, é argumentar que, nas sociedades democráticas de direito, a ordem jurídica pode ser pensada como constituindo um espaço transicional no qual os sujeitos usam símbolos culturais, as normas jurídicas, e constroem sua experiência. Desse modo, na ação em que o sujeito reclama uma indenização do pai pelo abandono afetivo, pode-se observar que o uso das normas jurídicas relativas ao dever de cuidado e à responsabilidade promove uma ligação entre o interno – a dor psíquica – e o externo – a ordem jurídica, dimensão da ordem cultural.

Para fundamentar essa ideia, vamos acompanhar como Winnicott formula o conceito de transicionalidade. Primeiramente, Winnicott (1975) indaga sobre o lugar “em que permanecemos a maior parte do tempo enquanto experimentamos a vida” (WINNICOTT, 1975, p.145) e propõe a existência de uma terceira maneira de viver, além da realidade psíquica pessoal interna e da realidade externa ou compartilhada. Ao pensar numa terceira maneira de viver, ou terceira área, Winnicott (1975) afirma que “a integração entre a originalidade e a aceitação da tradição como base da inventividade” constitui “mais um exemplo, e um exemplo emocionante, da ação recíproca entre separação e união” (WINNICOTT, 1975, p.138). Nesse sentido, ele igualmente afirma existir um “paradoxo que precisa ser aceito, tolerado e não solucionado” (WINNICOTT, 1975, p.79).

Tal paradoxo expressa-se na ideia de que o bebê adota um objeto do mundo externo – objeto transicional – como sendo sua primeira posse. Todavia, o objeto já estava ali, à espera de ser criado e tornar-se um objeto catexizado. Assim, nunca poderíamos desafiar o bebê a responder à pergunta: “você o criou ou o encontrou?” (WINNICOTT, 1975, p.125).

O bebê, então, por meio do objeto transicional, é incitado a mover-se da relação de objeto para o uso do objeto. E, assim, o ob-

jeto transicional “é o que percebemos dessa jornada de progresso no sentido da experimentação” (WINNICOTT, 1975, p.19).

A transicionalidade, portanto, para Winnicott, define um modo de pensar o sujeito e a cultura, o sujeito na cultura. Esse modo traz a marca da experimentação. Para dizer de forma bastante breve, o uso, pela criança, de um objeto transicional configura o primeiro uso de um símbolo e a primeira experiência da brincadeira (WINNICOTT, 1975). Aqui, a criatividade vai constituir-se como um fazer, como a capacidade de criar o mundo (ABRAM, 2000, p.89). E assim “o brincar conduz naturalmente à experiência cultural e, na verdade, constitui seu fundamento” (WINNICOTT, 1975, p.147).

A partir de Winnicott, conforme sugere a psicanalista Beatriz Mizrahi (2010), é possível lançar um olhar sobre a subjetividade que não esteja fundado na suposição de que a entrada do indivíduo na cultura passaria necessariamente por seu confronto com a falta e as coerções sociais. O conceito de transicionalidade, ao remeter à experimentação, apresenta-se, na análise proposta por essa autora, “como contraponto na medida em que questiona tanto a inevitabilidade dos processos de regulação da vida para o estabelecimento da sociabilidade humana quanto o desamparo como aspecto central do processo de subjetivação” (MIZRAHI, 2010, p.13). Assim, pode-se “pensar a cultura como um encontro de experiências transicionais” (MIZRAHI, 2010, p.101).

Desse modo, Beatriz Mizrahi (2010) afirma que a concepção de cultura de Winnicott está “potencialmente situada naquela área transicional que não confronta o indivíduo com regulações, mas lhe oferece, prioritariamente, espaços consistentes de acolhimento” (Mizrahi (2010, p.31).

A noção de espaço transicional mostra, então, uma potencialidade crítica:

Compreendendo o significado da transicionalidade, buscamos, ao contrário, aquelas

condições reais capazes de permitir a cada um uma existência diferenciada, mas, ao mesmo tempo, também claramente amparada. Dessa forma, chegamos a vislumbrar um tipo de encontro humano capaz de desviar-se de certas estratégias de poder que hoje, mais do que nunca, responsabilizam o sujeito isolado por seu próprio destino (MIZRAHI, 2010, p.103).

Assim descrito, o modelo winnicottiano possibilita formular a hipótese de que um sujeito, ao demandar o reconhecimento de um direito, usa a ordem jurídica como espaço de acolhimento. Mais do que isso, e no tocante ao caso aqui considerado, a filha, ao fundamentar sua demanda no abandono afetivo sofrido, está recusando uma posição de desamparo e experimentando, por meio da ação judicial, uma forma diferente de enunciar sua emoção e sofrimento.

Essa articulação entre transicionalidade e ordem jurídica ainda permite um desdobramento teórico, identificando pontos que vão distanciar o modelo de Winnicott do modelo freudiano no que diz respeito à compreensão da subjetividade.

Tal como considera Jurandir Freire Costa (2000), na teoria freudiana pode-se distinguir o peso dado à ideia de pai e à ideia de recalque, peso esse decorrente das noções de sexualidade e morte e da imagem do psiquismo criada por Freud. Essa imagem é a de “uma esburacada grade linguístico-simbólica montada sobre um caldeirão de pulsões de vida e morte, sempre prestes a explodir” (COSTA, 2000, p.10). Nesse sentido, a instância paterna e o recalque seriam o esteio da grade, e o pai, a palavra do pai ou o poder do pai seriam condição *sine qua non* da paz neurótica. Em outros termos, isso equivaleria a afirmar, tortuosamente, que “tudo que está de acordo com o modelo ideal do bom funcionamento psíquico criado pela psicanálise é efeito da função paterna” (COSTA, 2000, p.14).

Então, Jurandir Costa (2000) questiona “quem é o pai do qual tanto falamos em psicanálise?”. E, em complemento, afirma que a

função abstrata “só era plausível, do ponto de vista teórico, por estar ancorada no poder concreto, imediato, psicologicamente eficaz do pai de família” (COSTA, 2000, p.11). Em consequência, tem-se que, na leitura de origem freudiana, ressalta-se a interdição, sendo a função do poder reprimir os excessos pulsionais.

Na leitura de origem winnicottiana, o foco desloca-se para a expansão da criatividade. Aí, “o poder se revela na capacidade do ambiente de tolerar, sem revide, o ímpeto das pulsões” (COSTA, 2000, p.18). Disso decorre que “a relação da pulsão com a instância que limita seu fluxo é de instigação recíproca. Uma incita a outra a se tornar mais forte e expansiva, dando andamento ao movimento criativo” (COSTA, 2000, p.21).

Nesse contexto, redimensiona-se a função da cultura e a do pai (COSTA, 2000, p.23). A primeira deixa de ser concebida como exterior ao “substrato” do sujeito e tampouco é o outro da pulsão, sendo, antes, integrante da subjetividade (COSTA, 2000, p.24). E a função paterna deixa de ostentar o caráter de Outro “imaginado como estando sempre lá, enquanto os ‘outros’ ontologicamente supérfluos procuram se submeter à lei, na esperança de decifrar seus mistérios e vencer o tempo que tudo apaga” (COSTA, 2000, p.25). Assim, a verdadeira ameaça estaria no desinvestimento da cultura, em seu abandono como espaço privilegiado da expressão subjetiva.

Por fim,

a lei, nessa cultura, não é a emanção de ‘um outro’ além do tempo e dos espaços culturais; é o conjunto de regras contingentes e experimentais, feitas e refeitas pelos interessados em alcançarem metas com que sonharam ou poderão vir a sonhar. A cultura é o espaço transicional dos irmãos que se reconhecem como artífices do próprio destino (COSTA, 2000, p.26).

Voltando, mais uma vez, para o tema aqui analisado, podemos afirmar que o Superior

Tribunal de Justiça, ao decidir o caso concreto, enunciou uma norma para o mesmo, revelando que a lei é contingente e experimental.

2. Direito

Ao tratar da ordem jurídica, é necessário afastarmos uma associação recorrentemente feita entre direito e formalismo. Nesse sentido, a aplicação da lei aparenta ser, para os mais desavisados, exercício automático e formal de encontrar a norma que melhor se adequa ao fato.

É verdade que a codificação do direito, no final do século XIX, ocorreu sob os influxos do positivismo. Assim, constituiu-se um modelo de subsunção do fato à norma, por meio do qual não se reconhecia um papel criativo aos juízes e tribunais (BARROSO, 2010). Esse modelo, portanto, pressupunha uma correspondência unívoca entre a norma jurídica e o fato. Se ele se mostrou útil para a sociedade ocidental até as primeiras décadas do século XX, ele não mais responde às demandas da sociedade contemporânea.

Todavia, a maior complexidade da vida moderna trouxe uma pluralidade de projetos existenciais e de visões de mundo que vêm desafiando as sistematizações abrangentes e as soluções unívocas para os problemas (BARROSO, 2010). De um tempo para cá, a vida tornou-se mais complexa, plural, interessante e, por vezes, esquisita.

Hoje, para compreendermos o direito, temos de aceitar que os casos postos à apreciação do juiz são, muitas vezes, “casos difíceis”, para os quais não existe solução pré-pronta no ordenamento jurídico (BARROSO, 2010). E os casos são difíceis porque há desacordos sociais ou morais a respeito de determinadas matérias; porque pode haver colisão de valores e direitos; ou pela própria ambiguidade da linguagem. Para tais casos, é necessário construir argumentativamente uma solução.

Desse modo, é imperativo distinguir a norma da aplicação da norma. Norma é linguagem e linguagem não tem referente fixo.

Entre a norma e sua aplicação, portanto, há a interpretação. Sobretudo, a linguagem e a norma, e os usos que fazemos delas, promovem inclusões e exclusões.

Conforme afirmou o constitucionalista Luís Roberto Barroso, em conferência proferida no XII Congresso de Direito do Estado, Salvador, Bahia, em 26/5/12, “as palavras nunca são banais. E os riscos são imensos quando se vive da palavra e da interpretação”.

Para fazer face a esse quadro, o direito contemporâneo passou a conferir centralidade à Constituição e, do ponto de vista filosófico, pauta-se pelo pós-positivismo. Isso implica colocar a Constituição como centro do ordenamento e afirmar que toda interpretação da norma jurídica deve estar referenciada e fundamentada na Constituição. No direito, isso representa uma revolução copernicana, pelo fato de a Constituição trazer, entre suas disposições, valores e princípios que, uma vez observados, aproximam direito e ética (BARROSO, 2010).

No Brasil, o princípio fundamental da ordem jurídica inaugurada com a Constituição de 1988, norteador de toda interpretação das normas constitucionais e infraconstitucionais, é o princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da Constituição Federal).

Esse princípio pode ser compreendido a partir de três eixos, que configuram seu conteúdo jurídico. Tais eixos são o valor intrínseco da pessoa humana, a autonomia da vontade e o valor comunitário. Eles podem ser compreendidos, em termos bastante gerais, como sendo o postulado antiutilitarista segundo o qual toda pessoa deve ser tratada como um fim em si mesma; o direito de as pessoas formularem suas valorações morais e seus projetos existenciais; e a possibilidade de o Estado e a sociedade poderem limitar legitimamente a autonomia individual das pessoas, seja para proteger direito de terceiros, proteger as pessoas delas mesmas ou proteger determinados valores sociais (BARROSO, 2010).

O princípio da dignidade da pessoa humana vem, pois, traçar novos contornos para o direito e, em especial, para o direito de família. Nesse sentido, ele possibilita, por exemplo, que as relações afetivas constituídas fora do modelo do casamento entre homem e mulher sejam reconhecidas como famílias. E, mais que isso, norteia as relações dentro de qualquer tipo de família, com o objetivo de promover outros princípios como os da solidariedade, igualdade, liberdade, afetividade, convivência familiar e melhor interesse da criança (LÔBO, 2010).

Tomados em conjunto, esses princípios desmantelam os pressupostos da família patriarcal e apontam para o dever de cuidado existente entre os membros da família.

Assim, o cuidado passou a configurar uma categoria jurídica, retirando a relação de filiação do campo particular e intangível dos sentimentos, da arbitrariedade e precariedade e remetendo-a ao campo da obrigação e responsabilidade.

A ordem jurídica não confere ao genitor, portanto, a liberdade de optar entre constituir, ou não, uma relação de cuidado com o filho. É irrelevante, do ponto de vista de produção de efeitos jurídicos, que o genitor nutra sentimentos de afeição pelo filho, pois, reconhecido o vínculo biológico ou socioafetivo, nasce o dever de cuidado (LÔBO, 2008).

Trazendo a discussão, agora, para o reconhecimento do abandono afetivo pelo STJ, podemos identificar como essas concepções estão aí presentes.

O voto da ministra relatora (STJ, DJe 10/05/2012, REsp 1159242/SP, Rel. Min. Nancy Andrighi) traz os seguintes fundamentos (devendo-se esclarecer que as citações a seguir são retiradas do texto desse voto): Primeiro, a responsabilidade como obrigação do agente de ressarcir o dano quando sua ação atingir componentes pessoais, morais ou patrimoniais da esfera jurídica de outrem. Segundo, o fato de que, embora as relações familiares sejam entremeadas de fatores de alto grau de subjetividade, elementos intan-

gíveis como afetividade, amor e mágoa, “é possível se visualizar, na relação entre pais e filhos, liame objetivo e subjacente, calcado no vínculo biológico ou mesmo autoimposto – casos de adoção –, para os quais há precognição constitucional e legal de obrigações mínimas” (ANDRIGHI, STJ, 2012).

Seguindo a argumentação exposta no voto, verifica-se que a ministra considerou que, sendo o elo entre pais e filhos fruto de ato volitivo, “emerge, para aqueles que concorreram com o nascimento ou adoção, a responsabilidade decorrente de suas ações e escolhas, vale dizer, a criação da prole” (ANDRIGHI, STJ, 2012). Afirma-se, desse modo, o vínculo legal, e não apenas afetivo, que une pais e filhos.

Assim, sendo o dever de cuidado uma obrigação inescapável dos pais em relação aos filhos, restaria indagar “sobre a viabilidade técnica de se responsabilizar, civilmente, aqueles que descumprem essa incumbência” (IDEM).

Para que ocorra a responsabilização, portanto, é necessário descrever o alcance do dever de cuidado, o que está nele compreendido. Considera, então, a ministra que “o ser humano precisa, além do básico para a sua manutenção – alimento, abrigo e saúde –, também de outros elementos, normalmente imateriais, igualmente necessários para uma adequada formação – educação, lazer, regras de conduta, etc” (IDEM).

Em seguida, a ministra, fazendo uso da interdisciplinaridade, cita Winnicott, trecho do livro *A Criança e o seu Mundo*, no qual esse autor destaca a boa assistência dos pais como ingrediente essencial para a capacidade de relacionar-se da criança. Isso lhe permite afirmar que “não se discute mais a mensuração do intangível – o amor – mas, sim, a verificação do cumprimento, descumprimento, ou parcial cumprimento, de uma obrigação legal: cuidar” (IDEM). Em suma, ela conclui que “amar é faculdade, cuidar é dever” (IDEM).

Nesse caso, o descumprimento do dever

restou demonstrado “desde o forçado reconhecimento da paternidade – apesar da evidente presunção de sua paternidade –, passando pela ausência quase que completa de contato com a filha e coroado com o evidente descompasso de tratamento outorgado aos filhos posteriores” (ANDRIGHI, STJ, 2012).

Assim, a ministra conclui pela existência do dano moral, arbitrando a indenização de R\$ 200.000,00 a ser paga pelo pai.

3. Conclusões

O reconhecimento, pelo STJ, do abandono afetivo demonstra a emergência, no direito, de uma preocupação com a pessoa. Mais ainda, permite entrever o esforço interpretativo da norma jurídica no sentido de privilegiar o princípio da dignidade da pessoa humana. Isso vem reafirmar a lei, em nossa sociedade, como “o conjunto de regras contingentes e experimentais, feitas e refeitas pelos interessados em alcançarem metas com que sonharam ou poderão vir a sonhar” (COSTA, 2000, p. 26).

Além disso, a propositura da ação, por parte da filha, ocorre no espaço transicional constituído pela ordem jurídica, exemplificando a ação do sujeito na cultura e o uso de símbolos culturais. Há um sujeito que reclama a responsabilidade paterna porque existe uma ordem jurídica que incorpora o princípio da dignidade da pessoa humana. Nesse sentido, o sujeito ressignifica a dor psíquica e o dano. Os afetos e emoções deixam de ser vividos, exclusivamente, no âmbito privado e são redescritos de modo a integrarem uma demanda por reconhecimento público de um direito.

Outro aspecto é que o reconhecimento do abandono afetivo e a conseqüente indenização arbitrada ao pai sugerem um redimensionamento da função paterna como instrumento teórico. Isso porque, em vez de constituir o guardião da lei, o pai agora é demandado em seus deveres e responsabilidade. Nesse sentido, não existe mais o pai, compreendido numa universalidade equivo-

cada, mas muitos pais, humanos e errantes.

Além disso, a função paterna, como instrumento teórico, ainda cabe ser questionada pelo seguinte fato: se o que não está de acordo com a lei do pai deve ser rechaçado, como pensar a possibilidade de os sujeitos proporem e produzirem inovações na ordem social e cultural? Se a subjetividade for tomada em referência à normatividade, o que fazer da vitalidade criativa dos sujeitos?

Por fim, é como se a psicanálise estivesse entre Grécia e Roma; entre a tragédia e a ação (no sentido jurídico); entre a inexorabilidade do destino e a ação como o direito de pedir em juízo o que nos é devido.

Os caminhos winnicottianos da transicionalidade, separação e união, originalidade e aceitação da tradição, partem, inicialmente, de um paradoxo. Mas esse paradoxo nos permite encontrar um lugar mais digno para viver e compreender que a cultura, antes de impor coerções ao sujeito, oferece possibilidades de narrativas. Algumas melhores, por promoverem mais inclusões que exclusões e acolherem uma diversidade maior de projetos existenciais. De qualquer modo, é a palavra que nos transporta. A palavra, esse “saveiro pronto pra partir” (lembrando Milton Nascimento e Ronaldo Bastos, em “Cais”).

Abstract

This work was presented at the XIX Congress of the Círculo Brasileiro de Psicanálise and uses Winnicott's concepts of cultural experience and creativity, proposing to bring psychoanalytical concepts closer to legal ones. It examines the decision of the Brazilian Supreme Court of Justice recognizing a daughter's right to receive repair for her father's emotional distance. It is argued that filling the lawsuit, by the daughter, is in a transitional space established by law, exemplifying the subject's action in culture and use of cultural symbols. The demand for legal protection of a right presupposes a redefinition by the subject of psychic

pain and injury. Thus, the affections and emotions no longer lived exclusively in the private sphere and are redefined in order to integrate demand for a public recognition of a legal right.

Keywords: *Transitionality, Lawsuit, Reinvention of the subject.*

Referências

ABRAM, J. *A linguagem de Winnicott*. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

BARROSO, L. R. *Curso de direito constitucional contemporâneo*. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BARROSO, L.R. *A dignidade da pessoa humana no direito constitucional contemporâneo: natureza jurídica, conteúdos mínimos e critérios de aplicação*. Versão provisória para debate público. 2010. Disponível em http://www.luisrobertobarroso.com.br/wp-content/themes/LRB/pdf/a_dignidade_da_pessoa_humana_no_direito_constitucional.pdf. Acesso em 16/05/2012.

BRUM, E. *É possível obrigar um pai a ser pai?* Disponível em <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/eliane-brum/noticia/2012/05/e-possivel-obrigar-um-pai-ser-pai.html>. Acesso em 15/05/2012.

COSTA, J. F. *Playdoier* pelos irmãos. In: KEHL, Maria Rita (Org.). *Função fraterna*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

LÔBO, Paulo. Socioafetividade no direito de família: a persistente trajetória de um conceito fundamental. *Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões*, v.5, ago./set.2008, p.5-22, Porto Alegre, Magister. Disponível em: <http://www.magisteronline.com.br>. Acesso em: 05/09/10.

LÔBO, P. *Direito civil: famílias*. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MIZRAHI, B. G. *A vida criativa em Winnicott*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REsp. 1159242/SP, voto Rel. Min. Nancy Andrighi, DJe. 10/05/2012.

WINNICOTT, D. W. *O brincar & a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

RECEBIDO: 21/08/2012

APROVADO: 22/10/2012

SOBRE AS AUTORAS

Adriana Rodrigues Antunes

Graduada em Ciências Sociais
e em Direito pela UFP,
Mestre em Sociologia pela UFP,
Doutoranda em Psicologia Clínica
pela Universidade Católica de Pernambuco,
Auditora Fiscal do Tesouro Estadual
do Estado de Pernambuco.

Maria Consuelo Passos

Psicóloga, Psicanalista de casal e família,
Mestre em Psicologia pela PUC-RIO,
Doutora em Psicologia Social pela PUC-SP,
Docente-pesquisadora do Programa
de Pós-Graduação em Psicologia Clínica
da Universidade Católica de Pernambuco.

Endereço para correspondência:

Adriana Rodrigues Antunes

Rua Piauí, 67/401 – Casa Forte
52061-040 – Recife/PE
E-mail: adra08@hotmail.com

Maria Consuelo Passos

Rua Zeferino Galvão, 100/903 – Boa Viagem
51111-110 – Recife/PE
E-mail: mcpassos@uol.com.br

Angústia, separação e desamparo na clínica contemporânea¹

Anguish, helplessness and separation in contemporary clinical

Ana Cristina Teixeira da Costa Salles
Paulo Roberto Ceccarelli

*Que antes renuncie a isso,
portanto, quem não conseguir alcançar
em seu horizonte a subjetividade de sua época.*

JACQUES LACAN

Resumo

O objetivo deste trabalho é pesquisar de que forma a dinâmica pulsional da sociedade contemporânea repercute nas manifestações da angústia e do desamparo nas situações de perdas, separações e luto. Como os pacientes têm reagido a estas situações quando os tempos atuais exigem soluções imediatas? Como tais exigências se manifestam na clínica atual do trabalho de luto e quais suas consequências para o trabalho psicanalítico? Em que medida as características da nossa sociedade têm contribuído para o fracasso desse processo? Qual a responsabilidade do psicanalista nessa situação? O que a psicanálise tem a oferecer na atual conjuntura social? Estas são algumas das perguntas e questões relativas ao trabalho psicanalítico que gostaríamos de debater com os colegas.

Palavras chaves: Angústia, Separação, Clínica contemporânea.

Introdução

Nas últimas décadas a sociedade ocidental transformou-se numa sociedade globalizada na qual quem dita as regras é o mercado. Vivemos numa sociedade profundamente individualista, narcisista, na qual prevalece o culto pela imagem e pelo consumo exacerbado e descartável. Vale o excesso de ofertas e a possibilidade de usar e descartar tudo rapidamente, tanto no plano material quanto afetivo.

Bauman (2007) define a vida líquida na “sociedade líquido-moderna” como uma “vida de consumo” que “projeta o mundo e to-

dos os seus fragmentos animados e inanimados como objetos de consumo” (BAUMAN, 2007, p.16). Estes têm uma vida útil limitada e quando esse limite é ultrapassado, devem ser descartados para abrir caminho para outros objetos que ainda não foram utilizados e que serão os novos objetos de desejo. Dessa forma, o lixo é o principal e mais abundante produto das sociedades líquido-modernas.

Diz Bauman: “Em um mundo repleto de consumidores e produtos, a vida flutua desconfortavelmente entre os prazeres do consumo e os horrores da pilha do lixo” (BAUMAN, 2007, p.17). E ainda:

1. Trabalho apresentado no XIX Congresso do CBP, Recife/PE, e na XXX Jornada de Psicanálise do CPMG, Belo Horizonte/MG.

Na sociedade dos consumidores, ninguém pode deixar de ser um objeto de consumo. (...) Consumidores e objetos de consumo são polos conceituais de um *continuum* ao longo do qual todos os membros da sociedade de consumidores se situam e se movem de um lado para outro diariamente. (...) Só como mercadorias, só se forem capazes de demonstrar seu próprio valor de uso, é que os consumidores podem ter acesso à vida de consumo (BAUMAN, 2007, p.18).

Em função disso, nas sociedades de consumo só quem tem poder econômico é considerado alguém. As leis do mercado discriminam cada vez mais os excluídos que não têm acesso aos bens de consumo.

Vivendo num ritmo acelerado, os indivíduos encontram-se pressionados, massacrados, angustiados diante das exigências do mundo globalizado.

As recentes crises econômicas mundiais, o alto índice de desemprego nas grandes cidades, o ritmo exigente e destrutivo dos mercados, bem como a falta de perspectivas num futuro melhor, têm ocasionado profundas mudanças tanto nos sujeitos quanto nas sociedades contemporâneas.

Observa-se uma perda da subjetividade. O sentimento de impotência agrava-se, o autorrespeito, a autoestima e a autoconfiança encontram-se debilitadas. Cresce o medo de tornar-se obsoleto, defasado, dispensável. O ritmo e a velocidade dos acontecimentos assombram os indivíduos, que cada vez mais temem ficar para trás, perder o momento certo das mudanças, não conseguir acompanhar a rapidez dos eventos e conseqüentemente “ir parar nas latas de lixo, destinos dos retardatários” (BAUMAN, 2007, p. 8 e 10).

Nas sociedades líquido-modernas a vida não pode ficar parada; deve-se modernizar-se ou corre-se o risco de perecer. É uma vida precária, vivida em condições de incerteza constante, com uma sucessão de reinícios.

As trocas subjetivas encontram-se inadequadas, comprometendo os laços sociais.

Ligações frouxas e compromissos revogáveis são os preceitos que orientam os laços entre os indivíduos. Ligar-se ligeiramente a qualquer coisa que se apresente e abandoná-la rapidamente é o que conta. Viver no presente e pelo presente obtendo o máximo de satisfação possível, evitando as inquietações e sofrimentos, priorizando os finais rápidos e indolores, pois sem eles seria impossível recomençar, é um imperativo (BAUMAN, 2007).

Vivemos em uma “sociedade de valores voláteis, descuidada do futuro, egoísta e hedonista, onde a velocidade e não a duração é o que importa” (IDEM, p.10).

Ao mesmo tempo, observa-se uma perda de valores, de ideais e referenciais simbólicos, tanto no plano individual quanto coletivo.

Em decorrência de tudo isso, a frustração e a insatisfação são permanentes, provocando autocritica e autocensura constantes. Conseqüentemente, aparecem as explosões de ódio, violência, discriminação, medo, insegurança, pânico, uma vez que o recurso à palavra e à simbolização acha-se diminuindo ou até mesmo ausente.

Roudinesco (2000), ao analisar as sociedades contemporâneas, diz:

O sofrimento psíquico manifesta-se atualmente sob a forma da depressão. Atingido no corpo e na alma por essa estranha síndrome, em que se misturam a tristeza e a apatia, a busca da identidade e o culto de si mesmo, o homem deprimido não acredita mais na validade de nenhuma terapia. No entanto, antes de rejeitar todos os tratamentos, ele busca desesperadamente vencer o vazio de seu desejo (...) sem se dar tempo de refletir sobre a origem de sua infelicidade.

(...)

A concepção freudiana de um sujeito do inconsciente, consciente de sua liberdade, mas atormentado pelo sexo, pela morte e pela proibição, foi substituída pela concepção mais psicológica de um indivíduo depressivo, que foge de seu inconsciente e está preocupa-

do em retirar de si a essência de todo conflito (ROUDINESCO, 2000, p.13 e 19).

Luto e separação

Sabemos que as perdas são inerentes à vida, fazendo parte da nossa existência desde que nascemos. A psicanálise nos ensina que para superá-las faz-se necessário realizar um trabalho de luto.

Para Freud (1917[1915]), esse trabalho de luto (reação à perda) que obedece ao imperativo do teste de realidade – o objeto amado não existe mais – consiste num desligamento gradual da libido do objeto ou dos ideais perdidos, para que no final desse processo o “eu” possa se ver livre, desinibido e apto para realizar outros investimentos em novos objetos e situações. Se esse processo de elaboração da perda não ocorrer satisfatoriamente, teremos a manutenção dos sofrimentos, dos conflitos e provavelmente a ocorrência de um luto interminável, geralmente patológico, que governará a vida da pessoa.

No trabalho do luto, o processo de desligamento de um objeto amado, seja por morte ou separação, é uma tarefa dolorosa e difícil que nos põe à prova, pois nos obriga a nos reconstituir. A dor psíquica que acompanha esse processo é inevitável, porém não é necessariamente patológica, sendo normalmente superada no final do luto.

O trabalho do luto necessita um tempo de elaboração psíquica. Entretanto, nem sempre isso acontece. Na tragédia de Hamlet, que não pode fazer o luto do pai assassinado porque os ritos funerários não foram devidamente respeitados, temos um exemplo de como um luto não realizado, “feito às pressas”, é enlouquecedor e pode determinar as ações e o destino do sujeito.

Inconscientemente todas as dores, perdas e separações de nossa existência estão interligadas, o que ocasiona uma revivência dessas situações no momento em que uma nova dor nos atinge.

Em função disso, a experiência de uma perda atual pode adquirir uma conotação

traumática para o sujeito, principalmente se as anteriores não foram devidamente elaboradas.

Em nossa experiência clínica temos observado um estado de pânico e desamparo acentuado, principalmente em relação a separações quando a perspectiva de um rompimento definitivo adquire uma conotação muito traumática, interferindo na elaboração da situação.

Por outro lado, notamos uma intolerância à frustração, recusa do sofrimento e uma busca de soluções rápidas para qualquer problema que se apresente na vida do sujeito. Quanto tempo vou demorar para resolver isso? – parece ser a questão que mais incomoda atualmente.

Geralmente após alguns meses de atendimento, os clientes interrompem o processo alegando problemas financeiros, falta de tempo para vir às sessões, e toda sorte de desculpas, que sabemos muito bem serem racionalizações para não entrarem realmente num processo mais profundo de análise.

Em casos urgentes ou graves, quando se anuncia uma diminuição da angústia e um alívio sintomático, estas pessoas dão-se por satisfeitas e interrompem as sessões, mesmo sabendo do risco que isso significa.

Em situações de luto, por perda ou rompimento do vínculo afetivo – que requerem um tempo maior de elaboração –, nota-se em alguns casos a busca de um alívio rápido por meio da medicação ou soluções mágicas, esotéricas e milagrosas, que buscam atenuar a dor, diminuir a angústia e calar o sofrimento.

Alguns fragmentos clínicos atualizam estas situações:

1. Uma cliente, após o rompimento de um noivado longo, ganhou dos pais uma viagem à Europa, “porque estava muito triste e precisava se distrair e esquecer o que havia acontecido”.
2. Outra cliente, arrasada ao saber pelas amigas, via internet, da traição do ma-

rido, ouve de uma delas que “o melhor a fazer era conhecer logo outra pessoa e dar o troco”. Pouco tempo depois acaba se envolvendo com outro homem e interrompe as sessões.

3. Outra ainda, que há muito tinha interrompido o trabalho analítico dizendo que estava muito difícil (psiquicamente) continuar, telefona para perguntar sobre a garantia que o analista poderia dar-lhe de que o problema que a afligia seria rapidamente resolvido, no ritmo de duas vezes por mês, pois não queria “mexer muito nessas coisas”.

São inúmeros os casos em que os clientes já iniciam as entrevistas pedindo para serem medicados porque “não aguentam mais o sofrimento”, as crises de pânico e de angústia, o medo, a solidão e a falta de vínculos afetivos e sociais.

- Quando interpelados sobre o seu papel nesse sofrimento, não se implicam, demandando alívio rápido e milagroso para as dores do corpo (somatizações) e da alma (angústia, depressão, solidão, pânico, ausência de vínculos afetivos e sociais).
- Apesar do sofrimento, não há uma implicação subjetiva e aparece uma resistência a entrar no dispositivo analítico transferencial.

Para Roudinesco, essa resistência demonstra que:

... se a economia de mercado trata os sujeitos como mercadoria, os pacientes também tendem, por sua vez, a utilizar a psicanálise como um medicamento, e o analista, como um receptáculo de seus sofrimentos (ROUDINESCO, 2000, p.161).

Parece-nos, enfim, que a marca distintiva da atualidade, embora do ponto de vista da

economia libidinal não o seja, é aquilo que é criado e utilizado pela economia capitalista e sua ideologia: a ilusão de que os objetos oferecidos são acessíveis a todos. A partir daí, todo objeto que, potencialmente, poderia ser objeto de desejo, é transformado, via regressão, em objeto de necessidade, privando-o de toda possibilidade de cumprir o seu papel prometido: a “realização” do desejo. Como objeto de necessidade, ao mesmo tempo idealizado e persecutório, toda possibilidade de sublimação se acha entrelaçada, o que nos submerge no imaginário sem nenhuma condição de sublimação: sem circulação pulsional não ocorrem ligações, e Eros perde a sua força, cedendo lugar a Tãatos (CECCARELLI, 2007).

Resumindo: a atualidade nada faz além de produzir, pela repetição do mesmo sob formas variadas, efeitos enganadores que mascaram, pelo imaginário cultural no qual o sujeito se encontra submerso em um dado momento sócio-histórico, o mal-estar (*Unbehagen*) inerente à cultura.

Ao longo de sua história, a psicanálise sempre denunciou o fracasso das pseudossoluções que prometem a completude narcísica, a ausência de sofrimento e o apaziguamento da angústia. Dessa maneira, ela desmascara as ideologias da sociedade de consumo que, através da fetichização dos objetos, negam a castração ao buscarem garantir a felicidade, ao preço da infantilização do sujeito, em detrimento de sua capacidade de pensamento e de crítica.

Ainda que não se possa desconsiderar que nas últimas décadas ocorreram profundas mudanças tecnológicas, sociais e políticas que transformaram profundamente as sociedades ocidentais, produzindo novas subjetividades e novas formas de viver e de sofrer, cabe aos psicanalistas se perguntarem como escutar e trabalhar essas novas modalidades de sofrimento psíquico ou, ainda, a recusa do sofrimento das subjetividades contemporâneas.

E a psicanálise, como ela é afetada por tudo isso? Qual a participação dos psicana-

listas na manutenção desta situação? Como nossos pacientes, estamos igualmente assujeitados aos efeitos psíquicos da organização psicossocial contemporânea (CECCARELLI, 2004). Não podemos nos esquecer que o sofrimento psíquico só pode ser avaliado dentro da cultura e no momento histórico que o produz (FREUD, 1929). Neste sentido, seria ilusório termos a pretensão de que poderíamos nos livrar dos efeitos da sociedade de consumo, e agir como se estivéssemos fora dela observando-a com a suposta neutralidade de um cientista que estuda suas lâminas através do microscópio. Como separar o nosso exercício profissional dessas contingências?

Abstract

The aim of this article is to investigate how the drive dynamics of contemporary society reflected in the manifestations of distress and helplessness in situations of loss, separation and bereavement. How have patients reacted to such situations when time demands immediate solutions? How have such requirements expressed themselves in the current clinical work of mourning and what are their consequences to the psychoanalytic work? Up to which extension have the characteristics of our society contributed to the failure of this process? What is the psychoanalyst responsibility in this situation? What psychoanalysis has to offer in this social conjuncture? These are some of the questions and issues of psychoanalytic work that we would like to discuss with colleagues.

Keywords: Anxiety, Separation, Contemporary Clinic.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. *Vida líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- BRAUNSTEIN, Néstor A; FUKS, Betty B. (org.) *100 anos de novidade. A moral sexual "cultural" e o nervosismo moderno, de Sigmund Freud (1908-2008)*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.
- CECCARELLI, Paulo R. A perversão do outro lado do divã. In: *Destinos da sexualidade*. Portugal, A. M; Porto Furtado, A; Rodrigues, G; Bahia, M, A; Gontijo, T. (orgs.). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p.243-257.
- CECCARELLI, Paulo R. Désintrications de la pulsion et processus civilisateur. In: *Les Lettres de la Société de Psychanalyse Freudienne*. Paris: Campagne Première, n.18, 2007, p.97-107.
- FREUD, Sigmund. Luto e melancolia. A história do movimento psicanalítico e outros trabalhos. *ESB*. Rio de Janeiro: Imago, 1974, v.XIV.
- FREUD, Sigmund. Inibições, sintomas e ansiedade: um estudo autobiográfico e outros trabalhos. *ESB*. Rio de Janeiro: Imago, 1976, v.XX.
- LACAN, Jacques. *O seminário, livro 10: a angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- LIPOVETSKY, Gilles. *A era do vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo*. Barueri, São Paulo: Manole, 2005.
- NASIO, Juan David. *O livro da dor e do amor*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- PEREIRA, Mario Eduardo Costa. *Pânico e desamparo: um estudo psicanalítico*. São Paulo: Escuta, 2008.
- ROUDINESCO, Elisabeth. *Por que a psicanálise?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- RECEBIDO: 02/10/2012
APROVADO: 07/10/2012

SOBRE OS AUTORES

Ana Cristina Teixeira da Costa Salles

Psicóloga. Psicanalista. Membro do Círculo Psicanalítico de Minas Gerais.

Paulo Roberto Ceccarelli

Psicólogo; psicanalista;
Doutor em Psicopatologia Fundamental e Psicanálise pela Universidade de Paris VII; Pós-doutor por Paris VII; Membro da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental; Sócio do Círculo Psicanalítico de Minas Gerais; Membro fundador da *Rede Internacional em Psicopatologia Transcultural*; Professor Adjunto III da PUC-MG. Professor credenciado a dirigir pesquisas, e docente no Programa de Pós-Graduação em Psicologia/UFPA; Orientador de Pesquisa e Professor do Mestrado Profissional de Promoção de Saúde e Prevenção da Violência da Faculdade de Medicina da UFMG; Pesquisador do CNPq (processo nº: 309881/2010-2)

Endereço para correspondência:

Ana Cristina Teixeira da Costa Salles

Rua Piauí, 778/503 – Funcionários
30150-320 – BELO HORIZONTE/MG
E-mail: anacristinatcsalles@hotmail.com

Paulo Roberto Ceccarelli

Rua Rio Grande do Norte, 355 sala 501
Funcionários - 30130-0131
BELO HORIZONTE/MG
E-mail: paulocbh@terra.com.br

Feminilidade – caminho de subjetivação

Femininity – path of subjectivity

Angela Maria Menezes de Almeida

*“... querer e capturar o acontecimento,
tornar-se o filho de seus próprios
acontecimentos e por aí renascer,
refazer para si mesmo um nascimento”.*

G. DELEUZE

Resumo

Este estudo tem como propósito instigar um processo de reflexão sobre a temática da feminilidade, tendo como foco a vertente da experiência constitutiva do sujeito em seu processo de subjetivação. A partir de um enfoque psicanalítico, busca-se refazer o percurso do arcabouço teórico freudiano, no que tange a esta questão, levantando tensões, impasses e ambiguidades, em seu pensamento. O texto pontua algumas perspectivas contemporâneas do tema enunciado. Procura também explicitar como tem sido posta a discussão teórica sobre esta questão crucial para a psicanálise. Uma pesquisa bibliográfica foi selecionada e utilizada por conter referências substantivas e qualitativas sobre a temática escolhida.

Palavras-chave: Constituição do sujeito, Desamparo, Lógica fálica, Feminilidade, Subjetivação.

Introdução

Este texto trata o tema da feminilidade sob a ótica psicanalítica, considerando o enunciado deste conceito como originário e fundamento da constituição do sujeito.

Faz-se pertinente, por suscitar um processo de reflexão e instigar a curiosidade científica, uma vez que sua abordagem, na obra freudiana, ficou em aberto constituindo-se, até os dias atuais, uma questão polêmica no campo da psicanálise. Como metodologia, optou-se por uma pesquisa documental tendo como referência substantiva os caminhos trilhados por Sigmund Freud, no delineamento de sua obra psicanalítica, bem como a produção de teóricos da atualidade, entre eles, Joel Birman, Regina Néri e Silvia Alexim Nunes. O conjunto do material bibliográfico selecionado possibilitou o entendimento e a explicitação do conteúdo teórico produzido.

Na estrutura deste trabalho, o tema vai se desenvolvendo a partir da contextualização histórica sobre o caráter feminino e o ideal de feminilidade no final do século XIX e início do século XX; segue-se, com a produção freudiana sobre o feminino e a feminilidade, pautada na seleção de seis artigos de sua obra, onde impasses, tensões e ambiguidades de seus escritos vão se delineando; e, por último, aponta-se para algumas perspectivas contemporâneas do tema em questão. A título de conclusão, aceita-se o convite de Freud a buscar na poesia uma maneira de tentar decifrar o ser da feminilidade.

O universo feminino – um desafio para a psicanálise

Ao se perguntar como se constituíram e se fixaram os discursos sobre o caráter feminino e o ideal de feminilidade, na era moderna,

tem-se clareza de que sua produção se deu a partir da posição masculina, dentro de um dado contexto histórico.

Em torno do século XVIII, identifica-se um conjunto de ideias – médicas, filosóficas e morais – que pretendiam delinear uma diferença de essência entre o masculino e o feminino. Acreditava-se que as distribuições sociais entre os diferentes sexos obedeciam às disposições naturais de cada um, que possuíam naturezas diferentes. Quase todos os grandes teóricos da época, entre eles, Rousseau, Hegel e Kant, estavam de acordo com essa leitura sobre a natureza diferencial entre masculino e feminino e com as consequências disso sobre a legitimidade de suas inserções sociais.

O final do século XIX e início do século XX, momento em que nasce a psicanálise, instiga a um olhar mais atento sobre a condição da mulher na sociedade ocidental. Uma questão se faz pertinente para essa compreensão: o que estava acontecendo com as mulheres no momento da passagem da tradição para a modernidade, quando foi criada a psicanálise?

A cultura europeia, destes idos, produzia um discurso que visava promover uma perfeita adequação entre as mulheres e o conjunto de atributos, funções, predicados e restrições denominado feminilidade. Assim, era definida a natureza das mulheres. As virtudes próprias da feminilidade pautavam-se no recato, na docilidade, na afetividade mais desenvolvida, na receptividade passiva em relação aos desejos e necessidades dos homens e, mais tarde, dos filhos. A figura da mulher estava construída em torno do atributo da maternidade, isto é, o erotismo propriamente feminino deveria passar pelo labirinto enigmático da maternidade. Por outro lado, num evidente paradoxo, uma ideia bastante corrente, naquele momento, apontava que a natureza feminina precisaria ser domada pela sociedade e pela educação para que as mulheres pudessem cumprir o destino ao qual estariam, naturalmente, designadas –

serem esposas e mães. Dessa forma, aos pais, maridos e educadores, parecia mais conveniente que a mulher se mantivesse inocente sexualmente e maleável socialmente.

Os discursos veiculados, nesse período, entendidos de acordo com o sentido atribuído por Michel Foucault (1988) – produção de saberes que compõem o pensamento, ou seja, que compõem a episteme de uma época – construíram, pois, uma dupla imagem da mulher, conforme pontua Nunes apud Birman:

De um lado, fortaleceram a ideia do ser frágil, dependente, assexuado e passivo, do outro, desenharam-na como portadora de um excesso sexual ameaçador que punha em risco o modelo familiar burguês. No centro desse debate, surgiu a preocupação com a sexualidade feminina, pensada como ameaça à espécie e à ordem social, um tipo de força bruta, autônoma e próxima da animalidade, que podia explodir a qualquer hora, desvirtuando a passividade do caráter feminino. Era preciso, portanto, disciplinar a sexualidade feminina, a fim de minimizar os riscos de desregramento e maximizar sua potencialidade geradora, reprodutiva (NUNES APUD BIRMAN, 2002, p.39).

O erotismo feminino era, pois, concebido como essencialmente perigoso, pela ameaça de desordem que representava. Importante frisar que, durante o século XIX, foi tecida de forma meticulosa, pela tradição cristã, a oposição entre maternidade e desejo no ser da mulher. Seu erotismo foi esvaziado de virtudes e estigmatizado como pura negatividade. De acordo com a ética cristã, a relação sexual só seria permitida e reconhecida com fins reprodutivos, devendo ser silenciada qualquer dimensão do gozo no corpo feminino.

Ao aceitar, com passividade, ocupar a posição de mantenedoras da ordem e da harmonia do lar, as mulheres se inscreveram sob duas formas de alienação: primeiramente, afastando-se do espaço social, mantiveram-se distantes das disputas de poder que definiriam seus próprios destinos. Quanto a isto,

Maria Rita Kehl afirma que “sem acesso ao poder político, as mulheres não teriam meios de garantir os outros direitos fundamentais para se tornar sujeitos de suas próprias histórias” (KEHL, 2008, p.66). Num segundo plano, subjetivo, houve a renúncia de se apropriarem de uma das formas universais do falo: a fala. Ao emudecerem, deixaram de participar do que Freud veio a chamar de “as grandes tarefas da cultura”, permanecendo, assim, socialmente invisíveis.

Neste conjunto de circunstâncias sociais, que teve como base o modo de vida e o ideário burguês, a mulher foi subjugada a uma posição de “feminilidade”, forjada pelo discurso masculino. Esta mesma “feminilidade”, entrando em crise, ainda no século XIX, produziu a histeria como modo dominante de expressão de um sofrimento psíquico. Diante da coerção a seu corpo, sua sexualidade e sua vida, de modo geral, as mulheres encontraram, nos sintomas histéricos, uma forma de dramatizar sua insatisfação e seu protesto.

Foi com essas mulheres, marcadas por uma sintomatologia de conversão, que Freud se deparou em seu consultório, e que o levou a lançar a pedra fundamental do método e do pensamento psicanalítico, em seus *Estudos sobre a Histeria* (1996, v.2). O confronto com o desejo dessas mulheres indicava uma sexualidade que punha em questão o pressuposto de uma essência feminina passiva.

Considerando a vertente científica, Freud foi um dos primeiros a perceber, ou melhor, a escutar a crise ainda inominada que suas pacientes vinham atravessando. A recusa das histéricas em aceitar esta “feminilidade” como modelo de subjetivação e de sexuação o levou a passar grande parte de sua existência imerso em pesquisas que lhe possibilitassem desvendar o mistério da constituição da feminilidade.

O olhar freudiano sobre o feminino e a feminilidade

Se desejarem saber mais a respeito da feminilidade, indaguem da própria experiência de

vida dos senhores, ou consultem os poetas, ou aguardem até que a ciência possa dar-lhes informações mais profundas e mais coerentes (FREUD, 1996, v. 22, p. 134).

Por buscar, sempre com grande interesse, entender o que ou como se constitui o feminino, Freud passou grande parte de sua existência imerso em pesquisas que lhe possibilitassem desvendar este mistério.

Pelos dizeres da epígrafe já se tem uma ideia do quanto esta questão ficou obscura em sua obra. No entanto, embora suas explorações, nesse campo, apresentem um caráter inacabado, suas descobertas mostram-se de fundamental importância para novos postulados e construções, nessa área, defendidos por diversos autores, até os tempos atuais.

Com o propósito de organizar um arcabouço teórico, freudiano, quanto à temática do feminino, buscou-se, sob um olhar evolutivo histórico, refazer o percurso de estudos de Freud, no que concerne a esta questão.

Foram selecionados seis artigos, de sua obra, que traçam um período de três décadas de pesquisa, onde surge o tema do feminino. São eles: *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905), *A dissolução do complexo de Édipo* (1924), *Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos* (1925), *Sexualidade feminina* (1931), *Feminilidade* (1932) e *Análise terminável e interminável* (1937).

Freud constrói suas hipóteses sobre a sexualidade feminina ao longo de toda a sua obra, podendo-se destacar, deste percurso, dois momentos fundamentais: o primeiro, que vai de 1905 a 1920, aborda suas concepções iniciais sobre o desenvolvimento da sexualidade infantil, onde a sexualidade feminina é pensada a partir do modelo masculino – *o monismo sexual*; o segundo, a partir de 1924/1925, em que ele tenta atribuir à sexualidade das mulheres uma especificidade própria – *o devir feminino*.

O monismo sexual

Em 1905, com o texto *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, (FREUD, 1996, v.7) formula o conceito de pulsão como radicalmente diferente de instinto. Em seu discurso revolucionário enuncia um conjunto de proposições chocantes para a época: a existência da sexualidade infantil, caracterizada como autoerótica e perversa polimorfa, uma vez que a criança utiliza qualquer parte de seu corpo como objeto sexual; a finalidade da sexualidade não ser a procriação, mas o prazer; e a pulsão sexual inaugurando-se como pulsões parciais, podendo investir os mais diferentes objetos que lhe causem prazer sendo, pois, múltipla, variável, dissociada da genitalidade e da reprodução da espécie. Assim sendo, Freud diferencia-se das posições psiquiátricas da época por não considerar as aberrações sexuais como fruto da degenerescência ou da hereditariedade. Em sua concepção, as perversões não seriam consideradas como fenômenos anormais, mas constituintes da sexualidade humana.

O conceito de pulsão introduzido por Freud, a partir desse estudo, ao colocar a questão do prazer como o centro da problemática da sexualidade, desloca-a do domínio da biologia para o das representações psíquicas. Este conceito de pulsão sexual, parcial e polimorfa, já é um operador que permite formular a sexualidade humana fora do determinismo anatômico e a diferença sexual fora do registro da complementaridade. Se a pulsão sexual é parcial e polimorfa e não tem objeto determinado, ela já assinala uma sexualidade dissociada da genitalidade e que remete à impossibilidade de qualquer simetria ou completude.

Embora sua teoria sobre a sexualidade apresentasse aspectos bastante inovadores para o momento histórico, no que diz respeito à sexualidade feminina, ainda reforçava o pensamento dominante no início do século XX. Nesse momento, Freud ainda vinculava a construção de gêneros à diferença anatômica entre os sexos.

Nos *Três ensaios* Freud vai, ainda, enunciar duas formulações fundamentais para a compreensão da sexualidade humana: o postulado de uma bissexualidade, essencial para a compreensão das manifestações sexuais que podem ser observadas nos homens e nas mulheres; e a tese de uma libido única de essência masculina, em que afirma só haver um sexo, o masculino. Pode-se inferir que o conceito de bissexualidade enunciado por Freud em termos de uma disposição psíquica sexual, masculina e feminina, presente no ser humano, possibilita igualmente pensar a sexualidade como um processo de construção.

Nesse texto, Freud propõe as bases essenciais de sua concepção de feminilidade, ou seja, a existência, até a puberdade, de um monismo sexual nos dois sexos. Essa hipótese de um só e mesmo aparelho genital é a primeira das teorias sexuais freudianas e tem em sua concepção a importância da particularidade e do determinismo, para a feminilidade, de que o único órgão sexual reconhecido pela criança nos dois sexos é o órgão masculino, ou seja, o pênis no menino e seu correspondente, na menina, o clitóris. É interessante esclarecer que, apesar de nesse momento Freud pensar a sexualidade da mulher a partir do modelo do homem, ele não está pressupondo que não exista uma diferença de essências entre os dois sexos.

No entanto, no que concerne à sexualidade feminina, pode-se constatar alguns paradoxos nas formulações freudianas, no texto dos *Três ensaios*. Freud postula a sexualidade feminina em simetria com a masculina, ressaltando três aspectos: pela anatomia – zona erógena feminina, clitóris e masculina, pênis; pela pulsão – de essência ativa e masculina, presente em meninos e meninas através da masturbação; e por uma teoria infantil que sustenta que todos os seres humanos têm pênis, tendo a menina um pênis pequenino, o clitóris.

Num outro aspecto, Freud supõe uma essência passiva no feminino, afirmando que

as pulsões parciais estariam presentes, desde sempre, de forma passiva na menina. Com esta concepção, ele concebe as pulsões e os comportamentos ativos das meninas como sinais de sua masculinidade. Considera o clitoris como a marca dessa masculinidade no corpo da mulher e atribui à libido, que seria uma energia sexual ativa, um caráter masculino.

Nesse caso, constata-se uma contradição em suas formulações concernentes às mulheres: ao mesmo tempo que consideradas masculinas por excelência, seriam também femininas por essência. É como se ele pensasse o sexo feminino como possuído por uma masculinidade que, de certa forma, lhe seria estranha.

Revela-se também um descompasso entre a formulação freudiana da pulsão que, ao apresentar uma plasticidade na sexualidade humana, romperia radicalmente com o determinismo biológico, e suas concepções sobre a diferença sexual entre o masculino e o feminino, fortemente impregnadas de teses essencialistas.

Pode-se observar que as formulações de Freud sobre a sexualidade feminina ora o colocam em sintonia com o pensamento dominante em sua época, ora abrem novas perspectivas para pensar a mulher.

Destaca-se, ainda, nesse percurso de sua produção teórica sobre a sexualidade, até os anos 1920, a temática da existência de um complexo, durante o desenvolvimento infantil, que ele denominou de Édipo, tendo como modelo o mito grego. Freud destaca a importância desse complexo como o fenômeno central do período sexual da primeira infância.

De acordo com o seu postulado, a assunção da criança à posição masculina ou feminina ocorre ao final de uma série de investimentos libidinais e identificações com os adultos que cumprem o papel de casal parental junto às crianças. Ele destaca a importância, em Édipo, de um elemento simbólico que chamou, novamente, segundo uma referência clássica, de falo. No entanto, esclarece

que, embora o órgão masculino seja uma das formas assumidas pelo falo, este não se reduz ao pênis.

Conforme essa concepção, a saída do Édipo masculino se dá pela renúncia do menino à mãe, como primeiro objeto de desejo, devido ao temor da castração. Ao identificar-se com o pai, que ocupa a função de agente interditor entre a mãe e ele, o menino adquire a possibilidade de exercer sua virilidade com outras mulheres, respeitando, assim, o tabu do incesto.

Mas é o Édipo feminino que constitui motivo de embaraço para Freud. Ele logo percebe que o percurso da menina em direção à sexualidade adulta não é simétrico como o do garoto. A mudança do objeto de desejo (a mãe é também o primeiro objeto de desejo da menina) para o pai e a própria saída da situação edípica são questões problemáticas. Ao final, Freud destaca o ressentimento da menina em relação à mãe por não encontrar do lado dela um elemento simbólico que possa lhe garantir o acesso à feminilidade.

Nesse ponto, um impasse se faz presente: enquanto a masculinidade obedeceria à ordem da transmissão, a feminilidade diria respeito à invenção, a cargo de cada mulher.

O devir feminino

Em 1924, com o artigo *A dissolução do complexo de Édipo*, Freud (1996, v.19) dá ênfase, pela primeira vez, ao caminho diferente tomado pelo desenvolvimento da sexualidade em meninos e meninas. Para o menino, o declínio do complexo de Édipo, ou seja, a destruição da organização fálica infantil, dar-se-á sob a ação da ameaça de castração, em que ele vive um conflito entre seus libidinosos desejos dirigidos à mãe e o interesse narcísico dirigido a seu próprio pênis, prevalecendo este último. A princípio, o menino não dá crédito à ameaça recebida. Só mais adiante, quando pela primeira vez observa os genitais femininos, é que sua descrença cai por terra. Assim sendo, no menino, o complexo de castração o faz abandonar os desejos edípicos.

Na menina, o complexo de castração despertado pela visão do pênis nos meninos a levará a um sentimento de inferioridade e a querer compensar sua falta pela inveja do pênis. Neste caso, o complexo de castração a faz voltar-se para o pai para tentar substituir a falta do pênis: o desejo de ter um filho do pai, como substituto do pênis é, portanto, o promotor do Édipo feminino. Na medida em que esse desejo jamais se realiza, o complexo de Édipo na menina é gradativamente abandonado.

Freud conclui este artigo afirmando que “os dois desejos – possuir um pênis e um filho – permanecem fortemente catexizados no inconsciente e ajudam a preparar a criatura do sexo feminino para seu papel posterior” (FREUD, 1996, v. 19, p.198).

A temática das consequências psíquicas das diferenças anatômicas entre os sexos é mais bem delineada por Freud no ano seguinte (1925), no trabalho intitulado *Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos* (1996, v. 19). Esse texto contém uma completa reavaliação de suas opiniões sobre o desenvolvimento psicológico das mulheres. Nele estão também os germes de todo o seu trabalho posterior sobre o assunto.

A vida sexual das mulheres, até aquela época, encontrava-se mergulhada numa impenetrável obscuridade, o que levou Freud a muitas vezes presumir que a psicologia das mulheres podia ser tomada simplesmente como análoga à dos homens. No entanto, ele próprio sempre deixou assinalado o caráter inacabado ou mesmo de suposição de suas explorações a respeito desta questão e sua “urgente necessidade de confirmação”. Freud, assim se expressa:

Examinando as primeiras formas mentais assumidas pela vida sexual das crianças, habituamo-nos a tomar como tema de nossas investigações a criança do sexo masculino, o menino. Com as meninas, assim supúnhamos, as coisas deviam ser semelhantes, embora de um modo ou de outro elas tenham, não obstante,

de ser diferentes. O ponto do desenvolvimento em que reside essa diferença não podia ser claramente determinado (FREUD, 1996, v.19, p.278).

Nesse artigo, Freud enfatiza a importância do complexo de Édipo e afirma que o modo pelo qual o menino ou a menina nele se introduz e o abandona terá seus efeitos no desenvolvimento de sua vida sexual.

Aponta a situação do complexo de Édipo como o primeiro estágio possível de ser identificado nos meninos, reafirmando que a atitude edipiana, nos mesmos, pertence à fase fálica e sua destruição é gerada pelo temor da castração. Com referência à pré-história desse complexo, acredita que o menino viva uma fase de afeto com o pai, identificando-se com este, não apresentando nenhum sentimento de rivalidade com relação à mãe. Ainda nesse estágio, surge, no menino, uma atividade masturbatória vinculada aos órgãos genitais cuja repressão coloca em ação o complexo de castração.

Nas meninas, o complexo de Édipo levanta uma questão a mais que nos meninos: sendo a mãe, originalmente, o objeto de investimento amoroso de ambos os sexos, o que leva os meninos a reterem esse objeto em seu complexo de Édipo? Como explicar que as meninas o abandonem, elegendo o pai como seu novo objeto de investimento amoroso?

Na busca de lançar luz sobre essa questão, Freud aguça suas observações sobre a pré-história da relação edipiana nas meninas, que ele afirma constituir-se de uma formação secundária. Durante a fase fálica, as meninas estão destinadas a fazer uma estupefante descoberta: o pênis de seu irmãozinho ou companheiro de brincadeiras é proporcionalmente muito maior que seu minúsculo clitóris. Isto as leva à inveja do pênis. Com uma frase Freud sintetiza este momento: “Ela o viu, sabe que não o tem e quer tê-lo” (FREUD, 1996, v.19, p.281).

Nesse ponto de seu trabalho, Freud afirma ter a oportunidade de corrigir uma pre-

missa de anos atrás, em que acreditava que o interesse sexual das crianças era despertado pelo problema de saber de onde provinham os bebês. Aqui ele afirma que, pelo menos com as meninas, este por certo não é o caso.

Segundo este autor, a inveja do pênis, se não puder ser absorvida na formação reativa do complexo de masculinidade, pode acarretar várias consequências, entre elas, um sentimento de inferioridade na mulher, que pode persistir e, por deslocamento, tornar-se um traço característico de ciúme; um afastamento da relação afetiva com a mãe, uma vez que a considera responsável por colocá-la no mundo de forma tão “insuficientemente aparelhada”; e um dos mais importantes efeitos da inveja do pênis, a abolição da masturbação clitoridiana (considerada uma atividade ligada à virilidade), constituindo pré-condição necessária para o desenvolvimento da feminilidade.

Freud, então, postula que o reconhecimento da diferença sexual obriga a menina a renunciar à masculinidade e dirigir-se à feminilidade, em função de seu “sentimento narcísico de humilhação ligado à inveja do pênis”.

Até aqui, o complexo de Édipo, na menina, não desempenhou qualquer papel. A partir desse momento, a libido da menina desliza da posição “pênis” para a posição “bebê”. Ela abandona o desejo de ter um pênis e passa a desejar um filho, tomando o pai como objeto de seu amor e a mãe como objeto de seu ciúme. A partir desse ponto, a menina estrutura-se para tornar-se uma mulher.

Para Freud, o complexo de Édipo na menina é uma formação secundária, preparada pelas operações precedentes do complexo de castração. Ele afirma existir um contraste fundamental entre os dois sexos, em relação aos complexos de Édipo e de castração. Assim, escreve:

Enquanto, nos meninos, o complexo de Édipo é destruído pelo complexo de castração, nas meninas ele se faz possível e é introduzido através do complexo de castração (FREUD, 1996, v.19, p.285).

Essa contradição torna-se clara ao se entender que, nos dois casos, o complexo de castração inibe e limita a masculinidade e incentiva a feminilidade, sendo que a diferença entre o complexo de castração nos dois sexos deve-se às diferenças anatômicas. A menina, por já ser anatomicamente castrada, não teme a castração, enquanto o menino a teme, pois ela lhe aparece como uma ameaça.

Sobre os caminhos percorridos pelos dois sexos para a saída do Édipo, Freud, nesse texto, afirma que,

nos meninos, o complexo não é simplesmente reprimido; é literalmente feito em pedaços pelo choque da castração ameaçada. Suas catexias libidinais são abandonadas, dessexualizadas, e, em parte, sublimadas; seus objetos são incorporados ao ego, onde formam o núcleo do superego. Em casos normais, ou melhor, em casos ideais, o complexo de Édipo não existe mais, nem mesmo no inconsciente; o superego se tornou seu herdeiro (FREUD, 1996, v.19, p.285).

No entanto, em relação às meninas, ele afirma faltar o motivo para a demolição do complexo de Édipo, uma vez que a castração já cumpriu seu papel de forçar-lhes a entrada nele. Assim, entende que, nas meninas,

esse complexo foge ao destino que encontra nos meninos: ele pode ser lentamente abandonado ou lidado mediante a repressão, ou seus efeitos podem persistir com bastante ênfase na vida mental normal das mulheres (FREUD, 1996, v.19, p.286).

Em 1931, Freud produz um estudo com o título *Sexualidade Feminina*, onde faz um reenunciado das descobertas de 1925 e dá nova ênfase à intensidade e longa duração da ligação pré-edípica da menina à mãe. Apresenta extenso exame do elemento ativo na atitude da menina para com a mãe e na feminilidade em geral.

Nesse texto, ele ressalta que a fase pré-edi-piana na mulher é muito mais importante do que havia suposto e aponta que a universalidade do Édipo precisa ser repensada, levando-se em conta o princípio do Édipo negativo nas meninas (fase de ligação com a mãe, tendo o pai como rival). Afirma que a fase de ligação afetuosa pré-edi-piana é decisiva para o futuro de uma mulher, uma vez que durante esta fase são feitos os preparativos para a aquisição das características com as quais mais tarde exercerá seu papel na função sexual e realizará suas apreciáveis tarefas sociais.

Como se processaria esse tornar-se mulher?

Ao contrário do menino, que na fase fálica se encontra em uma posição edípica, tendo como objeto de amor a mãe e como rival o pai, dando solução ao seu Édipo pelo complexo de castração, para a menina, é a castração que a conduzirá ao complexo edípico. Ela reconhece o fato de sua castração, e, com ele, também a superioridade do menino e sua própria inferioridade. Esse tornar-se mulher, enquanto resolução do Édipo feminino diante da castração, apresenta-se como uma operação complicada para a menina, que se rebela contra esse estado de coisas indesejáveis. Diante dessa situação conflitiva e de acordo com o modo pelo qual a menina significa sua castração, restam-lhe três saídas possíveis do complexo de Édipo: a inibição sexual, o complexo de masculinidade e a feminilidade normal, propriamente dita.

A primeira saída – a frigidez e a inibição – leva a menina, assustada pela comparação com os meninos e sentindo-se inferiorizada com o seu clitóris, a abdicar de sua masculinidade pela renúncia à atividade fálico-clitoridiana e pela instalação de uma inibição sexual que se estende a outros campos.

A segunda linha – o complexo de masculinidade – faz com que ela se agarre de forma desafiadora à sua masculinidade ameaçada, acreditando na possibilidade de obter um pênis, podendo resultar numa escolha de objeto homossexual manifesta.

E a terceira via – tornar-se mulher pela maternidade e pela passividade – possibilita-lhe encontrar o caminho da feminilidade definitiva pela substituição de seu desejo masculino de ter um pênis do pai por um desejo feminino de maternidade (ter um filho do pai) e pela substituição do gozo ativo masculino do clitóris pelo gozo passivo da vagina.

Portanto, nas mulheres, o complexo de Édipo constitui o resultado final de um desenvolvimento bastante demorado. Freud afirma que

ele não é destruído, mas criado pela influência da castração; foge às influências fortemente hostis que, no homem, tiveram efeito destrutivo sobre ele e, na verdade, com muita frequência, de modo algum é superado pela mulher (FREUD, 1996, v.21, p.238).

Entretanto, este modelo fálico-edípico para a sexualidade feminina configura-se num paradoxo ao indicar, por um lado, o feminino como construção psíquica e, neste sentido, desvinculado de uma ordem natural e, por outro, sustentar a maternidade como destino normal para as mulheres, sendo as demais alternativas consideradas desvios negativos e soluções patológicas.

Assim, no afã de fixar a mulher no lugar que ele supõe que lhe é predestinado, Freud aponta como única possibilidade normal para o sexo feminino uma trajetória bastante duvidosa. A ideia de maternidade como a única possibilidade de abrandar a inveja do pênis é, no mínimo, problemática, pois o bebê ficaria situado no lugar do falo, destituído de uma posição alteritária em relação à mãe, o que certamente traria problemas para o seu desenvolvimento posterior. É como se, contraditoriamente, para situar a mulher numa posição faltosa, Freud reforçasse o lugar onipotente da mãe.

Ainda nesse artigo Freud tenta obter resposta para as questões: “O que é que a menina exige da mãe? Qual é a natureza de seus

objetivos sexuais durante a época da ligação exclusiva à mãe?”

Diz serem os objetivos sexuais da menina, em relação à mãe, tanto ativos quanto passivos e determinados pelas fases libidinais através das quais a criança passa. Identifica atividade/passividade com masculinidade e feminilidade, observando que as primeiras vivências sexuais da criança são passivas em relação à mãe, que amamenta e cuida dessa criança. Enquanto uma parte de sua libido continua presa a essas experiências, desfrutando das satisfações a elas relacionadas, outra parte tende a manifestar-se de modo ativo. Lembra que a mãe se torna o primeiro sedutor na vida da criança, por executar nela os cuidados corporais. Afirma, também, que a criança tende a repetir suas experiências passivas, sob a forma ativa, no brinquedo ou, então, transforma a mãe em objeto e comporta-se para com ela como sujeito ativo. Observa, ainda, que a atividade sexual bastante surpreendente de meninas em relação à mãe manifesta-se cronologicamente em inclinações orais, sádicas e, por fim, até fállicas, dirigidas no sentido desta.

Por fim, lembra-nos que existe apenas uma libido, sejam os objetos ativos ou passivos. E, como conclusão definida sobre a sexualidade feminina, assim expõe:

Descobrimos em ação nessa fase as mesmas forças libidinais que na criança do sexo masculino, e pudemos convencer-nos de que, durante algum tempo, essas forças seguem o mesmo curso e têm o mesmo desfecho em ambos (FREUD, 1996, v.21, p.247).

O último artigo de Freud sobre a temática do feminino, cujo título é *Feminilidade*, de 1932, faz parte da XXXIII Conferência, proferida em 1933. Nesse texto, expõe o problema da bissexualidade (descrita por ele na primeira edição de seus *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* – 1905) ao considerar que, anatomicamente, um indivíduo não é totalmente macho nem totalmente fêmea,

somente os produtos sexuais são distintos: “O produto sexual masculino, o espermatozoide, e seu veículo são masculinos; o óvulo e o organismo que o abriga são femininos” (FREUD, 1996, v.22, p.114).

Freud chama a atenção para o fato de que partes do aparelho sexual masculino também aparecem no corpo da mulher e vice-versa, afirmando que a proporção de componentes masculinos e femininos que se misturam num indivíduo está sujeita a flutuações muito amplas.

Considera um grave erro confundir feminilidade com passividade e masculinidade com atividade. Pede cautela para não se subestimar a influência dos costumes sociais que forçam as mulheres a reprimir seus impulsos agressivos, favorecendo o desenvolvimento de impulsos masoquistas, considerados essencialmente femininos. Em relação a essa tendência, lança a questão: “Se os senhores encontram masoquismo em homens, que lhes resta senão dizer que tais homens mostram traços femininos muito evidentes?” (FREUD, 1996, v.22, p.127).

Esse autor afirma ser a psicologia incapaz de solucionar o enigma da feminilidade e diz que a psicanálise se empenha em indagar como é que a mulher se forma, isto é, como a mulher se desenvolve desde a criança dotada de disposição bissexual?

Neste ponto do texto, passa a discorrer sobre os caminhos da constituição da feminilidade, já abordados nos artigos anteriores: “Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos”, (1925) e “Sexualidade feminina”, (1931), apresentando, na última parte deste artigo, um material novo que trata da mulher na fase adulta.

Importante precisar, no texto freudiano, o significado dos conceitos relativos a *feminino*, *sexualidade feminina* e *feminilidade*. O termo *feminino* refere-se à posição dita feminina na dialética fállica, na qual o feminino se articula à castração e à passividade em oposição ao masculino que é referido ao fállico e à atividade. A *sexualidade feminina*

designa o destino da sexualidade da mulher dentro dessa referência fálica. E a *feminilidade* assinalaria uma inscrição do erotismo nos homens e nas mulheres não mais regulada à lógica fálica.

Freud aponta como um dos elementos precursores, concernentes ao enigma feminino, a dissolução apenas parcial do complexo edípico na mulher e o conseqüente prejuízo daí advindo, para a formação de seu superego.

Pode-se constatar que, nesse momento de sua produção teórica, ele faz uma abordagem da feminilidade para além da diferença entre os sexos. Seu percurso em relação à sexualidade feminina leva-o a destacar o complexo de castração como condição de distinção entre os sexos, mostrando um vínculo entre o processo de sexuação feminina e a cultura. Coloca a mulher como um vir a ser, ou seja, considera a formação da feminilidade como um processo em devir.

No que diz respeito às peculiaridades psíquicas da feminilidade madura, Freud acrescenta alguns esclarecimentos, entre os quais acentua que o desenvolvimento da feminilidade permanece exposto a perturbações motivadas pelos fenômenos residuais do período masculino inicial, ocorrendo frequentemente regressões às fixações das fases pré-edípicas. Afirma nem sempre ser fácil distinguir o que se deveria atribuir à influência da função sexual e o que atribuir à educação social, mas, ainda assim, imputa à feminilidade maior quantidade de narcisismo, que também afeta a escolha objetual da mulher, de modo que, para ela, ser amada é uma necessidade mais forte que amar. Considera que a inveja do pênis tem, em parte, como efeito a vaidade física das mulheres, vista como uma necessidade de valorizar seus encantos, como uma tardia compensação por sua original inferioridade sexual. Acredita, ainda, que a vergonha, considerada uma característica feminina por excelência, traz como finalidade a ocultação da deficiência genital. Contudo, Freud alega não pretender atribuir a tais asserções senão uma validade média.

Sigmund Freud termina sua obra sobre a sexualidade feminina com uma confissão sobre o inacabado:

Isto é tudo o que tinha a dizer-lhes a respeito da feminilidade. Certamente está incompleto e fragmentário, e nem sempre parece agradável. Mas não se esqueçam de que estive apenas descrevendo as mulheres na medida em que sua natureza é determinada por sua função sexual (FREUD, 1996, v.22, p.134).

Finalmente, é no texto *Análise terminável e interminável*, de 1937, que podemos vislumbrar a dimensão conceitual do que Freud vem designar como feminilidade, entendida como uma característica comum a homens e mulheres e sua aceitação equivalente à aceitação da castração.

Freud sustenta que, tanto na análise terapêutica quanto na análise de caráter, surgem dois temas relevantes que causam enormes dificuldades ao trabalho do analista: a inveja do pênis, um anseio definido pela mulher para possuir um órgão genital masculino e, no homem, uma luta contra a atitude passiva ou feminina em relação a outro homem.

Afirma haver uma correspondência entre esses dois temas, algo comum a ambos os sexos, mas que estes foram forçados pela diferença entre eles a apresentar formas diferentes de expressão.

Apesar de ter nominado essa característica psíquica dos seres humanos, comum aos sexos, de complexo de castração, acha que a descrição correta deveria ser “repúdio da feminilidade”, uma vez que trata da tentativa do sujeito masculino ou feminino de agarrar-se à referência fálica, como numa posição de defesa.

Ao descobrir-se castrado, o sujeito, homem ou mulher, se reencontraria com uma feminilidade primária que, se de um lado o remete a uma experiência de angústia, face à sua fragilidade e incompletude, de outro lhe abre novas possibilidades sublimatórias.

Ao situar a feminilidade como uma característica comum a homens e mulheres, Freud acaba por chamar a atenção para o fato de que o que era considerado pela tradição ocidental como atributo das mulheres seria na verdade uma vicissitude da condição humana.

O texto freudiano coloca-se, pois, como uma obra aberta que se encerra em uma tensão entre o impasse do feminino, referido à lógica fálica, e o passe da feminilidade, formulado por ele, em 1937, indicando um erotismo não mais falocêntrico, mas que deixa à mostra um eixo de subjetivação, erotização e sublimação e inaugura novas possibilidades de inscrição do sujeito, homem e mulher, na cultura, como singularidade e diferença. Assim, Freud se expressa:

Dois temas vêm a ter preeminência especial e fornecem ao analista quantidade inusitada de trabalho. Estão ligados à distinção existente entre os sexos; um deles é tão característico dos homens quanto o outro o é das mulheres. (...) Os dois temas correspondentes são, na mulher, a *inveja do pênis* – um esforço positivo por possuir um órgão genital masculino – e, no homem, a luta contra sua atitude passiva ou feminina para com outro homem. O que é comum nos dois temas foi distinguido pela nomenclatura psicanalítica, (...) como sendo uma atitude para com o complexo de castração (FREUD, 1996, v.23, p.268-269).

Seria, pois, com a feminilidade que os dois sexos se confrontariam para elaborar a castração. A feminilidade remetendo a uma condição constitutiva do sujeito, anterior à organização fálica, ou seja, anterior à inscrição da diferença sexual feminino/castrado ou masculino/fálico. Assim sendo, para Freud, a feminilidade passa a ser um conceito para além da diferença entre os sexos, uma experiência de perda dos emblemas fálicos e de falência narcísica, determinante para os indivíduos se situarem, enquanto sujeitos sexuados, em nossa cultura. Com essa nova

visão, o feminino passa a ser pensado como base da constituição do sujeito, saindo de uma posição hierarquicamente inferior ao masculino e adquirindo um valor positivo impensável até então.

Perspectivas contemporâneas da feminilidade

Ao se procurar entender como se configura a feminilidade nos tempos atuais, faz-se mister buscar enunciar o solo fundante de sua proposição, a fim de se apreender a especificidade do que vem sendo identificado como feminilidade no contexto contemporâneo. Para tal, torna-se importante lançar um olhar mais cuidadoso sobre o que Freud nos legou com seus estudos.

A noção de feminilidade, ao fim das elaborações freudianas, deu à psicanálise a possibilidade de pensar os destinos do feminino como marcados pela singularidade. A singularidade e a riqueza da produção desse pensador é a de se constituir, ela mesma, em uma tensão discursiva entre o determinismo universal da lógica fálica e a feminilidade como enunciação singular. Ao final de sua obra, Freud expressou o conceito de feminilidade como o originário do sexual, o eixo fundamental do erotismo, ou seja, ele conferiu à feminilidade a centralidade da experiência erótica. A partir desse momento, a feminilidade inscreve-se como sendo a origem e o fundamento do sexual, a sua condição de possibilidade, de onde poderia advir o ser homem e o ser mulher.

Trata-se, pois, de um outro registro da sexualidade, caracterizado pela ausência da referência ao falo. Até então, as figuras do masculino e do feminino, na psicanálise, tinham, no falo, o seu operador teórico fundamental. A sexualidade feminina era sempre pensada a partir da sexualidade masculina, que se configurava como paradigma universal da subjetividade humana. A feminilidade, pois, como registro sexual teria como seu critério definidor a inexistência do falo como eixo de construção do sujeito.

Um outro conceito que também se articula ao registro da feminilidade, conforme o legado de Freud, é o de desamparo. Feminilidade e desamparo seriam duas faces da mesma moeda, aquilo que afetaria o sujeito, de tal forma, que não deixaria a este qualquer defesa possível.

De acordo com Birman, vários traços sobre a sexualidade estariam condensados na figura da feminilidade, quais sejam: prematuridade, incompletude, insuficiência, polimorfismo, inexistência de objeto fixo da pulsão, entre outros. Este autor assim sintetiza esta questão:

Enfim, a feminilidade e o desamparo originário do sujeito são os conceitos que unificam todos esses atributos sobre o erotismo, meticolosamente traçados no discurso freudiano, na tentativa sempre recomeçada de decifrar o emaranhado polissêmico da sexualidade (BIRMAN, 1999, p.53).

Assim sendo, longe da completude fálica e da onipotência narcísica, o sujeito encontraria na feminilidade a sua forma crucial de ser, uma vez que a fragilidade e a incompletude são as formas primordiais do ser humano. Justamente por isso o sujeito seria desajustado. Se, por um lado, o que moveria o erotismo no ser seria a certeza da incompletude, por outro, a esperança da completude, a ser oferecida pelo gozo, seria o foco a alcançar. Dessa forma, poder-se-ia inferir que o erotismo humano se fundaria no desamparo do sujeito e na feminilidade.

Para que a feminilidade possa se instituir como eixo de fundação do sujeito, necessário é que se possam perder as certezas do *phallus* na sua falácia grandiloquente. Esta é a condição do erotismo, para que se possa ser femininamente mulher e femininamente homem (BIRMAN, 1999, p.104).

Desse modo, a experiência de desamparo dos homens e mulheres diante da perda

dos referenciais fálico-narcísicos abriria para homens e mulheres novas possibilidades de subjetivação.

Não existiria, pois, qualquer falácia na feminilidade. Ela ultrapassaria as marcas da falicidade tanto na figura do homem quanto na da mulher. Se por um lado, para se alçar efetivamente ao erotismo, como forma de ser e de autenticidade, seria preciso coragem para se despojar dos referenciais fálicos, em contrapartida, seria justamente isto que lançaria o sujeito no que há de imponderável na experiência do desamparo, causando-lhe o horror desta condição.

Joel Birman, pensador contemporâneo, assim dimensiona essa questão:

Seria a fragilidade humana, revelada pelo desamparo originário, que impediria frequentemente as pessoas de realizarem uma ruptura decisiva e efetiva com as insígnias da falicidade. Essa é, contudo, a única possibilidade que lhes resta para se encontrarem criativamente com as suas falhas e fendas incontornáveis, para desistirem definitivamente do pesadelo letal da completude e da suficiência (BIRMAN, 1999, p.129).

Tem-se, pois, que no mundo contemporâneo, a condição humana seria reconhecida pela imperfeição e pela finitude. Por essas marcas fundamentais é que o feminino, agora, seria fundante de nossa subjetividade. No registro psíquico, a feminilidade seria, assim, o que nos inscreveria como seres marcados pela finitude e incompletude, ou seja, seres “humanos, demasiadamente, humanos”, conforme o aforismo nietzschiano (NIETZSCHE, 2006).

Assumir, portanto, os limites do humano circunscrito ao território da não perfeição e da não completude seria a assunção da feminilidade pelo sujeito, enquanto “sublime ação” (BIRMAN, 2001), ou seja, seria a consideração efetiva pela psicanálise de que a condição humana não poderia fugir às dimensões erótica e intensiva das pulsões, uma

vez que isso é que nos faria verdadeiramente humanos.

A feminilidade enquanto sublime ação indicaria as potencialidades humanas para a erogeneidade e para a experiência da criação, na qual se reconhecera implicitamente que a subjetividade seria, pois, imperfeita, incompleta, inconclusa e finita. Enquanto potência de *de vir-a-ser*, o sujeito seria, enfim, sempre algo tosco e rude, marcado que seria pela pouca nobre carnalidade e fadado ao permanente e insistente recomeço de sua existência (BIRMAN, 2001, p.242-243).

A psicanálise postula que para o desamparo do sujeito não existe cura possível, pois frente a ele é preciso ao sujeito inventar para si novos destinos para tornar a sua existência possível e prazerosa. A feminilidade é, pois, uma face da experiência do desamparo, oposta ao masoquismo, na medida em que, ao indicar a perda dos emblemas fálicos a ambos os sexos, permite-lhes novas possibilidades de erotismo e sublimação.

Na busca de um caminho para propiciar este alcance, Birman, 1996, cunha a expressão “feminilização da existência”, ao indicar a possibilidade que a experiência analítica tem de “tornar possível para o sujeito um discurso singular sobre o mundo, uma leitura fragmentar sobre as coisas e a perda definitiva da crença nos enunciados universais (BIRMAN, 1996, p.19).

Regina Neri, psicanalista e autora de livros nesta área, corrobora com o pensamento birmaniano ao reafirmar a psicanálise como “discurso privilegiado para escutar, na clínica e na cultura, a inscrição de novos processos de singularidade subjetiva e erótica (em BIRMAN, 2002, p.14).

Segundo esta autora, o paradigma da feminilidade, hoje, apresenta-se como um discurso de subversão,

ao formular um eixo de subjetivação e erotização não mais referido ao paradigma mas-

culino considerado universal, e ao enunciar um sujeito da mobilidade pulsional em permanente tentativa de inscrição de sua singularidade estética numa singularidade ética e estética (NERI, 2002, p.34).

O grande desafio colocado ao sujeito – homem ou mulher – em um processo de análise estaria em conseguir permanecer e suportar a dor provocada pela posição de desamparo e de feminilidade. É nesse ponto limite entre sua pulsão de vida e de morte que o sujeito estaria propício a constituir efetivas possibilidades de sublimação e de criação, ou seja, aqui estaria a abertura de um canal para a construção da singularidade do ser. A sublimação é entendida, nesse contexto, como transformação da pulsão de morte em pulsão sexual, de maneira que o erotismo e o trabalho de criação se tornem possíveis.

Outra autora no campo da psicanálise, Silvia Alexim Nunes (2000) também afirma que a feminilidade, ao deslocar a questão da sexualidade humana do paradigma da diferença sexual para um outro, centrado na ideia de singularidade, coloca-se como uma experiência constitutiva do sujeito. Os dois sexos compartilham uma mesma feminilidade com a qual vão ter, necessariamente, que se deparar em seu processo de subjetivação, e sua aceitação equivale à aceitação da castração. Nessa ótica, a feminilidade mostra-se, então, como uma potência produtiva que pode desencadear diferentes caminhos e infinitas possibilidades sublimatórias para os indivíduos.

Diante desta constatação, Nunes convoca os analistas da modernidade a um processo de implicação nos novos rumos que a psicanálise pode alcançar em relação a essa temática:

... a noção de *feminilidade* pode ajudar tanto a compreender as formas contemporâneas de subjetivação quanto a criar espaços para a diversidade, a alteridade e a singularidade, tarefa da qual nós analistas não devemos nos furtar (NUNES, 2002, p.57).

A construção artesanal da singularidade seria, pois, a condição *sine qua non* do ofício de psicanalisar, uma vez que a subjetividade do sujeito no mundo contemporâneo não se funda mais sob ideais totalizantes e universalizantes. Isto implica, também, reconhecer o desamparo como fundamental à própria experiência da escuta analítica para que o analista possa estar aberto ao novo, reconhecendo pluralidades no discurso do analisando e abrindo-lhe espaço para a produção desejante.

Considerações finais

Em um momento de sua obra, Freud expõe que, talvez, a poesia e a arte pudessem decifrar melhor o ser da feminilidade do que os discursos da ciência e da psicanálise.

Embora suas pesquisas tenham se encerrado numa tensão entre a lógica fálica e a via da feminilidade, isto não lhe retira o mérito de estar inscrito numa história de transformação da metafísica dos sexos, na sociedade ocidental.

Hoje, conforme postulado de novos teóricos, a feminilidade como solo originário da subjetividade, ao indicar a perda dos emblemas fálicos, abriria para o sujeito, homem ou mulher, novas possibilidades de erotismo e sublimação, até então desconhecidas por ele e que lhe permitiria o desfrute de uma experiência de criação.

Nos versos da canção de Gilberto Gil, “Super-Homem – a canção”, a expressão desta característica dos novos tempos:

Um dia
Vivi a ilusão de que ser homem bastaria
Que o mundo masculino tudo me daria
Do que eu quisesses ter.
Que nada
Minha porção mulher, que até então
[se resguardara
É a porção melhor que trago
[em mim agora
É que me faz viver.

Quem dera
Pudesse todo homem compreender,
[oh, mãe, quem dera
Ser o verão, o apogeu da primavera
E só por ela ser.
Quem sabe
O Super Homem venha nos restituir
[a glória
Mudando como um deus o curso
[da história
Por causa da mulher.

Abstract

The present paper has as its objective to explore an approach of thinking over the subject of femininity. It has as its core the subjects' building experience on its subjectivation process. Starting from a psychoanalytical approach it tries to remake the path of the Freudian theoretical system over this issue. The present paper advances conflicts, deadlocks and ambiguities of the Freudian thought. Also punctuates some contemporary perspectives about the matter. It tries to enlighten how this essential question to psychoanalysis has been discussed. A bibliographical survey was chosen and used for its leading quantitative and qualitative references about the theme.

Keywords: Constitution of the subject, Helplessness, Phallic logic, Femininity, Subjectivation.

Referências

- ANDRÉ, S. *O que quer uma mulher?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BADINTER, E. *Um amor conquistado: o mito do amor materno.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BIRMAN, J. *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

- BIRMAN, J. (Org.). *Feminilidades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002.
- BIRMAN, J. *Gramáticas do erotismo: a feminilidade e as suas formas de subjetivação em psicanálise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- BIRMAN, Joel. *Cartografias do feminino*. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- BIRMAN, J. *Por uma estilística da existência: sobre a psicanálise, a modernidade e a arte*. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- BERGSON, H. *A evolução criadora*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CLÉMENT, C.; KRISTEVA, J. *O feminino e o sagrado*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- DELEUZE, G. *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- DUTRA, V. L. O conceito de sublimação à luz de uma nova perspectiva da feminilidade. In: BIRMAN, Joel. *Feminilidades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002, p.87-106.
- FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade – a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. v.1.
- FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud – Edição Standard Brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v.7.
- FREUD, S. Estudos sobre a histeria (1893-1895). *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud – Edição Standard Brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v.2.
- FREUD, S. A dissolução do complexo de Édipo (1924). *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud – Edição Standard Brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v.19.
- FREUD, S. Algumas conseqüências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos (1925). *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud – Edição Standard Brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v.19.
- FREUD, S. Sexualidade feminina (1931). *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud – Edição Standard Brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v.21.
- FREUD, S. *Feminilidade* (1932). *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud – Edição Standard Brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v.22.
- FREUD, S. Ansiedade e vida instintual. Conferência XXXII (1933). *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud – Edição Standard Brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v.22.
- FREUD, S. *Feminilidade*. Conferência XXXIII (1933). *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud – Edição Standard Brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v.22.
- FREUD, S. Análise terminável e interminável (1937). *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud – Edição Standard Brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v.23.
- FREUD, S. Esboço de psicanálise (1938). *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud – Edição Standard Brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v.23.
- JULIEN, P. *A feminilidade velada: aliança conjugal e feminilidade*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1997.
- KEHL, M. R. *Deslocamentos do feminino*. Rio de Janeiro: Imago, 2008.
- LACAN, J. *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- LAPLANCHE, J. & PONTALIS, J.-B. *Vocabulário de psicanálise*. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- NERI, R. *A psicanálise e o feminino: um horizonte de modernidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- NERI, R. O encontro entre a psicanálise e o feminino: singularidade/diferença. In BIRMAN, Joel. *Feminilidades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002, p.13-34.
- NIETZSCHE, F. *Humano, demasiado humano*. São Paulo: Escala, 2006.
- NUNES, S. A. *O corpo do diabo entre a cruz e a caldeirinha – um estudo sobre a mulher, o masoquismo e a feminilidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- NUNES, S. A. O feminino e seus destinos: maternidade, enigma e feminilidade. In BIRMAN, Joel. *Feminilidades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002, p.35-57.
- SILVIA, D. Q. da; FOLBERG, M. N. De Freud a Lacan: as ideias sobre a feminilidade e a sexualidade feminina. In *Estudos de Psicanálise*. Salvador, Círculo Brasileiro de Psicanálise, out./2008, v.31.

ZALCBERG, M. *A relação mãe e filha*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

RECEBIDO: 04/09/2012

APROVADO: 22/10/2012

SOBRE A AUTORA

Angela Maria Menezes de Almeida

Pedagoga. Especialista em Metodologia do Ensino Superior e em Pedagogia Empresarial. Mestre em Educação pela UNIVERSO-RJ. Psicanalista e Membro Efetivo do CBP-RJ.

Endereço para correspondência:

Av. Nossa Senhora de Copacabana, 861/403
Copacabana - 22070-010 - Rio de Janeiro/RJ
E-mail: amma49@ig.com.br

O desejo de servidão voluntária e a violência¹

O corpo do poder, o corpo social e o corpo do gozo

The desire of voluntary servitude and violence
The body of power, the social body and the body of enjoyment

Christian Hoffmann²

Resumo

Levando em conta que o poder é tecido no corpo social, o autor se pergunta sobre que tipo de investimento o poder deve fazer no corpo para permitir o bom funcionamento da nossa sociedade neoliberal. Para responder a esta pergunta, ele desenvolve a noção de “corpo social” e de “desejo de servidão voluntária” apoiando-se no conceito psicanalítico de “corpo do gozo” para examinar como a violência é gerada em nossa sociedade.

Palavras-chave: Corpo social, Corpo do poder, Corpo do gozo, Luta pelo aborto, Violência, Erotização, Pornografia.

I – O corpo do poder

O corpo entrou no ensino de Lacan em 1966 e na luta política em maio de 68. A luta pelo aborto, ao pôr em jogo o corpo contra o poder, aumentou o pânico do *corpo social* (médicos e políticos). Esse exemplo histórico permite sublinhar que a relação política entre o corpo e o poder é construída pela metáfora do corpo social. Por consequência, o investimento do corpo pelo poder é um efeito dessa fantasia (FOUCAULT, 2001b), protege-se o corpo social pelo tratamento dos corpos.

Coloca-se então a questão sobre o tipo de investimento do corpo pelo poder que é necessário ao bom funcionamento da nossa sociedade neoliberal. Para Foucault, o “corpo-poder” não é mais que um *Leviatã* superegoico, ele produz igualmente o desejo

e o saber. Esse duplo investimento do corpo tem a força do poder. Por exemplo, à luta do corpo contra o poder de controle da sexualidade, o poder responde pela erotização do corpo e pela pornografia.

Em suma, a proteção do corpo do cidadão é uma maneira médica de proteger a *unidade* do corpo social. Se a ideia de laço social repousa sobre uma metáfora ou uma fantasia do corpo, então não é de surpreender que sua unidade se torne pertinente. Pode se pensar na questão da unidade do corpo social a partir da filosofia política que repousa sobre o amor do mestre e de seu aluno, o desejo de servidão voluntária. Em que, então, considerar a análise contemporânea do poder feita por Michel Foucault, aquela que tira o poder de sua redução ao interdito, reconhecendo a

1. Tradução de Marília Etienne Arreguy; professora adjunta à UFF; associada ao Fórum do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro. E-mail: mariliaetienne@id.uff.br; Revisão da Tradução: Nelson da Silva Jr.; professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da USP; e-mail: nesj@terra.com.br. * Todas as traduções dos autores citados foram feitas de modo livre.

2. Psicanalista. Professor de psicopatologia clínica na Univ. Sorbonne Paris Cité; vice-diretor da École Doctorale de Recherches en Psychanalyse, Univ. Paris Diderot; pesquisador do CRPMS (Centre de Recherches en Psychanalyse, Médecine et Société. Email: hoffmann.ch@wanadoo.fr

imbricação da relação de poder no laço social de tal modo que, da família ao Estado, passando pela sexualidade e pelo saber, não há espaço “fora do poder”. Em suma, o poder é tecido no corpo social (FOUCAULT, 2001c).

Essas duas concepções do poder repousam sobre a metáfora do “corpo social”. Eu vou, devido a isso, desenvolver essas noções de “corpo social” e de “desejo de servidão”, tentando examinar como a violência é gerada nesse “corpo social”, buscando apoio aqui na noção psicanalítica de “corpo do gozo”.

II – O corpo do gozo

Na mesma época, Lacan introduziu em seu ensino o gozo como relação do ser falante ao corpo (LACAN, 1971).

Passemos à questão agora de como *isso* goza? Lacan substituiu bem cedo o tema pelo *Es* freudiano. Esse “isso”, que não é o eu, é para Freud constituído por tudo o que o ser traz ao nascer e que constitui o gozo do vivente. Destaquemos ainda uma vez essa noção “do ser” sob a pluma tardia de Freud, notadamente no *Esboço de Psicanálise* (FREUD, 1938).

O “isso” nos leva diretamente ao corpo que se compraz, e isto posto, fora de toda consideração sobre o sexo. Esse gozo designado por Lacan como fundamental ou como mortal (JADIN; RITTER, 2009) se opõe ao gozo sexual, pelo fato de que ele não é contornado por um limite. Esse gozo toma o caminho em direção à morte (LACAN, 1991), se dirige contra o próprio corpo ou contra o corpo do outro. Sucintamente, gozar de um corpo, como diz Lacan, consiste mais frequentemente então em demoli-lo (LACAN, 2011).

Esse gozo mortal do vivente se articula no inconsciente com a pulsão de morte e seu jogo de repetição. E é pelo intermédio da linguagem, na medida em que o inconsciente é constituído pelos traços das experiências de gozos infantis, que a busca do gozo vai se

articular ao traço significante, que veicula, como todo traço, a significação da perda.

Essa ancoragem do gozo mortal no inconsciente pela produção linguageira da significação da perda de gozo introduz o gozo sexual.

O gozo sexual é chamado gozo fálico por Lacan porque o gozo mortal se sexualiza pelo falo. O falo deve ser entendido, desde a Grécia antiga, como o significante do desejo que introduz a significação da perda e, por consequência, o limite na busca de gozo.

O que diz bem o filósofo das Luzes, Julien Offroy de La Méttrie, em *Arte de gozar [L'Art de jouir]*: “Se eu perdi meus dias na volúpia, ah, dê-me-os, grandes deuses, para perdê-los ainda novamente!” (LA MÉTTRIE, 2011).

O corpo falante e gozante, enquanto construído a partir do discurso que organiza o laço social, nos convida agora a perguntarmos sobre como *isso* goza no social?

Tomemos a questão da violência e da pornografia (ANDRÉ, 2001) e tentemos compreender por que hoje há uma potente montagem desses dois fenômenos no social.

Ninguém contestará que nosso laço social é marcado por uma exigência de gozo que pressiona a um sempre mais de sexo em detrimento de uma sexualidade, sinônimo de erotismo. Essa ausência de Eros no gozo abre o campo à pulsão de morte pela dessexualização do laço social.

A vontade de gozo se opõe ao desejo e ao efeito curativo [à *habillage*] pelo significante fálico da pulsão que limita o gozo pela sua sexualização. Podemos assim distinguir o gozo sexual de um outro gozo, mais primário, que é aquele do vivente, em que o corpo goza dentro de um autismo que abre acesso à “raiva destrutiva”, como indicava Freud (1930) no seu *Mal-estar na civilização [Malaise dans la civilisation]*, evocando a inquietante “agressão e destruição não erotizada”.

A pulsão de morte se apropria do terreno desengajado por um laço social que se arranjou sob a palmatória da vontade de gozo no ritmo das leis do mercado e do sempre mais

de consumo de objetos que passam muito rapidamente do “up” ao “down” do mercado, o que só faz atíçar ainda mais a exigência de gozo.

A pornografia e a violência formam a base de um sempre mais de gozo de um corpo dessexualizado pela ausência de investimento libidinal no laço [social].

Essa raiva gozadora da violência que engloba a pornografia encontra seu mestre em um supereu social exigente de um gozo a qualquer preço, até a morte.

Sucintamente, enquanto o político não promove um laço social em torno de alguns valores como a *singularidade*, a *reciprocidade* e a *comunalidade* (ROSANVALLON, 2011), que formam o tecido do político e da interioridade cidadã do sujeito, então, a violência dessexualizada, quer dizer, sem limites, encontra seu gozo nesta desertificação.

Um dos traços facilmente identificáveis hoje em nosso laço social é o desinvestimento libidinal no trabalho. Ele coloca a burguesia dos assalariados em grande dificuldade e, uma grande parte da juventude, em um mau investimento do saber (HOFFMANN; BIRMAN, 2011). Sem esquecer as derivas políticas ligadas a esse enfraquecimento da classe média dos docentes, dos psicanalistas e de outros cidadãos.

A psicanálise não é uma ética do gozo que prometeria um novo desejo criativo na cultura, ao sujeito que se agarra a seu corpo desenvolvendo novas estratégias de gozos, como apelaria em seus votos Michel Foucault. Nós podemos de certa maneira constatar o fracasso do projeto de Foucault que não soube evitar a dobra identitária em torno das novas formas de gozos, de modo breve, a construção de egos. Do contrário, a psicanálise pode ajudar um sujeito a se desembaraçar de um peso de gozo, de onde vem a ideia de Lacan que em cada analisando existe um aluno de Aristóteles.

O que não é sem ressonância política, pelo fato de que o que se pode esperar do efeito de uma análise sobre um sujeito que

exerce um poder é o contrário de Alcebiades, quer dizer, que ele goze menos do poder, e que ele possa assim consagrar seu desejo à coisa pública.

III – O desejo de servidão voluntária

Eu vou tentar mostrar que o ideal no caso platônico é um impasse no governo de si e dos outros, para retomar o título dos últimos seminários de Michel Foucault. O que não impede de aderir à ideia, que Foucault desenvolve em seus seminários sobre o governo, de que a filosofia encontra “seu real” na política; esse real que ela encontra ali [na política] é, aqui, aquele da servidão voluntária do homem que continua a querer se deixar guiar pelo Ideal platônico do Filósofo-Rei. A explicação filosófica desde Kant até Foucault (FOUCAULT, 2008), ao tornar a “preguiça” e a “covardia” responsáveis desse estado de dependência ao Mestre-governante, não são para nós mais do que o sintoma desse *Logos*. Com certeza, é preciso continuar a se colocar a questão de como sair dessa servidão voluntária. Mas, parece bem difícil hoje de poder pensar “forçar alguém a ser livre” (BROWN, 2009, p.73), quer dizer, a pensar por si mesmo, como fazia Rousseau. E, eu não tenho certeza, como indica a tese de Foucault, que a *parrêsia*, o dizer verdadeiro, que o filósofo (platônico) poderia soprar à alma do Príncipe, é um remédio, já que deixa intacta a questão do governo por um Chefe ideal. Para Nietzsche, o erro residia igualmente na crença no ideal, o que ele interpreta, por outro lado, também como uma “covardia”.

O que diz Lacan? Ele invoca em Maio de 68 a dissolução do saber no mercado e anuncia que “o vencedor desconhecido de amanhã é desde hoje quem comanda” (LACAN, 2009, p.187). A política da atualidade lhe dá razão. O desejo de saber, que é o motor da psicanálise, não desapareceu, por isso. É talvez o desejo de saber que nos dá a coragem de compreender que a democracia é o nome de uma mutação da humanidade em sua relação com seus fins, em que a verdade não

é mais inscrita no céu das Ideias (NANCY, 2009). Um humanismo da diversidade é hoje desejado e, certamente, pensável com o último Lacan. Em suma, *Sapere aude!* Tenha a coragem de te servir de teu próprio entendimento, como pregava a moeda do Iluminismo.

É preciso agora responder à questão da servidão como sintoma³. Nós reconhecemos facilmente a servidão na busca do eu em direção ao Ideal, que se prolonga até na constituição de uma massa em torno de seu líder. Freud compara a massa à hipnose que produz uma confusão entre o Ideal do eu e o objeto, a ser entendido aqui como o outro. Na hipnose, assim como no amor, o objeto vem no lugar do Ideal do eu, o qual representa um ideal não atingido pelo eu. E a consequência é que o objeto absorve o eu e a consciência do sujeito, provocando a submissão a este ser, tornado idealmente superpoderoso (o termo é de Freud). Acontece o mesmo para a constituição libidinal da massa, que faz a soma dos sujeitos, os quais colocaram um só e mesmo objeto, um outro, no lugar do seu Ideal do eu. Esta identificação ao *Um* permite a identificação aos outros e constitui a unidade da massa.

Podemos agora responder à questão, postulada desde Kant e do Iluminismo, desta submissão voluntária a este ser superior, como designa Freud, a quem os homens delegam o governo de si e dos outros?

Quando o governante se torna um Mestre, ele toma o lugar de um pai. Isso é introduzido pelo Ideal platônico do Filósofo-Rei, e é o que se torna objeto da crítica de Aristóteles. Aristóteles quer a separação dos poderes. A degradação dos governos está, para ele, ligada à concentração de poderes e a uma política elaborada sobre o modelo da família. Hannah Arendt e Lévi-Strauss, subsequen-

temente a Aristóteles, preferem igualmente construir uma filosofia política a partir da Cidade. Para Arendt (1995)⁴, o desastre da política resulta do fato de sua construção a partir da família. Por consequência, a substituição de um pai no lugar do Ideal do Eu em nossas sociedades não nos surpreende.

Esse Ideal do Outro é ocupado o mais frequentemente pela figura de um pai ideal. Essa figura é aquela de uma potência paterna que se supõe deter o falo, e que serve de escudo aos sujeitos contra a castração. Daí nossa interpretação da “preguiça” e da “covardia”, supostas por Kant como explicação da servidão, como um sintoma do ser humano. Portanto, o sujeito encontrará aí a oportunidade de gozar repetidamente da perda de sua autonomia (SAFOUAN, 2009).

IV – A passagem ao ato

Resta a difícil questão da passagem ao ato. O que faz com que um sujeito passe ao ato no laço social?

A passagem ao ato evoca mais frequentemente as situações em que o sujeito coloca a sua vida ou a dos outros em perigo, como o suicídio, o homicídio e a agressão. Nesses casos, um limite é ultrapassado, ou seja, aquele do interdito de dispor de sua vida ou da vida de seus semelhantes. Vê-se muito bem que a transgressão desse limite afeta o conjunto do corpo social, ao passo que o interdito do homicídio funda o laço social. É suficiente lembrar com Claude Lévi-Strauss que “em toda a parte em que a regra se manifesta, sabemos com certeza que estamos no âmbito da cultura” (LÉVI-STRAUSS, 1949). É o interdito do homicídio que limita a rivalidade e a agressividade que se produzem daquilo que Lacan chamou, desde seu Estado do Espelho, de servidão imaginária, pela interposição da imagem do próprio corpo na relação

3. REVAULT, M. d'Allones retoma os termos “desejo de liberdade” e “desejo de servidão” a propósito da servidão voluntária, in *Pourquoi nous n'aimons pas la démocratie*. Paris: Seuil, 2010, p.68.

4. FREUD, S. La negation. In *Résultats, idées, problèmes*, t. 2. Paris: PUF, 1985. Cf. Meu comentário desse texto in Hoffmann, C. *Introduction à Freud. Le refoulement de la vérité*. Paris: Hachette Littératures, 2001.

social. Donde a tensão mortífera que se produz no corpo social, portanto, como indica Moustapha Safouan, “É a seu ser mesmo, o meu o qual ele me desposui, que eu quero” (SAFOUAN, 1993) [*C'est à son être même, le mien dont il me dépossède, que j'en veux*]. A solução para essa loucura inerente ao eu está no título dessa obra de Moustapha Safouan, *A palavra ou a morte*. Ele faz aí a demonstração de que as leis que tornam a vida social possível são as mesmas que governam a palavra.

O que torna a dizer, com Freud, que o pensamento será a metáfora do ato pulsional. O simbólico faz mais do que simplesmente metaforizar o real do gozo primário do corpo a corpo, ele transforma esse gozo em pulsão. É esta sexualização do gozo mortífero pela pulsão, por consequência, por sua articulação à realidade sexual do inconsciente que o humaniza no laço social.

A passagem ao ato é uma regressão desse trabalho de subjetivação por um retorno em direção ao real do gozo mortífero, e ela assinala assim uma impossibilidade do trabalho de subjetivação ao querer o gozo imediato. Assim, podemos definir a passagem ao ato como uma vontade de realização imediata do gozo. É uma solução à impossibilidade do trabalho da subjetividade, e, por consequência, do trabalho de pensar. O que torna possível esse trabalho de pensar?

Para responder a essa questão, é preciso revisitar os textos de Freud sobre a pulsão (FREUD, 1968) e sobre a denegação. É interessante encontrar sob a pluma de Freud uma gênese da oposição entre o objetivo e o subjetivo, em seu famoso texto sobre a denegação que Jean Hyppolite (1966) apresentou a Lacan como revelador da gênese do pensamento. Nessa gênese freudiana do pensamento “era uma vez um eu (entendamos aqui um sujeito) para o qual não havia ainda nada de estranho” (IDEM, p.389). A distinção do estranho e de si se faz pela expulsão do estranho para fora do “eu-prazer original”; fonte de desprazer, o que se acha

fora dele era previamente idêntico. Ele retorna ao tema de se escolher entre as moções pulsionais: “isso deve estar em mim ou então fora de mim” (FREUD, 2001, p.137). A outra escolha do julgamento da existência consiste em distinguir um “tem” [*il y a*] primitivo as representações que permitem re-encontrar o objeto através do teste de realidade. Para Freud, é uma questão de *fora* e de *dentro* “o não-real, o simplesmente representado, o subjetivo, está somente dentro; o outro, ou real, está presente ‘do lado de fora’, também” (IDEM, p.137). A condição desta distinção entre o subjetivo e o objetivo é a perda de objeto que em outro momento traria a satisfação. O teste de realidade só pode ser feito sobre o fundo desta perda de gozo. Pode-se reconhecer a construção psíquica do limite para o sujeito entre o *fora* e o *dentro* a partir desta gênese do julgamento e, por consequência, do pensamento⁵. A noção de “limite” toma assim um sentido psíquico enquanto resultante de uma perda primordial a partir da qual aumenta a lacuna, pelo teste de realidade, entre o gozo buscado e o gozo encontrado. Donde surge o julgamento pelo sujeito de um “não é isso!” (LACAN, 1975), expressão em que se reconhece a significação do que Freud, e depois Lacan, designou por castração.

A castração deve ser compreendida aqui como uma perda de gozo. A gênese do pensamento e do sujeito ao mesmo tempo em que produz um pensamento e um julgamento, supõe esta perda de gozo e a existência de representações. Sabemos que a ausência de representação no momento da confrontação do sujeito com uma janela de sua realidade sinaliza a psicose.

5. O eu-prazer e o eu-realidade, os dois princípios do funcionamento psíquico, “*impulsionam uma tal gênese de operações psíquicas primitivas de introjeção e de projeção pelas quais se constitui o limite de um eu que comporta um interior e um exterior*”, in Laplanche, J. et Pontalis, J. B.. *Vocabulaire de la psychanalyse*. Paris: PUF, 1973, p.259.

IV – Conclusão

Michel Foucault respondeu a Gilles Deleuze, em um debate sobre *Os intelectuais e o poder*, que o jogo do desejo (de servidão voluntária), do poder e do interesse é ainda pouco conhecido (FOUCAULT, 2001a). Podemos concluir sobre essa questão que o interesse de servidão voluntária se encontra em um ganho de gozo que assegura a coesão do corpo social, que o mestre encarna em seu corpo, através de uma especularização que o coloca na cabeça desse corpo. Eugène Enriquez cita o exemplo de Juan Perón que dizia à massa: “Vocês são quinhentos mil, comigo nós somos um milhão” (ENRIQUEZ, 2012).

O assujeitamento ao mestre e ao seu gozo mergulha os sujeitos no sono da razão, o que engendra monstros, como sabia Goya. O sujeito encontra um modo de fazer aí a economia do trabalho de pensar por si, com o benefício objetivo de não se ter de considerar [a si mesmo] como sendo um problema para si. Lembremos que é graças à tomada de consciência que o homem se torna um problema para si mesmo, de modo que a tragédia e a democracia vieram à luz desde Atenas.

Em nosso mundo contemporâneo, a excitação pulsional permanente, armada pela hiper potência dos meios (armas, *webcams*, mídias de massa, robôs financeiros), em que a pulsão de morte participa sempre do banquete, em detrimento da *razão*, quer dizer, à impotência de seus fins, favorece as passagens ao ato de todos os gêneros (STIEGLER, 2012).

Esta ausência de transformação das pulsões em investimentos sociais, pelo desinvestimento da razão em todos os seus estados, abandona o trabalho de socialização, que é uma “tarefa sem fim”, como dizia Winnicott.

A juventude abandonada de Auguste Aichhorn se tornou hoje uma juventude dessocializada [*désocialisée*] que pode facilmente se achar patologicamente fanatizada quando o mestre, além do mais o religioso, a isso se mistura.

Abstract

Having in mind that power is weaved through the social tissue, the author asks himself what kind of investment power has to do over the body to aloud that our neoliberal society works well. To answer this question he develops the concepts of ‘social corpus’ and of ‘desire for voluntary servitude’, using as support the psychoanalytical concept of ‘body of jouissance’ to examine how our society generates violence.

Keywords

Social corpus, Power’s body, Body of jouissance, Fighting over abortion, Violence, Erotization, Pornography.

Referências

- ANDRÉ, S. *No sex, no future*. Toulouse: La Mulette, 2011.
- ARENDRÉ, H. *Qu’est-ce que la politique ?* Paris: Seuil, 1995.
- BROWN, W. Nous sommes tous démocrates à present. In *Démocratie, dans quel état?* Paris: La Fabrique, 2009, p.73.
- ENRIQUEZ, E. “L’inconscient ‘est’ politique”, In *La psychologie de masse aujourd’hui*. Paris: Rosiers, 2012.
- FOUCAULT, M. (1972). “Les intellectuels et le pouvoir”, In *Dits et écrits I*. Paris: Quarto-Gallimard, 2001a.
- FOUCAULT, M. (1975). “Pouvoir et corps” in *Dits et Écrits II - 1954-1975*. Paris: Gallimard, 2001b.
- FOUCAULT, M. (1977). “Pouvoirs et stratégies” in *Dits et écrits I*, 1976-1988. Paris: Gallimard, 2001c.
- FOUCAULT, M. (1982-1983). *Le gouvernement de soi et des autres*. Paris: Gallimard/Seuil, 2008.
- FREUD, S. Pulsions et destins des pulsions. In *Métopsychoanalyse*. Paris: Folio, 1968.
- FREUD, S. La negation. In *Résultats, idées, problèmes*, t. 2. Paris: PUF, 1985. Cf. Meu comentário desse texto in HOFFMANN, C. *Introduction à Freud. Le refoulement de la vérité*. Paris: Hachette Littératures, 2001.

HOFFMANN, C. et BIRMAN, J. *L'autonomie des universités et la nouvelle condition étudiante*. Paris: La Céliataire, n.23, EDK, 2011.

HYPOLITE, J. Commentaire parlé sur la *Verneinung* de Freud. In LACAN, J. *Ecrits*. Paris: Seuil, 1966.

JADIN, J.-M. et RITTER, M. *La jouissance au fil de l'enseignement de Lacan*. Paris: Érès, 2009.

LACAN, J. *Le savoir du psychanalyste*. Inédit, 4 novembre 1971.

LACAN, J. (1969-1970) *L'envers de la psychanalyse. Le Séminaire livre XVII*. Paris: Le Seuil, 1991, p.17-18.

LACAN, J. *...ou pire, Le Séminaire livre XIX*. Paris: Le Seuil, 2011.

LACAN, J. (1968). D'une réforme dans son trou. In *Figures de la psychanalyse*, n.17. Paris: Érès, 2009, p.187.

LACAN, J. *Le Séminaire livre XX, Encore*. Paris: Seuil, 1975, p.101.

LA MÉTTRIE, J. O. de. *L'art de jouir*. Nantes: Joseph K., 2011.

LAPLANCHE, J. et PONTALIS, J.-B.. *Vocabulaire de la psychanalyse*. Paris: PUF, 1973, p.259.

LÉVI-STRAUSS, C. *Les structures élémentaires de la parenté*. Paris: PUF, 1949.

NANCY, J.-L. Démocratie dans quel état? In *Démocratie, dans quel état?*. Paris: La Fabrique, 2009, p.94.

REVAULT, M. *Pourquoi nous n'aimons pas la démocratie*. Paris: Seuil, 2010, p.68.

ROSANVALLON, P. *La société des égaux*. Paris: Seuil, 2011.

SAFOUAN, M. *Le langage ordinaire et la différence sexuelle*. Paris: O. Jacob, 2009, p.142.

SAFOUAN, M. *La parole ou la mort*. Paris: Seuil, 1993.

STIEGLER, B. Ces abominables tueries peuvent s'expliquer par la dérive de nos sociétés. In *Le Monde*, 30 mars, 2012.

RECEBIDO: 03/08/2012

APROVADO: 08/08/2012

SOBRE O AUTOR

Christian Hoffmann

Psicanalista. Professor de Psicopatologia Clínica na Universidade de Paris VII.
Membro do Espace Psychanalytique.

Endereço para correspondência:

E-mail: hoffmann.ch@wanadoo.fr

Sobre o sentimento de culpa. Que culpa é essa?

About guilt. What fault is that?

Denise Maria de Oliveira Lima

Resumo

O presente artigo trata da contribuição freudiana à questão da culpa, que se manifesta, em primeiro lugar, no sentimento de fracasso daqueles que, ao terem sucesso na realização de seu desejo, sucumbem ao colapso mental. Freud recorre à literatura para ilustrar a derrota daquela que, durante anos, com obstinada perseverança, lutou para que seu marido se tornasse rei, à custa do assassinio de seu rival: *lady Macbeth*, personagem terrível e maligna de Shakespeare; e, de Ibsen, sua personagem Rebecca, inescrupulosa mulher que, para ter o homem por quem havia se apaixonado, induz sua esposa ao suicídio. Em segundo lugar, Freud nos traz a instigante hipótese dos “criminosos por sentimento de culpa”, em que esta não advém do crime perpetrado, mas o antecede.

Palavras-chave: Sentimento de culpa, Complexo de Édipo, Desejo, Inconsciente.

O sentimento de culpa está presente em quase todas as culturas. Os antropólogos, historiadores e outros cientistas sociais poderão dizer se este é um sentimento universal. Perscrutando-se os três principais textos sagrados, a Bíblia, do cristianismo, o Torá, do judaísmo e o Alcorão, do islamismo, lá encontramos a culpa.

Antes de tratar da contribuição freudiana a esta questão, é preciso não perder de vista os condicionamentos sociais a que estamos todos submetidos.

Pierre Bourdieu, com seu conceito de *habitus*, pode explicar como adquirimos socialmente o esquema de percepções, “sistema de esquemas adquiridos que funcionam em estado prático como categorias de percepção e de apreciação ou como princípios de classificação ao mesmo tempo princípios organizadores da ação” (BOURDIEU, 1988, p.26). O *habitus* é estruturado através de processos de socialização, provenientes principalmente da família e da escola, marcadas pela posição que ocupam no espaço social. Trata-se de um sistema adquirido de

preferências, de *estruturas cognitivas e afetivas* duradouras – e de esquemas de ação que orientam a percepção da situação e a resposta adequada – que se constituem em diferenças nas práticas e nas opiniões expressas, e que se tornam diferenças simbólicas, portanto, uma linguagem.

Norbert Elias nos ensina que o *habitus* é saber socialmente incorporado, se expressa como um modo social de ser, com identidade, língua e *sentimentos comuns*, de um determinado povo, em uma determinada época; é constituído no decurso dos processos de longa duração – que compreendem os processos de interdependência, interpenetração e figuração social, ou seja, composição de indivíduos orientados recíproca e mutuamente – que dependem da fase específica do desenvolvimento da nação-estado. Diz Elias que “torna-se logo evidente que o *habitus* nacional de um povo não é biologicamente fixado de uma vez por todas; antes, está intimamente vinculado ao processo particular de formação do Estado a que foi submetido” (ELIAS, 1986, p.16).

Após essa breve apresentação dos conceitos de *habitus* – a título de recomendação à consulta aos que desejam se aprofundar neste estudo – elaborados de formas diferentes em Bourdieu e em Elias, os quais podem nos ajudar a entender como se dá a incorporação social de sentimentos de culpa, passemos à finalidade deste artigo, que é mostrar como a psicanálise pode contribuir para a compreensão dessa complexa questão.

Freud, em seu segundo dos três textos¹ sobre *Alguns tipos de caráter encontrados na prática psicanalítica* (1916), intitulado “Os que fracassam no triunfo”, trata disso. Inspirando-se na tragédia de lady Macbeth, de Shakespeare, ele suscita interessantes discussões a respeito deste tema.

Do que fala Freud?

De início, ele afirma que o trabalho psicanalítico revelou que as pessoas adoecem neuroticamente devido à frustração, à privação da satisfação dos desejos. Mas o surgimento da neurose só se dá pelo conflito entre os desejos libidinais e a parte do Eu que os condena, que os reprime. Embora essa tese não seja assim tão simples, pois inclui o conceito de formação de compromisso entre as partes em conflito, esta seria a primeira condição para o surgimento da neurose: a privação de uma real satisfação. Mas não é absolutamente a única condição, nos diz Freud.

Tanto maior será a surpresa, mesmo a confusão, quando o médico descobre que às vezes as pessoas adoecem justamente quando veio a se realizar um desejo profundamente arraigado e há muito tempo nutrido. É como se elas não aguentassem a sua felicidade, pois não há como questionar a relação causal entre o sucesso e a doença (FREUD, 2010, p.261).

O primeiro caso descrito por Freud trata de uma mulher, finamente educada, que deixou a casa paterna para se aventurar pelo mundo, até conhecer um artista que a acolheu em sua casa, com quem teve anos relativamente felizes de vida em comum. Para ser mesmo feliz, faltava à mulher sua reabilitação na sociedade – segundo os padrões morais da época – e o reconhecimento de sua família. Quando o amante afirmou sua pretensão de torná-la sua legítima esposa e conseguiu reaproximá-la dos pais, ela negligenciou a casa da qual seria a senhora, sentiu-se perseguida pelos parentes que decidiram aceitá-la na família, prejudicou as relações sociais do companheiro, até impedir o seu trabalho artístico por causa de um ciúme absurdo, sucumbindo à neurose.

Outro caso citado diz respeito a um respeitável professor universitário, que por muitos e muitos anos acalentara o desejo de suceder o seu mestre na cátedra. Quando soube que, finalmente, fora indicado para ocupá-la, após o afastamento do seu antecessor, ficou indeciso, declarou-se indigno de assumir tal posição e caiu numa melancolia que o afastou de qualquer atividade.

Esses dois casos coincidem em um ponto: a enfermidade aparece quando o desejo pode se realizar, pondo fim à sua fruição. Como entender isso?

Freud faz uma distinção entre uma frustração externa e uma interna: a primeira diz respeito à falta do objeto na realidade – que, por si só, não é patogênica – e a segunda é a frustração que se origina do Eu, que proíbe o acesso ao objeto externo. Quando uma frustração externa se avizinha e a ela se junta uma frustração interna, surge o conflito e a possibilidade de um adoecimento neurótico, pela satisfação substitutiva do inconsciente reprimido.

Nos casos em que as pessoas adoecem com o sucesso, com o êxito, a frustração interna atua por si, aparecendo depois que a frustração externa deu lugar à realização do desejo. Isso não é tão surpreendente se pen-

1. Os outros dois são intitulados “As exceções” (ou dos que se julgam excepcionais) e “Os criminosos por sentimento de culpa”.

sarmos que não é incomum o Eu tolerar um desejo quando está somente na fantasia, distante de se realizar!

Freud vai averiguar a natureza e a origem das “tendências julgadoras e punitivas” (FREUD, 2010, p.263) que aparecem onde não esperávamos encontrá-las, em personagens da literatura, pois atribuía aos escritores um profundo conhecimento da alma humana e da sociedade. Pensava mesmo que os autores literários estavam muito adiante das pessoas comuns – entre elas cientistas e psicanalistas – porque bebiam em fontes para nós inacessíveis (FREUD, 1973, p.1286).

Uma personagem que entra em colapso após alcançar o êxito buscado com muita persistência é *lady Macbeth*, de Shakespeare. Nela não se vê, a princípio, nenhuma hesitação, nenhum empenho senão a sua obstinação de vencer os escrúpulos do marido ambicioso, para levá-lo a matar seus oponentes ao trono da Escócia e, assim, cumprir sua ambição de ser rei. E, conseqüentemente, ela se tornar rainha.

Freud cita Shakespeare, e vale a pena reproduzir alguns fragmentos, pela força terrível e maligna desta mulher, que não hesita em sacrificar sua feminilidade para seu propósito de ser rainha e de tornar seu marido rei:

(Ato I, cena 5):
Vinde, espíritos sinistros
Que servis aos desígnios assassinos!
Dessexuai-me [...]
[...] Vinde a meus seios de mulher
E tornai o meu leite em fel, ó ministros
[do assassínio!]²

Antes do ato criminoso, ela é tomada por um breve movimento de relutância, talvez por um lampejo de consciência por ter influenciado e encorajado tão decisivamente seu marido a cometer o assassinato:

2. Paulo César de Souza, tradutor de Freud, recorre aqui à versão de *Macbeth* por Manuel Bandeira, citada conforme a edição da Brasiliense (São Paulo, 1989).

(Ato II, cena 2):
Se no seu sono não lembrasse tanto
Meu pai, tê-lo-ia eu mesma apunhalado!

Quando se torna rainha, após o assassinio de Duncan, ela mostra um desapontamento, não sabemos por quê.

(Ato III, cena 2):
Tudo perdemos quando o que queríamos,
Obtemos sem nenhum contentamento:
Mais vale ser a vítima destruída
Do que, por a destruir, destruir com ela
O gosto de viver.

Ainda assim ela persiste! E encoraja novamente seu marido:

(Ato V, cena 1)
Por quem sois, meu senhor,
[que vergonha! Um soldado
com medo? – Por que havemos de recear
[que alguém o saiba, se ninguém
[nos pode pedir contas?

Mas o arrependimento deixa-a prostrada, depois enlouquece e finalmente se suicida.

O que “quebrantou esse caráter, que parecia feito do mais duro metal?” (FREUD, 2010, p.266), se pergunta Freud. Como tornar inteligível esse colapso?

Antes de tentar responder a essa pergunta, Freud analisa, longamente, os nexos sutis no interior da peça, os motivos da reviravolta no caráter de Macbeth e de sua esposa, a evolução trágica de suas personagens, a técnica do poeta, cotejando-a à crônica de Holinshed (1577) da qual Shakespeare retirou o material de *Macbeth*, trazendo-nos interessantes questões que, embora relevantes, não cabem nesse texto. Para mencionar apenas uma: Freud recorre a um estudo sobre Shakespeare, de Ludwig Jekels (1917), o qual diz que é frequente este poeta decompor um caráter em dois personagens, sendo cada um incompreensível até que os juntamos num só. Assim poderia ser o caso de Macbeth e

a esposa, que se completam: ele comete o crime desejado e instigado por ela; o medo que aparece em Macbeth na noite do crime se desenvolverá em sua *lady*; foi ele que teve a alucinação do punhal, mas ela é quem sucumbe a uma enfermidade psíquica; ele fica sem ação, com as mãos ensanguentadas, mas é ela que lava as mãos sujas de sangue.³

Em seguida, Freud examina uma obra de Ibsen, na qual Rebecca Gamvik, personagem que despreza a moralidade fundamentada na fé religiosa, após ter sido acolhida em Rosmersholm, onde vivem o pastor Rosmer e sua esposa, decide, por amor a este homem de alta linhagem, tê-lo para si, executando um ardiloso e criminoso plano que culmina no suicídio da mulher que está no seu caminho.

Quando Rebecca alcança seu objetivo e é pedida em casamento por Rosmer, ela rejeita peremptoriamente sua proposta. “Como pôde acontecer que a aventureira de vontade livre e ousada, que sem escrúpulos pavimentou o caminho para a realização de seus desejos, agora se recuse a colher, quando lhe é oferecido, o fruto do sucesso?” (FREUD, 2010, p.275).

Rebecca tem um passado. Foi criada por um pai, do qual pensava ser filha adotiva. Era também amante deste homem. Quando descobre que era filha biológica deste que a adotou, após a morte de sua mãe, ou seja, que viveu com ele uma relação incestuosa, é acometida de um avassalador sentimento de culpa que lhe impede qualquer fruição: o caminho para a felicidade é obstruído pelo próprio passado. Tornar-se sucessora da mãe junto a este homem deve ter lhe produzido imensa impressão: ela estava sob o domínio do complexo de Édipo, ainda que não soubesse que essa fantasia tinha se tornado realidade. Quando foi acolhida em Rosmersholm, a força interna desta primeira vivên-

cia edípica a impulsionou a provocar a mesma situação que já lhe ocorrera: eliminar a mãe/esposa, a fim de tomar o lugar dela junto ao pai/marido. Ou seja, sua paixão por Rosmer e a hostilidade à sua mulher já eram uma reprodução de seus laços com a mãe e o pai, consequência do complexo de Édipo.⁴

Em poucas palavras, diz Freud (2010):

O trabalho psicanalítico propõe que as forças da consciência que levam a adoecer com o sucesso em vez da frustração, como em geral acontece, acham-se intimamente ligadas ao complexo de Édipo, à relação com o pai e à mãe, como à nossa própria consciência de culpa. (FREUD, 2010, p.283 – Grifo da autora).

No terceiro texto de *Alguns tipos de caráter encontrados na prática psicanalítica* (1916), intitulado “Os criminosos por sentimento de culpa”, Freud diz que se viu solicitado a um estudo mais completo de incidentes relatados por pessoas muito respeitáveis e de elevada moralidade que confessaram ter praticado, em sua juventude, ou até depois, atos ilícitos, como furtos, fraudes, incêndios.

O trabalho analítico trouxe então o resultado surpreendente de que tais ações foram realizadas sobretudo porque eram proibidas e porque sua execução se ligava a um alívio psíquico para o malfeitor. Ele sofria de uma opressiva consciência de culpa, de origem desconhecida, e após cometer um delito essa pressão diminuía. Ao menos a consciência de culpa achava alguma guarida (FREUD, 2010, p. 284).

Diz Freud que, por mais paradoxal que pareça, o sentimento de culpa não se origina do delito, mas o precede e, por isso, ele os chama de criminosos por consciência de

3. Este estudo de Freud pode ser rica fonte para o entendimento da questão do duplo.

4. Diz Freud que *Rosmersholm* é a maior das obras de arte que tratam dessa fantasia das garotas.

culpa, cuja preexistência é demonstrada por toda uma série de manifestações.

A primeira questão a responder é de onde vem esse obscuro sentimento de culpa anterior ao ato. O trabalho psicanalítico demonstra que vem do complexo de Édipo, é uma reação aos dois grandes intentos criminosos, matar o pai para ter a mãe. Lembra-nos Freud que o parricídio e o incesto são os dois maiores crimes humanos, os únicos abominados, proibidos e condenados nas sociedades primitivas, dos quais a humanidade adquire sua consciência que surge como força psíquica, através do complexo de Édipo. E comparados a esses crimes, os outros praticados para racionalizar o sentimento de culpa significariam um alívio.

A segunda questão a responder é se a culpa tem uma maior participação nos crimes. Freud diz que observamos frequentemente crianças que se tornam desobedientes, desafiadoras e ousadas, a fim de provocar um castigo, ficando mais tranquilas depois deste.

Outra pista do sentimento de culpa que faz procurar o castigo: com exceção daqueles que cometem crimes sem sentir culpa, que não desenvolveram inibições morais, grande parte dos criminosos poderia ter como motivação a culpa. Tal hipótese poderia contribuir para o estudo da psicologia do criminoso.

Freud termina este ensaio dizendo que um amigo chamou a sua atenção para o fato de que “o criminoso por sentimento de culpa” já era conhecido por Nietzsche. No discurso de Zarathustra “Sobre o pálido criminoso” podemos vislumbrar a preexistência do sentimento de culpa e o recurso ao ato para a sua racionalização. “Deixemos que as investigações futuras decidam quantos dos criminosos se incluem entre os ‘pálidos’” (FREUD, 2010, p.286).

E termino este artigo esperando que, ao recorrer a Freud, possamos contribuir para o estudo do sentimento de culpa que acomete os indivíduos em sua vida, consciente ou, principalmente, inconscientemente!

Mas antes de dar por concluído este artigo, devo mencionar Lacan, que, em sua tese de doutorado, em 1932, quando ainda era psiquiatra, fez um rigoroso estudo de caso de uma sua paciente, denominada Aimée, que tentou matar uma atriz de teatro, para conseguir uma punição, com a qual ficou aliviada. Conclui Lacan (1987) que, ao ser presa e considerada culpada pela lei, ela experimenta a satisfação de um desejo cumprido.

Abstract

This paper deals with the Freudian contribution to the question of guilt, which manifests itself primarily in the sense of failure of those who succeed in the accomplishment of his desire, succumb to mental breakdown. Freud turns to literature to illustrate the loss of what, for years, with dogged perseverance, fought for her husband to become king, at the expense of the murder of his rival: Lady Macbeth, terrible and evil character of Shakespeare, and Ibsen, her character Rebecca, unscrupulous woman, to have the man who had fallen in love, induces his wife to suicide. Secondly, Freud brings us to the intriguing hypothesis of “guilt by criminals”, in that it not comes from de crime committed, but precedes it.

Keywords: *Guilty, Edipo’s complex, Desire, Unconscious.*

Referências

- BOURDIEU, P. *Cosas dichas*. Buenos Aires: Gedisa, 1988.
- ELIAS, N. *Os alemães*. A luta pelo poder e a evolução do *habitus* nos séculos XIX e XX. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- FREUD, S. Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916). In FREUD, S. *Obras completas*, v.12. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. El delirio y los sueños en la Gradiva de W. Jensen. In FREUD, S. *Obras completas de Sigmund Freud*. Tomo II, Madrid: Biblioteca Nueva, 1973, p.1286.

LACAN, J. *Da psicose paranoica em suas relações com a personalidade*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

RECEBIDO: 14/08/2012

APROVADO: 19/08/2012

SOBRE A AUTORA

Denise Maria de Oliveira Lima

Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais (PUC/Campinas/SP), em Psicologia (UFBA/BA), mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas (FACOM/UFBA) e doutorado em Ciências Sociais (UFBA).
É professora da Faculdade Social da Bahia e da Faculdade São Bento, onde coordena o Serviço de Psicologia.

Endereço para correspondência:

Rua Clementino Fraga, 31/202 – Ondina
40170-050 – Salvador/BA
E-mail: deniselima05@uol.com.br

O mal-estar nas relações de trabalho

Discontents in Work Relations

Eliana Rodrigues Pereira Mendes

Resumo

Para Freud, o que se pode esperar de uma análise concluída seria uma certa vitória contra o impedimento ao amor e ao trabalho, que são os pilares da Civilização. Freud usa o termo trabalho tanto para atividades realizadas *pelo* homem quanto em outras realizadas *no* homem. O conceito de trabalho vai além do que é delimitado pela Economia. A importância do trabalho é tal que ele chega a se constituir em índice de saúde mental para os seres humanos e como categoria fundamental para se pensar a vida e as produções culturais, através da História. Hoje, a falta de trabalho é fonte de mal-estar social. Vivemos numa sociedade de risco, com possibilidade de adoecimento e morte pelo trabalho. A competitividade leva à desconfiança e ameaça contra os pares, sendo o assédio moral cada vez mais constante. A psicanálise pode intervir nessa situação abrindo-se à psicanálise em extensão e alargando seu domínio de ação, dando espaço para a palavra, nas suas dimensões ética e política.

Palavras-chave: Trabalho, Mal-estar social, Assédio moral, Competitividade, Psicanálise em extensão.

Em mais de uma ocasião, Freud afirmou que o que se pode esperar de uma análise concluída seria uma certa vitória contra o impedimento, tanto nos homens quanto nas mulheres, ao amor e ao trabalho. Em seu grande texto *O Mal-Estar na Civilização* (FREUD, 1930), ele afirma:

Depois que o homem primevo descobriu que estava literalmente em suas mãos melhorar a sua sorte na Terra através do trabalho, não lhe pode ter sido indiferente que outro homem trabalhasse com ele ou contra ele. Esse outro homem adquiriu para ele o valor de um companheiro de trabalho, com quem era útil conviver. Em época anterior, em sua pré-história simiesca, o homem adotara o hábito de formar famílias, e provavelmente os membros de sua família foram os seus primeiros auxiliares. Pode-se supor que a formação de famílias deveu-se ao fato de ter ocorrido um momento em que a necessidade de satisfação genital não apareceu mais como um hóspe-

de que surge repentinamente e do qual, após a partida, não mais se ouve falar por longo tempo, mas que, pelo contrário, se alojou como um inquilino permanente. Quando isso aconteceu, o macho adquiriu um motivo para conservar a fêmea junto de si, ou, em termos mais gerais, seus objetos sexuais, a seu lado, ao passo que a fêmea, não querendo separar-se de seus rebentos indefesos, viu-se obrigada, no interesse deles, a permanecer com o macho mais forte (FREUD, 1930, p.119).

Assim, a vida comunitária tem um duplo fundamento: o poder do amor, que fez o homem relutar em privar-se de seu objeto sexual e a mulher em privar-se do seu filho, e a compulsão para o trabalho, criada pela necessidade de domar a natureza.

Eros e Ananké são, pois, fundamentais para a civilização.

Rastreado a importância que Freud concedeu ao trabalho, chegamos a Rodol-

pho Ruffino (2000), em seu artigo “Do Trabalho Psíquico ao Trabalho Social” (p.186-189), que faz parte do livro *O Valor Simbólico do Trabalho*. Ruffino diz que um dos registros possíveis do trabalho social é o de ser uma representação de uma civilização, onde constitui o tecido de sua realidade visível. Na civilização ocidental cristã, o trabalho, desde as suas origens até o período da Reforma Protestante (que vai considerá-lo de forma diferente), foi visto como um castigo, mal necessário, fardo imposto pelos infortúnios contingenciais, ocupação à margem da verdadeira vida, pena a ser imposta a prisioneiros, estrangeiros e os assim considerados “subumanos” pela ideologia vigente, ou exigência a ser tolerada pelos empobrecidos. Resíduos deste ponto de vista continuam a manifestar sua potência como retornos do recalcado nas constituições de nossas instituições, pensamentos e subjetividades. Isso se deve à crença da igreja romana de que o mundo, como criação divina, é perfeito e, portanto, o homem devia se dedicar à contemplação, deixando o fardo do trabalho para os que não conseguissem fazer isso, por um motivo ou outro. Já para o judaísmo, a divindade criou o mundo, mas deixou-o inacabado. A humanidade então é convocada para uma parceria, com a tarefa de aperfeiçoar o mundo, por sua conta e risco, através da história, pelo estudo e pelas obras. A frase bíblica de Isaías “as espadas se converterão em arados” metaforiza a paz, fazendo uso de um instrumento de trabalho. Freud, como judeu, embora não religioso, usa extensivamente o termo trabalho em sua obra, tanto em atividades realizadas *pelo* homem quanto em outras realizadas *no* homem. Essa noção de trabalho vem sempre acompanhada de humor, alegria e vitória sobre os impedimentos.

Lembro aqui a importância que se dá ao trabalho, a ponto de figurar como índice de saúde mental para os seres humanos e como categoria fundamental para se pensar a vida e as produções culturais através da História.

Portanto, o psicanalista tem de estar atento ao que se passa na cultura, pois as mudanças que acontecem no mundo do trabalho vão incidir diretamente em seus analisantes.

Alfredo Jerusalinsky, também no livro *O Valor Simbólico do Trabalho*, afirma que o conceito de “neutralidade” entre os analisantes tem o efeito equivocado de afastá-los das questões sociais, que, no primeiro momento, parecem exigir uma tomada de posição política ou uma determinação ideológica na sua abordagem (JERUSALINSKY, 2000, p.11).

Ao invés de penetrar nos pontos críticos da articulação do sujeito com o Discurso Social, para desmontar as armadilhas tecidas pelo confronto imaginário entre o coletivo e o individual, o analista tende a se refugiar no que é chamado de “o individual da clínica psicanalítica”, ou seja, a psicanálise em sua forma mais ortodoxa. No entanto, esse desafio se volta incitando a Psicanálise, pois os efeitos psicopatológicos provocados pelos rompimentos nos sistemas de representação subjetiva, quando não constituem causa de sofrimento psíquico, retornam como tema na queixa dos pacientes. O apego excessivo apenas à modalidade da clínica individual traz três tipos de risco:

- o analista pode tornar-se surdo a um lado fundamental da transferência da qual é objeto;
- o analista renuncia a oferecer uma escuta e uma interpretação psicanalíticas à posição do sujeito histórico, ali mesmo onde a psicanálise pode contribuir com o lado da razão, contra qualquer obscurantismo, lembrando que o processo analítico é sempre um processo de desalienação;
- o analista não confronta a consistência da ferramenta analítica frente a áreas em que sua práxis tropeça em suas fronteiras, onde se torna inevitável o trabalho interdisciplinar.

Para nos situarmos frente a esse assunto, ainda que de modo sucinto, temos de retornar ao conceito do trabalho através dos tempos (JERUSALINSKY, 2000, p.223).

Na antiguidade, o conceito do trabalho remetia às tarefas desempenhadas pelos escravos. Através da época clássica, o trabalho aparece ligado às prestações de serviço aos senhores feudais. Modernamente, depois de um período de qualificação artesanal, vem a fase de uniformização sob o modo de organizações ou associações.

Imediatamente anterior à sociedade industrial, surgem as generalizações técnicas por ofícios, que vão dar lugar ao surgimento das fábricas e, por consequência, ao proletariado, isso é, aos trabalhadores como os conhecemos até nossos dias. Hoje já entra em questão a própria posição do trabalhador como produtor de riqueza e a partir daí, também se questiona o sistema de valor que, até pouco tempo atrás, regulava sua posição social.

O conceito de trabalho, no entanto, é bem mais abrangente do que o delimitado pelo campo da Economia. Além de referir às transformações materiais provocadas pela atividade deliberada dos homens, com a finalidade de adaptar a natureza às suas necessidades, o trabalho passa, por extensão, a se referir às transformações que, em todas as ordens, caracterizam os fenômenos que dependem de certa intencionalidade humana. É então que se vê que esse conceito é usado por Freud quando se refere ao trabalho do sonho, ao trabalho do luto e das perlaborações (*working through*), estendendo sua função ao “trabalho pulsional”, em que se alude à transformação que se opera desde a fonte (orgânica) até a representação do objeto (psíquica). Tanto o objeto material quanto o objeto psíquico remetem à sua representação mental, que se dá no campo da palavra. Isso possibilita o valor simbólico do trabalho de qualquer natureza. Por isso, as alterações dos sistemas de valor que o Outro social adota em seu discurso são capazes de provocar significativas transformações no sujeito psíquico e seus sintomas.

Nos dias atuais, não só a problemática do trabalho em si é considerada como fator de

grande importância, como também é inquietante o fato de não haver trabalho para todos. A globalização neoliberal trouxe um incremento gigantesco do desemprego, sendo este visto como fonte de mal-estar psíquico e de periculosidade social.

O desemprego mostra a impossibilidade de se prometer um lugar social às pessoas cujo reconhecimento simbólico também entra em falência. “As instituições penais (prisões) e psiquiátricas (hospitais psiquiátricos) que funcionaram como instituições de cuidado da mão de obra inativa, até os anos 80 e 90 do século XX, também se mostram inadequadas” (BIRMAN, 2008).

O enorme aumento das populações de baixa renda, as flutuações migratórias de países altamente conflituados para países mais ricos trazem dificuldades crescentes para a ordem social. As prisões, em geral, funcionam como mero depósito de presos, sem proporcionar qualquer tipo de reeducação, e os hospitais também adotam medidas repressivas, controlando seus pacientes com medicação maciça. Todos esses dados demonstram conotações políticas expressivas, como a perda da dimensão soberana do poder político para o poder econômico, fato que produz desorganização nas instituições, em geral. Vivemos numa sociedade de risco, com possibilidade de adoecimento e morte pelo trabalho. O assédio moral decorrente dessa situação aparece cada vez mais. É um crime quase invisível, mas seus efeitos são devastadores. Quando alguém é demitido de uma organização, seja uma empresa, uma fábrica ou uma escola, isso vai acarretar, do ponto de vista subjetivo, o aparecimento de quadros psicossomáticos e quadros depressivos graves, que implicam em gastos sociais altíssimos. O assédio sexual, numa sociedade permissiva sexualmente, cede o lugar ao assédio moral generalizado. Pessoalmente, já tenho em tratamento dois clientes cuja principal queixa é o assédio moral no trabalho (um professor universitário e uma gerente de banco). A solidariedade, como um valor, é

marcada pelo risco de sabotagem que advém dos próprios colegas de trabalho. O colega é um inimigo real ou potencial, num ambiente competitivo. Não há qualquer mediação vertical (por parte de uma chefia, por exemplo) que proteja os cidadãos. Tal fato decorre do declínio das autoridades, em geral, tão comum em nossos dias. O que se vê, então, é um processo perverso que destrói as pessoas moralmente.

Richard Sennet, em seu livro *A Corrosão do Caráter*: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo, traça um perfil da condição dos trabalhadores na sociedade contemporânea. O caráter depende de uma sociedade onde os quadros de trabalho sejam mais consistentes. Os trabalhadores ficam sujeitos a uma falta de projeto, sem futuro definido. Ficam à deriva das flutuações do mercado de trabalho. As categorias organizadoras da subjetividade começam a ser corroídas e o sujeito se acha subvertido nesse processo. É um trabalhador nômade, sem coordenadas espaciais e temporais. Os processos de simbolização se ressentem com isso. Se a capacidade humana de antecipação temporal é importante, esse nomadismo causa uma grande desorganização. Em consequência dessa dificuldade de simbolização, as formas de patologia psíquica são traumáticas. Segundo Birman (2008), o mal-estar decorrente incide em três categorias básicas: perturbações no *corpo*, perturbações na *ação* e perturbações nos *afetos*. O *corpo*, na contemporaneidade, diante de todas as rupturas de valor que se vivencia, tornou-se o bem supremo dos sujeitos. Ele é o que nos resta. Por isso, as patologias atuais, tais como os sintomas psicossomáticos, a anorexia, a bulimia, demonstram a precariedade do processo de simbolização, o que acaba por explodir no corpo. Na *ação* vemos a agressividade, a violência e a criminalidade. Para se livrar das pulsões, para não ter que se destruir narcisicamente o sujeito faz atuações. A neurose de pânico e a fadiga crônica, assim como as compulsões à droga, à comida e ao consumo exa-

gerado, estão nessa categoria. As compulsões são, na verdade, formas fracassadas de ação.

No que se refere aos *afetos*, o sujeito não tem mais o controle de si próprio, em relação às dificuldades que encontra. Sendo assim, experimenta a depressão como um vazio, ao invés da auto-agressão. Há, na verdade, um esvaziamento do campo do pensamento, acompanhado de pobreza de linguagem. Essa pobreza aparece não só por causa do predomínio das imagens, fenômeno específico do nosso tempo, mas também por causa das próprias transformações internas. Esses fatores favorecem o aparecimento de processos verbais metonímicos (como a linguagem da Internet, por exemplo, ou as pichações feitas por todo lugar).

O sujeito contemporâneo é cada vez mais marcado pela dor e menos pelo sofrimento.

A dor é experimentada no corpo, sendo que o sofrimento é a subjetivação da dor. No mundo marcado pela desconfiança do outro, os espaços de transferência e interlocução ficam diminuídos. O que existe então é o desalento. A depressão se demonstra muito mais pela melancolia, pelo vazio, do que pela angústia ou pelo conflito da interioridade. O que se vê hoje é um sujeito sem interioridade, entregue a uma vida desqualificada. O sofrimento, qualquer que seja ele, tem que ser evitado. Disso resulta o uso exagerado das medicações psicotrópicas, que, supostamente, acabam com o sofrimento.

De que modo a Psicanálise pode intervir nessa situação?

Em primeiro lugar temos de lembrar sempre que a Psicanálise é um instrumento de desalienação do sujeito. Ela pode abrir espaços de transferência e de interlocução. Mas, para isso ela tem de “se desapegar da ortodoxia” (Birman, 2008). Além da Psicanálise em Intensão (a análise individual clássica, na qual se busca a cura-tipo), hoje são comuns as abordagens que extrapolam esse modelo analítico, como a análise da psicose, a análise da criança, a análise dos psicossomáticos e dos *borderlines*. Não se pode deixar de

considerar a importância da assim chamada Psicanálise em Extensão, que atua no campo social, em múltiplas situações e organizações (como nas empresas, nas escolas, nas comunidades e outras organizações), o que leva a uma reformulação do próprio espaço analítico. No mundo contemporâneo os psicanalistas se acham confrontados pelos recursos midiáticos, sendo chamados a participar de debates e reflexões sobre os acontecimentos, à luz da Psicanálise, para o esclarecimento do público. Lembro aqui a surpresa e satisfação que vivi, logo no princípio da guerra dos USA com o Iraque, ao ver uma psicanalista inglesa falar num canal de TV sobre o texto de Freud *O Mal-Estar na Civilização*. Por isso nós, psicanalistas, somos convocados a repensar nossas categorias da escuta psicanalítica, alargando nosso domínio de ação, ou de trabalho. À Psicanálise cabe abrir o espaço para a palavra, para o discurso ético e político.

Abstract

According to Freud, what we can expect from a finished analysis is the victory against the impediment of loving and working, which are the pillars of Civilization. Freud uses the word Work not only for activities made by men, but also to activities made upon men. The concept of Work goes beyond the one limited by Economics. The importance of Work is so that it is considered as an index of mental health for human beings and to use to think about life and cultural productions, along History. Today, the lack of Work is the origin of social discontents. We live in a risky society that makes possible to get ill and to die because of Work. Competitiveness leads to distrust and threat face to peers, moral harassment being each time more frequent. Psychoanalysis can interfere in this situation through Psychoanalysis in Extension, favouring the speech, in its ethical and political dimensions.

Keywords: Work, Social discontents, Moral harassment, Competitiveness, Psychoanalysis in extension.

Referências

- BIRMAN, J. Notas pessoais tomadas pela autora da Conferência: *Sujeito, trabalho e as organizações*, proferida no encontro do mesmo nome na Fundação Dom Cabral, em conjunto com o CPMG, Belo Horizonte, 2008.
- FREUD, S. O mal-estar na civilização, v.21. In *ESB*. Rio de Janeiro: Imago, 1975, p.119.
- JERUSALINSKY, A. *O valor simbólico do trabalho*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000, p.9 e 223.
- RUFFINO, R. Do trabalho psíquico ao trabalho social. In *O valor simbólico do trabalho*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000, p.186-189.
- SENNET, R. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p.10-177.

RECEBIDO: 14/08/2012

APROVADO: 20/08/2012

SOBRE A AUTORA

Eliana Rodrigues Pereira Mendes

Psicanalista. Sócia efetiva do Círculo Psicanalítico de Minas Gerais. Presidente dos biênios 1997-1999 e 2011-2013

Endereço para correspondência:

Rua Araguari, 1541/7º andar – Santo Agostinho
30190-111 – Belo Horizonte/MG
E-mail: elianarpmendes@hotmail.com

Loucuras maternas¹

Maternal madness

Frank Chaumon

Tradução: Elisa Rennó dos Mares Guia

Resumo

A psicanálise com crianças é frequentemente confrontada com aquilo que aqui chamamos de loucura materna, significando uma oposição do “objeto da mãe” que parece limitar, de maneira antecipada, o horizonte do trabalho analítico. Tal situação direciona frequentemente o trabalho do analista que recebe crianças para a “separação”, um corte do “gozo”, ligação que para nós pode ser interrompida enquanto resistência da transferência da mãe, carregada pela criança. Com o intuito de especificar as coordenadas do ato analítico nestes casos, buscamos mostrar a maneira pela qual a falha da operação pré-especular do amor materno pode conduzir a violência que certas formas de loucura materna tentam evitar.

Palavras-chave: Loucura materna, Psicanálise com crianças, Objeto.

Que uma criança possa ocupar o lugar de “objeto” é uma constatação bastante familiar para o psicanalista. Em muitos casos cabe a ele efetuar um longo trabalho para que, durante uma análise, se possa desdobrar o laço eletivo, ou até mesmo exclusivo, que fora atado por uma analisante com um de seus filhos. Contudo, é natural que um psicanalista de crianças seja conduzido a falar de tal posição de “objeto da mãe”², a partir do momento em que ele é confrontado com aquilo que parece comprometer de antemão qualquer possibilidade de um percurso analítico com o seu jovem paciente. A mãe que, no entanto, confia seu filho ao analista queixa-se desse laço que traz sofrimento a ela e demanda que esse sofrimento seja aliviado. Porém, ao mesmo tempo, e paradoxalmente, ela parece se ater a este doloroso entrave. Ela pede que

este nó górdio seja desfeito, mas impede de mil maneiras toda tentativa de corte, como se o menor passo dado nesta direção colocasse em questão toda ligação possível com seu filho. É bastante comum que desde os primeiros encontros ela se comporte como intrusa no espaço da criança, ela parece não aceitar que esta fale sozinha com o seu analista.

Tais situações suscitam frequentemente, da parte dos profissionais, uma retórica de “separação”, ato que deverá operar em tal laço incestuoso, e que afirmamos, com certeza, trata-se de um pré-requisito para qualquer forma de trabalho analítico possível com uma criança. Passado o fracasso das primeiras tentativas nesse sentido, o discurso faz julgamento (diagnósticos apressados de psicose ou perversão, “explicar” a fixação do

1. N.T: Título original: *Folies Maternelles*, texto publicado na revista *Essaim*, v. 2, n.15, Toulouse: Érès, 2005, p.101-116.

2. Aliás, é a propósito da criança que Lacan emprega tal fórmula, na resposta dada por ele a Jenny Aubry em seu texto “Note sur l'enfant”, dans *Autres Écrits*. Paris: Le Seuil, 2001, p. 373-374. (LACAN, J. “Notas sobre a criança”, in *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 369-370).

equilíbrio mórbido) ou convicção (do gozo materno). De tal forma que, algumas vezes, conseguimos “separar” a mãe de sua criança, tida como objeto em nome de uma referência à interdição do incesto, ou seja, de um registro simbólico (a lei) que, supostamente, deve preceder as práticas (jurídicas) de separação ditas “no real”, que vão desde simples exigências educacionais até a separação de corpos realizada por uma recolocação da criança em família de acolhimento (adotiva) ou em instituição. Espera-se que tais práticas possam produzir um corte na indistinção de uma alienação mórbida.

Acontece que alguns analistas se deixam levar por tais atalhos que parecem ser a maneira mais branda, caminho que consiste em operar esta separação pela distinção precoce de espaços. Convidamos a mãe para “falar em um outro lugar”, ou seja, “para si mesma”, augurando que, pela instauração de um espaço para a sua fala, tal endereçamento irá preservar um outro lugar para o seu filho. Esta iniciativa se contrapõe à precedente, na medida em que não é em nome de uma condenação do suposto gozo materno que encaminhamos a mãe a um outro lugar. E é sim porque se supõe que aquilo que a além a seu filho pode ser desatado somente em um outro lugar, um lugar separado. Propomos um outro endereço não para contrapô-la a seu filho, e sim como um lugar para ela sem o seu filho. No entanto, verifica-se que tal endereçamento é frequentemente entendido pela mãe como algo que tem por finalidade o não recebimento de sua palavra.

Nós a encaminhamos para falar em outro lugar enquanto é aqui – onde e a quem ela confia o seu filho – que ela quer se endereçar. É pelo seu filho enquanto objeto que ela sofre, mas é em seu próprio corpo que reside o nó. Aqui o mal-entendido é radical; ele está ligado a uma espécie de antecipação efetuada pelo analista que, tendo entendido que a razão dos atos da mãe residia em um sofrimento dela, ofereceu-lhe um lugar para falar “para ela”, supondo que ela não saberia

realmente encontrar esse lugar investindo-se no espaço destinado à criança. Isto pelo fato de que o analista está convencido de que a questão encontra-se ligada à sua infância, e que esta fora transferida através de um movimento atual para a sua relação com seu filho-objeto. Ou seja, ele está convencido de que alguma coisa da própria infância desta mãe se encontra em sofrimento e que tal sofrimento busca ser dito atualmente, no lugar para onde ela conduz o seu filho; o analista tenta operar uma distinção para abrir um espaço onde ela possa efetuar este retorno. Ele espera que dessa maneira possa dar continuidade ao trabalho com a criança.³

Nesta proposta está implícito que, para o analista, essa abertura de espaço consiste em um primeiro passo necessário para uma “separação”. Isto, muitas vezes, não somente resulta em um fracasso, como também é vivido pela mãe como uma forma de violência, de recusa, com a finalidade de não recebê-la. Isso exige uma atenção, ou seja, é necessário perguntar o que realmente deve ser compreendido como resistência do analista em se deixar fazer parte da transferência materna, como recusa de ocupar o lugar que lhe é atribuído no discurso da mãe. Esta recusa está certamente ligada a uma dificuldade específica da psicanálise com crianças, que consiste em estar, *às vezes*, no movimento transferencial da criança e no movimento transferencial dos pais, especialmente da mãe. Ao recusar-se a praticar uma terapia familiar, tentando se ater ao seu lugar de analista da criança, ele endossa uma rigorosa posição doutrinal.

3. Claro que, em alguns casos, tal proposição é eficaz. Da mesma forma, com frequência, o analista dá continuidade ao trabalho com a mãe, mas somente em relação ao desenrolar dos significantes em que a criança fora, em um primeiro momento, porta-voz. O presente trabalho concerne somente aos casos em que a loucura do laço materno é patente e em que a promessa da separação, qualquer que seja a forma, resulta em uma dolorosa falha.

Mas o que ele não percebe é que não se trata de uma demanda de análise da mãe. Trata-se de uma demanda de acolhimento, daquilo que, para esta mulher, se encontra atado, fixado na ligação com o seu filho colocado em posição de “objeto”. O lugar onde se encontra esse nó constitui o compromisso sintomático que carrega consigo a demanda.⁴

Eu designo tais casos com o nome de *loucura materna*, pois é na operação materna – que se refere, na maior parte dos casos, somente a uma criança entre os demais filhos – que reside o impedimento. Se, frequentemente, nos deixamos levar e falamos sobre psicose ou perversão, é sem dúvida em função de uma dimensão do gozo, às vezes obscena, que tais laços chegam a oferecer um verdadeiro espetáculo, mas é um erro: não é somente por elas serem neuróticas, psicóticas ou perversas que a ligação é uma ligação de loucura – mesmo que, certamente, sua patologia eventualmente dê a esta loucura um colorido particular –, mas sim porque é a falha da operação maternal que fixou em algum ponto o percurso da pulsão e deixou a sua marca. É a razão pela qual o lugar do endereçamento eletivo da demanda é o da criança: estas mães não param de consultar para seus filhos e não para si mesmas. Ou mais precisamente, elas vêm tentar, no lugar de sua criança, relançar a dinâmica daquilo que foi fixado na relação com tal criança, e que testemunha o impedimento da operação materna. Esta é a dupla face da loucura materna – de não ser uma “patologia” da mãe e de buscar fazer-se escutar no lugar da criança –, que introduz a recusa da qual ela é, frequentemente, objeto. Cabe ao analista da criança produzir *um tempo* de lugar de en-

4. Desde que uma analisante possa nos fazer escutar em que tal criança ocupa para ela um lugar de objeto, a conjuntura transferencial é diferente quando é justamente desse lugar de objeto que ela se queixa, mais uma vez, àquele que se oferece para receber “a criança”.

dereçamento dessa loucura, para que depois ele possa continuar sua rota, com a criança.⁵

Eu gostaria de tentar dar a estas proposições uma fundamentação teórica, retornando àquilo que eu designei com o nome de operação maternal (CHAUMON, 2005).

Loucura do amor materno

A minha hipótese é de que a loucura materna é uma representação do amor materno e que, assim como toda forma de amor, apresenta traços de loucura. Para um psicanalista, falar sobre o amor materno é algo possível desde a época de Freud. Ele qualificou este amor, especialmente em “Para Introduzir o Narcisismo” (1982). Este amor não é nada mais que o narcisismo que retorna: “O amor dos pais, tão cativante e, no fundo, tão infantil, não é nada mais do que o seu próprio narcisismo que acaba de renascer e que, apesar de sua metamorfose em amor de objeto, manifesta-se sem se confundir com a sua antiga natureza” (FREUD, 1982). A criança é o ser em majestade, *His Majesty the Baby*, pois ele é contemplado em seu esplendor a partir da perspectiva do amor narcísico.

É por isso que este amor é um amor louco: patologia, morte, renúncia ao gozo não valem a pena pela criança “que estará realmente, novamente, ao centro e no seio da criação” (FREUD, 1982).

Esta loucura de amor materno foi objeto de uma descrição que se tornou clássica, mas, no entanto, devido ao seu estatuto teórico ambíguo, foi pouco aprofundada pelos lacanianos. Trata-se daquilo que Winnicott nomeou de “preocupação materna primária”, estado que ele postula como bastante característico da mãe ao final de sua gravidez e du-

5. As modalidades práticas – presença ou não da criança durante as entrevistas com a mãe, modalidades da escansão, etc. – decidem-se, evidentemente, em cada caso e de acordo com o estilo de cada um. Mais uma precisão: o desenrolar deste trabalho com a mãe não conduz a uma análise da mãe; ele permite “simplesmente”, na maioria das vezes, dar continuidade ao trabalho com a criança.

rante as primeiras semanas de vida da criança (WINNICOTT, 2000). De acordo com este autor, tal disposição amorosa propicia uma abertura ao filho, pois ela permite que ele entre em acordo com as suas necessidades de maneira quase perfeita, ou seja, com uma certa quantidade de frustração para que a falta necessária à vida seja introduzida (a famosa “*good enough mother*”). A mãe adivinha amorosamente o que convém a ele, ela antecipa a sua demanda, ela nomeia com certeza o que para ele ainda se encontra aquém das palavras. Trata-se de uma loucura de amor, que é loucura naquilo que lhe permite “se colocar no lugar de seu filho e de responder às suas necessidades” (WINNICOTT, 2000, p. 172). Pois ela sabe, com certeza, o que ele quer e que ela supõe um saber nele, o qual ela detém, antes mesmo que ele possa dizê-lo. Mas a certeza louca que autoriza esta violência de interpretação (AULAGNIER, 1979) não é aquela da psicose, o seu saber não é intimado pelo Outro, pois trata-se do saber do amor: porque eu te amo, somos apenas um e nossos desejos estão unidos.

Com frequência ficamos maravilhados e impressionados com a perspicácia da mãe, com a sua intuição quase miraculosa. Podemos dar com facilidade alguns exemplos espetaculares: ela adivinha o mal-estar de seu filho antes de qualquer outra pessoa, se antecipa antes mesmo que o perigo se instale, ela antecipa cada desejo. Esta apologia do “materno” não é nada mais do que a idealização do milagre do amor, que sabe tudo sobre o amado, adivinha, identifica. Falamos menos de seu reverso, de seu lado escuro feito de falta de conhecimento, de recusa de qualquer alteridade, de violência e de raiva. *L’infans*, aquele que não fala, está necessariamente exposto às devastações que podem ser tanto maravilhosas quanto monstruosas de amor.

De acordo com Winnicott, tal estado da mãe porta um estatuto paradoxal, pois de alguma forma ele percebe uma loucura normal. É de fato uma patologia, um “estado psiquiátrico” que pode “ser comparado a um

estado de ruptura, ou a um estado de dissociação, ou a uma fuga, ou ainda a um transtorno mais profundo, tal como um episódio esquizóide” (WINNICOTT, 2000, p. 170). No entanto trata-se de uma paixão “natural”, em que os “traços patológicos” são mascarados pela criança que a suscita: “Caso a criança morra, o estado da mãe torna-se bruscamente patológico” (WINNICOTT, 2000, p. 170). Daí a fórmula notável: “É um estado organizado, que seria uma doença se não fosse gravidez” (Idem). Pode-se dizer que a “preocupação materna primária” é uma loucura, a criança está chegando! Isto permite prever que, quando a criança não ocupa mais a posição de objeto “natural” dessa paixão – ou seja, quando ela deixou de ser *l’infans* objeto de amor narcísico –, este estado possa parecer aos outros um verdadeiro estado de loucura.

O amor recobre o real

Se a intensidade do momento narcísico materno beira a loucura, me parece preferível reservar o termo loucura materna aos casos em que esse amor segue fixado, atado a um ponto de impedimento encontrado no tempo da operação materna. Digamos que a loucura materna não cessa de testemunhar aquilo que não passou durante a operação materna, e que se repete em seu laço com a criança.

Para demonstrá-lo é preciso desdobrar esta operação em que a mãe oferece a seu filho a unidade de seu corpo enquanto um lugar que bloqueia a pulsão. O amor materno é realmente viático, conjunto de provisão pelo qual a mãe pode emprestar o seu corpo como lugar de vendagem da pulsão. Trajeto que deve ser operado pela criança para se deduzir como sujeito.⁶ De acordo com Freud, esse amor deve ser estabelecido “na origem”, pois ele se baseia no narcisismo primário, e não no narcisismo secundário (aquele em

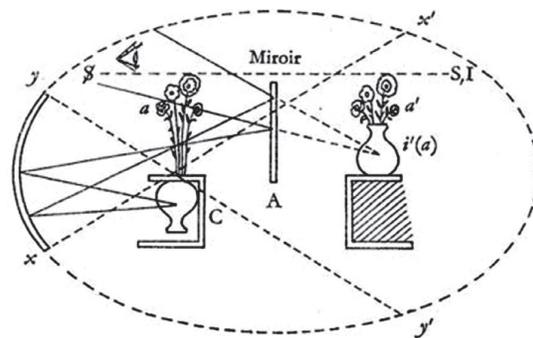
6. O “novo sujeito” abordado por Lacan na teoria da pulsão da Metapsicologia.

que os objetos fazem retorno no eu constituído). Esse narcisismo originário é a fonte de “atitude carinhosa dos pais para com seus filhos”: este é o conceito de que “havíamos suposto a existência e que constitui um dos pressupostos teóricos de nossas teorias sobre a libido” (FREUD, 1982, p. 96). A atitude face ao recém-nascido é o argumento-chave preciso em que Freud se apoia para sustentar esta hipótese. E isto ocorre a tal ponto que podemos dizê-lo ao contrário, pois é a existência do amor materno que confirma de maneira retroativa que existe realmente um narcisismo primário. Tal narcisismo deve ser estabelecido como um verdadeiro núcleo do ser: “Nós fazemos a representação de um investimento libidinal originário (*ursprünglich*) do eu, mais tarde uma parte é cedida aos objetos, mas, fundamentalmente, o investimento do eu persiste e se comporta em relação aos investimentos de objeto como o corpo de um corpo protoplasmático em direção aos pseudópodes que ele emitiu” (FREUD, 1982, p. 83).

De certa forma, seria de uma reserva “narcísica”, a não ser, diz Lacan, quando se trata de narcisismo sem Narciso, pois neste momento o estádio do espelho ainda não foi atingido. Alguma coisa reside no corpo, que não passara inteiramente pelos objetos: Lacan retoma esta afirmação de Freud, a partir de sua teoria do imaginário, dizendo que existe um resto na operação do espelho. Em seu seminário *A Angústia*, ele localiza no corpo, aquém do espelho (à esquerda no esquema abaixo), esta “reserva libidinal, ou seja [...] algo que não se projeta, que não se investe no nível da imagem especular, que é irreduzível a ela pela razão de que este algo continua profundamente investido no nível do próprio corpo, do narcisismo primário, daquilo que chamamos de autoerotismo, de um gozo autista” (LACAN, 2005, p. 55).

A questão que podemos colocar sobre este ponto consiste em saber se seria possível estabelecer uma ligação entre a existência de uma tal reserva narcísica e a operação mater-

na. Winnicott responde com a afirmativa: o estado de loucura, particular às mães no momento do nascimento, é aquilo que permite à criança fundar em si mesma aquilo que chamamos de “um sentimento contínuo de existir” (WINNICOTT, 2000, p.172). O amor materno deve, então, ser considerado como este momento de revivescência narcísica que condiciona a possibilidade de um narcisismo primário para a criança. Na medida em que a mãe pode recolocar em jogo o narcisismo primário, a criança poderá fundar seu próprio “sentimento contínuo de existir”. Ou seja, delimitar uma área de desdobramento “narcísico”. É a mãe que se oferece, em seu amor, para que esta reserva de existência seja colocada para o seu filho.



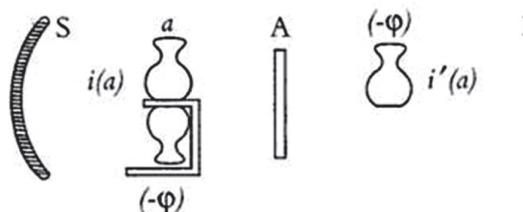
Esquema 1. Esquema óptico de Lacan (LACAN, 1988, p. 681)

Esta operação materna é interrompida, barada em certas circunstâncias. Eu formulo a hipótese de que, por não poder realizar esta operação, nesse momento de narcisismo originário, a mãe se encontra exposta a uma violência pulsional e permanece ligada a seu filho em uma relação de loucura. Para demonstrar isso, é preciso considerar a construção especular não a partir do ponto de vista da criança, como é recorrente, e sim do *ponto de vista da mãe*. Irei me apoiar no esquema óptico remodelado por Lacan em seu seminário *A Angústia*, seminário em que ele tenta inscrever a novidade radical da definição de objeto *a*, e acaba conseguindo. Até então, o estatuto original de imaginário havia

sido perfeitamente estabelecido pela operação especular, ou seja, por aquilo que dá uma forma unificada, determinada, ao caos que a antecede. O esquema óptico (LACAN, 1988, p. 653) havia permitido situar em um quadro, as duas outras dimensões do simbólico e do real: o simbólico era situado às vezes em A (espelho do Outro) e em I (ponto de vista do ideal do eu), o real sendo localizado na parte esquerda do esquema, figurado pelas flores do vaso. Mas o problema preciso, ao qual se confronta Lacan nesse momento de sua pesquisa, é o de que a escritura de *a* o interdita então de figurar este objeto no esquema. Pois uma das características principais do objeto *a* é justamente não poder ser especular. Se escrevemos *a* à esquerda, não é possível inscrevê-lo à direita, do outro lado do espelho plano, pois o objeto *a* não possui imagem. Lacan explora tal impossibilidade estrutural a partir da clínica freudiana do surgimento da angústia, relacionada ao *Unheimlich*, ao inquietante estranhamento. Este percurso vai permitir o esclarecimento daquilo que impede a operação materna.

Vejamos que, desde o início, na proposição de Lacan, o ponto de vista materno encontra-se presente em negativo. Ou seja, o lugar da mãe é identificado de maneira que o espelho propicia sua abertura estrutural para o eu. Isto possui um duplo sentido. Primeiramente, para o espelho plano do grande Outro, em que a natureza simbólica possui um efeito direto sob a possibilidade da criança de se ver. Depois, pelo movimento da criança que procura no olhar da mãe o assentimento do nome daquilo que ele vê no espelho (LE GAUFEY, 1977). Para que a criança possa se ver como corpo unificado designado por seu nome, a lógica do esquema óptico implica que a apresentação do espelho seja feita pela mãe e o dom de seu assentimento a este reconhecimento. Isto implica, então, que a mãe faça a sua parte.⁷ Antes de considerar aquilo

que pode ser obstáculo para que isso aconteça, é preciso aprofundar a lógica do esquema, assim como o seu impedimento, que representa pela configuração a nova definição de objeto *a*.



Esquema 2. Esquema do seminário *A Angústia* (LACAN, 2005, p.105)

Caminheamos passo a passo. O sujeito *infans* não possui acesso ao seu eu como totalidade (o vaso real, à esquerda), a não ser pelo truncamento da imagem, *i'(a)*. Ele é, contudo, afetado em seu corpo. Em primeiro lugar, pela experiência pulsional que ocasiona uma intensificação do gozo em certos pontos, chamados por Freud de zonas erógenas, orifícios pelos quais entram e saem os fluxos de troca com o Outro.

Esta operação especular religa, reagrupa, limita este gozo polimorfo na forma unificada do espelho. A patologia demonstra ao contrário a esquizofrenia, com a vivência da fragmentação, a psicose e o autismo infantil com fantasias de invaginação e reversão dos dedos das luvas do corpo através dos orifícios. Falar sobre a “fragmentação” ou “desordem dos objetos *a*” neste sentido é possível, mas a partir de *nosso* ponto de vista, ou seja, daquele que pode operar somente depois do estágio do espelho. Desordem e fragmentação só podem ser compreendidas a partir da ordem unificadora do especular, não antes disso. A passagem do espelho é este momento em que a criança cessa de ser em prol da pululação gozadora dos objetos (o caos pulsional), graças à forma unificante de sua imagem.

Assim, a operação do espelho opera uma “transferência de libido”, de um estado a ou-

7. O que supõe o pai.

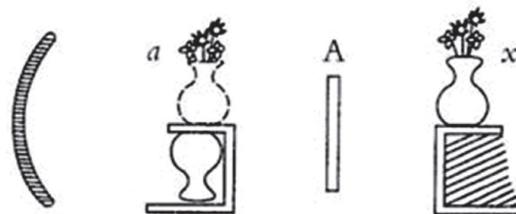
tro. Em uma espécie de simetria que parece implicar, nas primeiras versões do esquema, as letras $i(a)$ e $i'(a)$. A imagem dita real, à qual o sujeito não tem acesso, se “reflete” na imagem dita virtual. Esses termos ópticos obscurecem a demonstração, pois, estritamente falando, é claro que não existe imagem à esquerda. No entanto, segundo Lacan a imagem é aquilo que é produzido pelo espelho. É por esta razão que o termo $i(a)$ desaparece na versão tardia do esquema. Existe uma passagem de um estado (real) a outro (imaginário) pelo espelho que unifica em uma forma. Ou seja, ele reúne os pontos do gozo que até então estavam dispersos no corpo. Se representamos os objetos a pelas flores, o vaso do corpo imaginário as agrupa em um *bouquet*, o todo se constituindo em imagem do corpo $i'(a)$. O que seria de fato o corpo sem os objetos pulsionais? Nada mais do que uma *Gestalt*, o que recusa Lacan, razão pela qual ele deve colocar os objetos da pulsão “em” um corpo receptáculo.

Mas a dificuldade provém da ilusão propriamente imaginária que gera tal esquema: ele passa a sensação de uma completude corporal. O vaso circundando as flores se presta a credenciar a imagem adequada “contendor”. A partir do momento em que existe uma dimensão “contendor” do espelho, o que está em questão é a relação existente entre a dimensão propriamente imaginária e a da falta, o que foi enfatizado durante todo o ensinamento anterior de Lacan, particularmente a falta de objeto. A lógica do espelho como unificador esbarra na lógica do objeto a que faz objeção.

Não é possível argumentar que $i'(a)$ seja a imagem de $i(a)$: a hipótese da estabilidade e da completude que sugere esta duplicação de contenedores é recusada pela clínica. Com base na leitura dos textos de Freud sobre o *Unheimliche* (FREUD, 1985), Lacan trabalha a retificação da sua primeira etapa do esquema: quando algo completa a imagem, não é o apaziguamento trazido pela completude que se produz, mas sim, ao contrário, é a angústia

que surge. Conhecemos a fórmula: a angústia é desencadeada pela “falta da falta”.

Para dar conta da operação especular em seu carácter de amarração com o real e com o simbólico, é preciso que na imagem se preserve um lugar vazio, um buraco. Este lugar de falta é tão decisivo que Lacan o designa com o nome *Heim*, ou seja, o em si, raiz etimológica da língua alemã que encontramos no termo tão carregado *Heimat*, o país, a pátria. É neste ponto que se situa – e aqui ele traz os passos de Heidegger – “a casa do homem”, “a ausência onde nós somos” (LACAN, 2005, p.58). Este lugar é homólogo ao enigma do desejo do Outro que deixa uma lacuna na imagem do outro que sou. Por isso convém inscrever esta falta no esquema, seja pela letra X (LACAN, 2005, p.132), seja pelo $-\varphi$ (LACAN, 2005, p.105).



Esquema 3. Esquema do seminário *A Angústia* (LACAN, 2005, p.132)

No entanto, quando a imagem apresenta um carácter de completude (*bouquet* + flores), ou seja, quando algo vem neste lugar vazio, é que se produz o fenômeno do *Unheimliche*. De alguma forma é a negação na imagem do vazio do *Heim* que produz a angústia. Daí uma assimetria que precisa ser inscrita no esquema, colocando à esquerda os objetos a e à direita um X ou um $-\varphi$. Existe um resto da operação de “transferência da libido” que se encontra aqui na operação especular: alguma coisa “não se passa no espelho”, os objetos a não são especuláveis.

O ponto de vista materno

Vejam novamente este momento especular, mas dessa vez a partir *do ponto de vista*

da mãe⁸. Ela se encontra desde o nascimento defronte a um *infans*, um ser do qual ela antecipa a vinda enquanto eu, através da suposição do saber que ela lhe credita (enquanto sujeito). Para isso ela irá aplicar uma lógica transitivista (BERGÊS; BALBO, 1998) e irá acoplar aquilo que na linguagem implica um sujeito em espera, mas que já existe,⁹ com o que ainda não está lá, ou seja, sua unidade imaginária corporal. Ela olha para a sua criança não da maneira que ela é, mas como ela a ama, ou seja, de acordo com sua própria reserva narcísica. Ela não enxerga a sua incoordenação motora, a explosão sensorial, o transbordamento de gozo, mas ela *enxerga* um corpo *que ainda não está aqui*, no momento em que ele está capturado pelo atual da pulsão. Ela antecipa a sua unidade e o seu controle, e o saber que ela lhe supõe (a ele, o sujeito) e antecipa (seu eu ideal) em sua realização. Nas palavras que ela endereça a ele existe esta mesma antecipação jubilatória que é descrita por Lacan sobre a criança em frente ao espelho. É justamente porque ela o enxerga em um ponto onde ele ainda não se encontra que ele é impulsionado em sua busca. Ela o vê ali, onde ele ainda não está, é este o milagre do amor: ele recobre o real, o corpo que goza, esta coisa que é a criança recém-nascida, que faz com que um mundo soterrado volte à cena

Utilizando o esquema óptico, podemos dizer que a mãe enxerga o seu filho à direita em i(a), enquanto ele ainda é somente um corpo fragmentado (as flores) situado na parte esquerda do desenho. A clínica nos ensina que a operação que ela efetua, que poderíamos chamar de operação de antecipação especular, não vai além de si mesma. Em todos os casos é preciso, para que possa sus-

8. Este ponto de vista é aquele que só pode ser realmente explicitado em uma análise. Mas o que nos foi ensinado pode nos permitir situar aquilo que se encontra em jogo nas mulheres que consultam “somente como” mães.

9. Nos significantes, no campo do Outro.

tentar esse ponto de vista de amor, um ponto fora da cena, índice de seu desejo e que fará função de Nome do pai para a criança. A mãe vê seu filho onde ele ainda não está, por causa dos significantes chamados em seu lugar. É devido ao fato de que ex-siste um ponto de vista simbólico, que o amor toma o seu âmbito imaginário, ou seja, apresenta um espelho narcisista para a criança, em que ela é convidada a reconhecer-se. O intervalo próprio ao significante abre um espaço na lógica unificadora da imagem.

Esta operação de amor materno se torna impossível, ou muito vulnerável, se ela não se sustenta em tal referência fora do espelho. Os dois impasses são conhecidos: ou o narcisismo opera em circuito e esgota-se mortalmente em si mesmo, ou ele não pode se implementar. O amor exclusivamente narcísico, aquele em que a mãe não vê na criança nada além dela mesma, em que ela não enxerga nenhum traço “paterno”, pode fechar-se em si mesmo. Ele também não se encontra menos propício à descontinuidade pulsional. Este amor encarcera mãe e filho em um círculo mórbido, sob a constante ameaça de aniquilação, pois o espelho pode ser quebrado através dos golpes interruptores da pulsão. Do contrário, o impossível recurso ao amor narcísico deixa a mãe defronte à nudez violenta do corpo da criança, inquietude real, até mesmo monstruosa da qual ela se esquivava com horror e angústia. Ela não pode vestir esse corpo com os seus devaneios narcísicos, e esta é a razão pela qual ele se impõe a ela como Coisa hostil, intrusiva e persecutória.

Amor narcísico e sexual pulsional

Entre estes dois tipos de impasse, às vezes impressionantes, existem todos os tipos de representações da operação de amor materno. Podemos nos dar conta somente se temos em mente a medida do que se encontra em jogo, ou seja, a amarração do pulsional ao narcísico, os dois registros heterogêneos de amor e de sexo. De acordo com Lacan, “O campo do amor, ou seja, do narcísico, [...]

Freud nos indica em seus próprios termos que ele é feito de inserção de *l'autoerotisch* nos interesses organizados do eu” (Ibid, p. 174). De um lado existe o amor e do outro as pulsões parciais. Contrariamente àquilo que temos o hábito de dizer sobre os efeitos eróticos do amor materno, é através da pulsão, e não através do amor, que o sexo chega na criança. “A sexualidade enquanto tal faz a sua chegada, exerce a sua atividade própria, através do intermediário – tão paradoxal quanto isso possa parecer – das pulsões parciais.” Lacan insiste: “Proponho a distinção radical existente entre o se amar através do outro, o que não deixa no campo narcísico do objeto nenhuma transcendência ao objeto incluído, e a circularidade da pulsão, ou heterogeneidade do ir e vir que mostra uma abertura em seu intervalo” (Ibid, p.177). Existe uma contradição entre o amor e as pulsões que devem, portanto, ser traçadas juntas, em um movimento que parte de um para ter acesso aos outros: “O nível de *Ich* é não pulsional, e é neste ponto que Freud funda o amor. Tudo aquilo que é assim definido ao nível de *l'Ich* não passa a ter valor sexual, não passa de *l'Erhaltungstrieb*, a conservação, ao *Sexualtrieb*, que em função da apropriação de cada um desses campos, não é apreendido por uma das pulsões parciais” (Ibid, p.174)

Esta contradição é resolvida pela vestimenta do amor, que encobre o caráter sexual das pulsões às quais a mãe deve se submeter. Este é o sentido da observação de Freud, sob o qual a mola narcisista do amor materno vai ao encontro da “negação da sexualidade infantil” (FREUD, 1982, p.96). No entanto, a mãe é realmente a primeira “sedutora”, na medida em que ela se oferece ao exercício pulsional, emprestando o seu corpo a “perversão polimorfa” da criança (CHAUMON, 2005). A postura perversa do sexual pulsional é de fato contraditória ao registro do amor, que permanece no ciclo de homogeneidade narcisista. Aos olhos dos outros – como Freud observou maliciosamente, especialmente aos olhos do pai, que fica ressen-

tido –, o sexual da pulsão com que a mãe se presta é, muitas vezes, insuportável. Somente o amor materno pode tornar isso socialmente aceitável, somente o amor materno permite à mãe se prestar a este papel sem causar muitos danos.

Existe de fato um desacordo, uma lacuna entre o amor materno e o exercício pulsional, e é contra essa estrutura que Ferenczi se erige em seu famoso artigo “Confusão de línguas entre adultos e crianças” (FERENCZI, 2011, p.111-121). Em seu texto ele denuncia a traição sofrida pela criança que demanda carinho e que em troca recebe uma resposta sexual do adulto. Ao solicitar o amor, ou seja, o espelho narcísico em que se constitui o seu ser, ela reconhece no outro a lógica pulsional, ou seja, o corte e a queda do objeto. Ela busca a garantia do amor terno e se depara com o sexual parcial da pulsão. Ela busca a “promessa da aurora” (GARY, 1960) do amor narcísico, ela quer estar no lugar do falo imaginário da mãe, e aqui ela se encontra ante o corte e a perda que opera o sexual pulsional. Mas existe uma versão simétrica que não é abordada por Ferenczi, em que os efeitos são, portanto, ainda maiores. É aquela em que o adulto busca o carinho de um amor narcísico na criança, e se depara com a exigência pulsional imperativa desse amor. A mãe busca o *retrouvaille* narcísico do mesmo, ela quer se confortar em seu filho, encontrar junto com ele e junto a ele a reserva narcísica do ser. E ela se depara bruscamente com violência da pulsão, que apreendeu seu corpo para fazer dele uma parte perdida, para sempre perdida. A violência do sexual pulsional constitui o real, a aprovação do materno, em que a operação se sustenta somente a partir do recurso à via narcísica do carinho¹⁰.

10. Esta violência é demonstrada pelas passagens ao ato com os bebês, e constituem frequentemente uma resposta do adulto à violência traumática do sexual pulsional, uma vez que ele não é suficientemente protegido pelo véu, a para-excitação do amor narcísico.

Loucuras maternas

Existem casos que testemunham esta etapa não atravessada, esta fixação a um ponto de impedimento encontrado durante o percurso: a falha do amor da origem deixou a mãe atada ao sexual da pulsão, resultando, assim, uma certa loucura materna, *ou seja*, uma maneira de ainda manter, apesar de tudo, algum tipo de vínculo com a criança.

Certamente pode haver casos em que a montagem narcísica não possa ser efetuada pela mãe desde o momento da gravidez, deixando-a sujeita à ameaça de uma espécie de *alien*, de um real parasita que invade o seu corpo. O que pode resultar uma impossibilidade radical de qualquer tipo de contato, em que todos os pedidos da criança possuem caráter persecutório. Ainda mais frequentemente, em um primeiro momento, o véu do amor poderá ser colocado no corpo da criança, permitindo assim que os primeiros laços pulsionais sejam feitos. Porém, algo acontece e interrompe este entendimento narcísico. O amor retira-se como um véu rasgado e a coisa-criança entra em cena. O horror do real apareceu de maneira repentina, mas não sob a forma imóvel da alteridade enigmática do anjo impassível, e sim em sua vertente ativa, ameaçadora, imperiosa: pois a pulsão exige sem atraso, ela reivindica o objeto sem ao menos olhar para o outro, ela percebe uma lógica perversa (de acordo com Freud) se apropriando, para sua satisfação, do corpo da mãe que ela recorta. Se por Lacan a Coisa é este Outro irreconhecível e fundamentalmente hostil em sua alteridade, podemos então dizer que o *infans* é para a mãe o retorno da Coisa, a presença imediata de um porto atado ao gozo.

O sentimento de angústia, tão frequente nos primeiros tempos da relação da mãe com o *infans*, sinaliza o que está em jogo neste momento e nos permite identificar o que se passa. Para perceber isso basta retomarmos a demonstração de Lacan sobre o *Unheimlich*: é quando surge alguma coisa no espelho, ali, aonde deveria subsistir um va-

zio, a angústia irrompe. No lugar da criança, ou seja, em $i'(a)$ em que deve ser escavado o lugar de $l'x$ ou do $-\phi$, alguma coisa impede, e assinala a saturação pelo objeto. Na imagem da criança não existe mais esta falta através da qual pode-se indicar “o desejo de outra coisa”, o que aparece no lugar – a angústia! –, é um objeto de gozo em que a sua emergência pode ser literalmente sideral. A mãe se encontra na posição fundamentalmente de passividade que é característica do retorno pulsional, o que Lacan revela pela forma passiva do verbo “fazer-se”. Conhecemos bem a versão paradigmática, a do objeto oral, que se enuncia “fazer-se sugar”. O gozo do Outro está ali, imediato, é o horror do vampiro, o seio monstruoso que aspira a mãe inteiramente e ameaça de esvaziá-la, toda a sua substância. A angústia surge no momento em que a relação narcísica falha e no lugar em que o desejo do Outro interroga o sujeito na raiz de seu ser, como objeto *a* de seu desejo. Dessa forma, no recito de *O homem de areia* (HOFFMANN, 2007), em que Freud se apoia para identificar o inquietante estranhamento, Nathanaël, o voyeur, fica horrorizado ao encontrar o Outro desejando os seus olhos, até mesmo o coração de seu ser. O que o sujeito é como objeto *a* para o Outro surge como uma estranheza familiar quando o véu do (des)conhecimento narcísico falha em filtrar o desmensurado da pulsão.

Não poder colocar em prática a operação do amor materno, ou seja, recobrir o pulsional do véu da semelhança narcísica expõe à lógica sexual acéfala da pulsão. Para aparar este real, para antecipar o retorno da angústia, a mãe poderá recorrer a tudo aquilo que pode fazer função de alerta, de antecipação do perigo, com a finalidade de pôr em prática todos os tipos de parapeitos salvadores colocados diante do perigo iminente. O modelo é, naturalmente, o do fetiche, ou seja, esse objeto que vem fixar o movimento, colocado ali como testemunha. Testemunha do instante que antecede a confrontação do horror da castração. O fetiche é um lugar

de clivagem, o reconhecimento do furo e ao mesmo tempo de sua negação.

Frequentemente, dizemos que a criança é colocada na posição de fetiche, ou seja, de objeto da perversão materna. Parece-me que convém ser um pouco mais preciso e apontar que não é a criança em si, mas sim este laço com a criança que precede (metonimicamente) o momento da angústia, que pode atuar como fetiche. O que será preferível, por tratar-se do momento do percurso pulsional que foi efetuado antes do surgimento da angústia. O que permanecerá assim fixado, petrificado, é o momento do laço pulsional, ao qual a mãe soube se submeter, logo antes da derrota narcísica que barra o outro tempo da pulsão. Enquanto fetiche, este laço dá suporte a duas posições antagônicas: ele testemunha o desempenho da operação materna e, ao mesmo tempo, ele a denuncia. Ele repete o momento da completude materna, mas sob proteção do registro narcísico (ela não cessa de mostrar como sabe satisfazer a tal ou qual registro da demanda), mas ele atesta, por sua fixação e sua exclusividade, a falha da continuidade do movimento pulsional (uma outra demanda seria insuportável).

Dai advém a posição da mãe em relação àqueles a quem ela se dirige: *eu sei bem* que o sintoma¹¹ da minha criança testemunha o meu fracasso, *mas mesmo assim* ele testemunha o que aconteceu, que eu soube ser mãe. Eu sei bem, pois eu trago ele até você, você que eu suponho ser o possível analista do meu filho, mas mesmo assim eu protesto, enquanto mãe, contra a desqualificação que poderá resultar e, por esta razão, eu mostro, eu exibo o fálico de uma relação pulsional antecedente¹².

A loucura materna é a fixação – às vezes dolorosa e gozadora segundo a lógica do fetiche – neste momento do circuito pulsional, que precede a derrota do amor. Ela testemunha o tempo de antes, e protesta através dele contra a realidade deste amor. É isso que explica o mal-entendido do qual a mãe é frequentemente objeto: a loucura aparece como perversão materna (o gozo) enquanto ela é exibida como amor. Ela ama o seu filho através do modo de amor narcísico – e que é doravante inadmissível por parte de terceiros –, ela administra a evidência relacionada ao fetiche do momento pulsional realizado. Ela protesta seu amor em que ela mantém o testemunho. Mas ela não sabe que, ao mesmo tempo, ele atesta a sua derrota.

Loucura materna, às vezes patética e insuportável, em que compreendemos que o voto da “separação” a que ela induz atesta um verdadeiro mal-entendido. O que desejamos interromper na verdade é esta relação de fetiche tão preciosa para ela, pois intercepta o testemunho do momento em que ela pensa ter operado como mãe. Se a mãe se endereça a um analista para o seu filho fazendo valer junto a ele esta loucura, é para que ele leve em conta, *ao mesmo tempo*, as duas posições inclusas neste laço fetiche. É esta demanda contraditória que a criança está encarregada de encarnar, tanto que a negação não será desdobrada como tal. Ele o encarna e isso será, então, *por ele* que deverá passar o desenrolar dessa loucura que, por sua vez, poderá dissolver-se. É assim, creio eu, que devemos compreender o que diz Lacan ao evocar em sua nota a Jenny Aubry (LACAN, 2003), os casos, segundo ele, de mais difícil acesso para psicanalista, em que o sintoma “faz so-

11. Que ela reconhece como tal.

12. Quando o circuito pulsional efetua o seu percurso completo, pensamos no falicismo da mãe. A criança é o falo da mãe, ao título de pulsão. É por isso que convém dizer que, de uma certa forma, o falicismo pode existir oralmente ou analmente, etc. Por exemplo, se

ele toma bem o seio, ele a constitui como “boa” mãe amamentadora. O que designamos como “perversão materna” são, frequentemente, os casos em que a mãe demonstra o registro em que ela pensava ter sabido se deixar levar pelo jogo da pulsão.

bressair a subjetividade da mãe”. A criança, nos diz Lacan, torna-se “objeto” da mãe, “e não tem mais outra função senão a de revelar a verdade deste objeto” (LACAN, 2003, p. 369). As palavras têm aqui o seu peso, devemos sobressaltá-las: *não tem mais... senão*. “Ela [a criança] aliena *nela* toda a possibilidade de acesso da mãe à sua própria verdade, dando-lhe corpo, existência, e ao mesmo tempo exigindo ser protegida” (Idem). É aí que reside a essência: é de fato porque ela aliena *nela* (a criança) todo acesso possível à sua verdade (da mãe) que é *por ele* que será preciso passar para que ela reencontre o caminho de sua própria verdade, petrificada nesta relação. No caso que menciono aqui, ou seja, no caso em que a loucura materna busca ser escutada pelo analista da criança, trata-se de levar em conta aquilo em que a criança porta a clivagem materna, de desdobrar as declarações contrárias. Assim, com frequência, a via de acesso é descongestionada para trabalho com a criança, mas desde que isso seja questão para ele.

Muitas vezes, durante um processo analítico, o analista é confrontado com tal lugar que a criança passou a ocupar para uma mulher, e já escrevemos muito sobre isso – o primeiro foi Freud, sobre as representações do estatuto da criança no destino da feminidade. O que merece, me parece, ser distinguido enquanto loucura materna são os casos em que, no encontro com o analista da criança, esta representação da operação materna demanda o seu reconhecimento. Eu busquei mostrar, de um lado, a necessidade, e do outro, a dificuldade.

Abstract

Psychoanalysis with children is often confronted with what is designated here as maternal madness, meaning a position of “object of the mother” which seems to limit in advance the horizon of analytical work. This situation frequently directs the analyst who receives the child towards a “separation”, a cutting of the

“jouissance” link, which, for us, can be interpreted as a resistance to the mother’s transference, carried over by the child. In order to specify the coordinates of the analytical act in these cases, we have tried to show how failure of the pre-specular operation of maternal love leads to drive violence, which certain forms of maternal madness attempt to ward off.

Keywords: *Maternal madness, Psychoanalysis with children, Object.*

Referências

AULAGNIER, P. *La violence de l’interprétation*. Paris: PUF, 1975.

BERGÈS, J ; BALBO, G. *Jeu des places de la mère et de l’enfant*. Toulouse : Érès, 1998.

CHAUMON, F. “D’un corps à l’Autre”. *La clinique lacanienne. D’une femme à l’autre*, n.8, mai./2005. Toulouse : Érès, 2005.

FERENCZI, S. Confusion de langue entre les adultes et l’enfant. Dans *OEuvres complètes*, tome IV, Paris: Payot, 1982, p.125. “Confusão de língua entre os adultos e a criança (a linguagem da ternura e da paixão)”, cap. IX, p. 111-121, in *Obras completas, Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes, 2011, v. IV.

FREUD, S. “Pour introduire le narcissisme” (1914). In *La vie sexuelle*. Paris: PUF, 1982.

FREUD, S. *L’inquiétante étrangeté et autres essais*. Paris: Gallimard, 1985.

GARY, R. *La promesse de l’aube*. Paris: Gallimard, 1960.

HOFFMANN, E.T.A. O homem de areia, in *Freud e O Estranho: Contos fantásticos do inconsciente* (org. esel.) Braulio Tavares. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

LACAN, J. *Le séminaire livre X (1962, 1963), L’Angoisse*. Paris: Seuil, 2004, p.109. (LACAN, J. *O seminário, livro: a angústia*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2005).

LACAN, J. “Note sur l’enfant”. Dans *Autres écrits*. Paris: Le Seuil, 2001. (Nota sobre a criança, in *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003).

LACAN, J. *Écrits*. Paris: Le Seuil, 1966. (*Escritos*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1998).

LE GAUFEY, G. *Le lasso spéculaire*. Paris: Epel, 1997.

WINNICOTT, D. La préoccupation maternelle primaire. In: *De la pédiatrie à la psychanalyse*. Paris: Payot, 1971, p.168 et s.

RECEBIDO: 20/08/2012

APROVADO: 28/08/2012

SOBRE O AUTOR

Franck Chaumon

Psicanalista. Autor de vários artigos e dos livros *Lacan, le sujet, la loi, la jouissance* (F.Chaumon, “Lacan: la loi, le sujet et la jouissance”, collection Le bien commun. Ed.Michalon, 2004), e *Manifeste pour la psychanalyse* (S. Aouillé, P. Bruno, F. Chaumon, G. Lérès, M. Plon et E. Porge, Manifeste pour la psychanalyse. Paris, éditions La Fabrique, 2010).

Endereço para correspondência:

34 rue de la Montagne Sainte Geneviève
75005 – Paris/França
E-mail: franck.chaumon@gmail.com

Ponderações sobre a feminilidade na condição travesti

Reflections about femininity in the transvestite situation

Júlio Cesar D. Hoenisch
Pedro José Pacheco

Resumo

O presente artigo aborda aspectos de uma pesquisa qualitativa que articula técnicas de entrevista e métodos de observação, realizada no ano de 2010 na cidade de Feira de Santana, Bahia, e que teve como objetivo mapear as experiências e representações da violência junto a travestis desta cidade. A análise das entrevistas e observações contou com o suporte referencial teórico da psicanálise e da antropologia, e a metodologia de análise foi a Análise do Discurso Crítica. A amostra foi constituída por quatro travestis que não trabalhassem como profissionais do sexo, maiores de 18 anos, residentes na cidade de Feira de Santana, Bahia. O método empregado foi qualitativo, e os recursos metodológicos consistiram em entrevista semiestruturada e observação. Os resultados encontrados problematizam corpo e feminilidade no que tange à literatura clássica. As travestis entrevistadas apresentaram uma preocupação com o corpo que refuta o uso de silicone e medidas invasivas de mudança corporal, tradicionalmente referida na literatura especializada. Do ponto de vista do processo de identificação e sentimento de pertencimento, em termos de gênero, os resultados também indicaram divergências quanto ao modelo de “superfeminilidade” proposto tradicionalmente para este grupo, bem como divergiram em relação ao contexto de marginalidade (prostituição e agressividade), cenário “clássico” onde são descritas. Tais resultados e problematizações apontam necessidade de novos estudos para esclarecer quais tipos de modalidades corporais e de identificação (novos modelos de feminilidade?) se constituem na contemporaneidade para este grupo identitário.

Palavras-chaves: Travesti, Corpo, Identidade, Subjetividade.

Introdução

A condição travesti no conjunto da sociedade brasileira pode ser considerada de alta vulnerabilidade à violência, *bullying* e exclusão social. Em que pese um clima de certa liberalidade nas últimas décadas, o número de travestis e homossexuais assassinados no Brasil e em particular no nordeste continua preocupante, indicando que os direitos civis e constitucionais estão ainda distantes de um estado de cidadania plena no país. É possível imaginar que as condições de existências dos sujeitos divergentes das subjetividades e sexualidades hegemônicas ocorram mediante processos traumáticos marcantes em

função dessas fortes marcas estigmatizantes e violentas nas quais se constituem. Tal princípio nos aproxima da perspectiva que Connell (1997) denominou de “masculinidades subalternas”, ou até mesmo a outra nomenclatura mais ampla: “subjetividades subalternas”, que denota, numa perspectiva moral e julgadora, uma constituição humana “inferior” se comparada a outras consideradas naturalmente “melhores” e “superiores”.

Neste segmento, a constituição da condição travesti mostra-se muitas vezes como um processo marcado por rejeição e violências consideráveis. No presente estudo, nos detivemos a realizar a escuta das impressões

de travestis residentes numa cidade do interior do nordeste brasileiro, marcada por violências consideráveis contra homossexuais. Entretanto, no decorrer do trabalho de pesquisa a violência não foi o foco mais considerado pelas entrevistadas, mas sim a construção de uma feminilidade considerada “adequada”, portanto, que supostamente as protegeria das violências que ocorrem na cidade. O corpo surge como capital importante na aceitação da condição travesti, em uma estrutura discursiva relativamente conservadora e culpabilizante das vítimas de agressão.

Corpo, psicanálise, identidade(s) e gênero

Falar na contemporaneidade que estaríamos vivendo uma supremacia do corpo como objeto de ocupação, poder, saber, disciplina e reconhecimento social não constitui propriamente uma novidade. O corpo de acordo com os diversos contextos espaços-temporais nos quais esteve inserido sempre variou e varia de significado e regimes de controle. Se é fato que, no mundo ocidental, alguns segmentos populacionais se ocupam do corpo em um sistema próximo de uma “ditadura” (beleza, juventude e definição muscular), por outro lado outros segmentos não parecem tão vulneráveis às proposições midiáticas. As representações de corpo, beleza, masculinidade e feminilidade contemporâneas estão longe de ser oferecidas e experienciadas de maneira uniforme pelos sujeitos. Ao contrário, temos na verdade uma profusão considerável de performances possíveis no que tange ao gênero e experiências de reconhecimento de si. O corpo em alguns segmentos mostra-se como um elemento moldável, reprogramável e extremamente passível de organizações das mais diversas. Portanto, pensarmos o corpo a partir dos referenciais da psicanálise e da crítica da cultura nos coloca em uma perspectiva onde não é possível realizar grandes generalizações totalizantes. É fato que a teoria psicanalítica – consideravelmente afetada pelo positivismo em seu surgimento – foi

fortemente calcada no ideal de generalização de seus achados no modelo das ciências da natureza. Todavia, é possível afirmar que em seu desenvolvimento posterior este campo de conhecimento tem buscado articular-se como um saber do singular, uma estética da existência, mais do que assertivas generalizantes e homogeneizantes próximas dos postulados das ciências naturais. Assim sendo, o corpo no escopo psicanalítico trata-se de um corpo impregnado de linguagens e símbolos, mais do que uma sede da alma. Nessa perspectiva, as dimensões de espaço e as condições históricas não podem ser ignoradas nos processos de constituição do sujeito, justamente porque a produção de subjetividade é tributária dos signos linguísticos da cultura e de uma série de outros agenciamentos coletivos. Logo, as experiências iniciais com o corpo indicam sua importância central, já que o início da vida psíquica é marcadamente um início corporal, advindo da experiência do/com o corpo.

A questão da articulação do corpo com a identidade passa em grande medida pela importância que a imagem tem na formação do eu e da subjetividade humana. Como observa Jacques Lacan (1998), a experiência da criança com o corpo é inicialmente errática e fragmentada. Será no que o autor denomina “Estádio do Espelho”, com o início de uma relação com o Outro, que a criança se depara com uma imagem formatada de si, e esta imagem será, tal como no reflexo que encontramos no espelho concreto, uma falácia e um grande enigma. Assim como o espelho concreto do cotidiano nos devolve uma imagem invertida, o olhar do Outro – tomado como metáfora – nos mostrará algo que se aproxima do que somos, porém não traduz o que somos. Entretanto, em virtude do momento de vulnerabilidade do sujeito por ser efeito do encontro com esta alteridade (Outro), ocorre uma captura deste sujeito por esse olhar do Outro. Assim, o sujeito fragmentado e com vivências corporais desordenadas se identifica com uma imagem total,

encontrando uma referência ou representação de si para si e formando o que poderíamos chamar de identidade. Vale destacar que o Estádio do Espelho não é a única forma de subjetivação associada à identidade e/ou à imagem de si. O desejo dos pais, fato principal para que alguém nasça como sujeito, já é portador de uma referência.

Ainda é importante destacar que o corpo para a teoria psicanalítica difere largamente do organismo, ainda que dele não se dissocie. Freud (1915/1994), ao postular o conceito de pulsão – um dos pilares conceituais da psicanálise –, coloca a questão dos limites entre a mente e o corpo de forma bastante problematizadora. Se o psíquico afeta o corpo e vice-versa, como alguns casos de histeria tão bem ilustram, e se mediante o labor analítico o corpo pode ser afetado pela retificação subjetiva e interpretação transferencial, resta clara a hipótese de um *continuum* entre corpo e mente e não uma dissociação como no modelo cartesiano. Entretanto, as relações da identidade com o corpo e a imagem não são consideradas suficientes para traduzir uma “identidade” ao sujeito, menos ainda sobre seu lugar na partilha dos sexos e orientação sexual. A natureza do registro da sexualidade e do objeto de desejo escapa aos princípios identificatórios imaginários para um além do homem e da mulher, remetendo a posição desejante à suposição de um objeto que tampanoria – ao menos temporariamente – a falta. Esse objeto mítico seria o que se constituiria como o falo. O corpo eventualmente pode ocupar o lugar de falo.

A falicização do corpo pode, em alguns casos, elevá-lo à categoria de fetiche, tomando esse termo tal como denominado na economia. A fetichização do corpo corresponderia a supor que o corpo é o falo. Esse caso pode ser aplicado a diversos segmentos corporais (as pernas, o nariz, os pés) ou pode ser estendido, como nos parece ocorrer no contemporâneo, ao corpo todo. Em sua imagem total, efeito ainda das experiências do estágio do espelho, somamos certa infla-

ção narcísica e fascínio pela imagem: o corpo como espetáculo a ser admirado e cultuado. O corpo então pode ser tomado como obra, como efeito de uma política ascética de fabricação de si, onde o corpo e o eu não se dissociariam. A questão certamente é complexa e perpassa por diferentes registros de experiência de significação.

Nessa compreensão da fundação de um sujeito que se reconhece como ser desejante e dessa posição produz uma concepção identitária (sempre parcialmente equivocada) de si, o corpo mostra-se como um elemento que convoca um sujeito a um reconhecimento na partilha dos sexos. Mas convocaria a um reconhecimento simples, ordenado por uma lógica binária? Não necessariamente e o próprio escopo psicanalítico nos indica problemas nessa construção, pois se o inconsciente não é masculino ou feminino – em fato na tradição lacaniana ele não é um lócus, mas justamente um corte e não um atributo do sujeito –, como poderíamos nos referir à masculinidade ou feminilidade no sentido da articulação comum atribuída a estes significantes? A questão desloca-se do campo da imagem para o campo das ficções produzidas pelos sujeitos, principalmente no registro da neurose, delimitando as necessárias construções de sentido para ocupar um lugar de “ser”. De uma maneira ou outra, o homem não é o masculino e a mulher não é o feminino, posto que essas posições são cambiantes do ponto de vista simbólico. Mas então como nos detemos na construção de um reconhecimento de si diante do corpo e dos modelos de gênero ofertados pela cultura?

Sexualidade, subjetivação, contemporâneo

Pensar o corpo como matéria a-significante não nos parece um ato possível. O corpo em seu estado desprovido de significados não pode ser mais do que uma abstração. Pensar o corpo, imaginá-lo, questionar seu estatuto, já implica em um ato de significação, ao qual o sujeito humano está destinado a realizar. Tal como nos transmite Jacques Lacan (1982)

ao referir que não há nenhuma realidade pré-discursiva, não seria possível pensar num corpo sem pensá-lo como linguagem, como signos linguísticos, especialmente no seu aspecto significante. Logo, uma vez visto ou pensado, ele é classificado em algum lugar na cadeia de sentidos possíveis ao sujeito.

O corpo é significado, com materialidade inegável, mas sempre interpretado. No campo psicanalítico “clássico”, o corpo na partilha dos sexos tradicionalmente beira certa essencialização e heteronormatividade, o que tem sido alvo de diversas críticas feministas, como as realizadas por Butler (2002). As críticas repousam, por exemplo, na tendência a reduzir a partilha dos sexos a dois (homem e mulher) como categorias normativas, ligadas a comportamentos pertencentes a um ou a outro, desconsiderando as inúmeras possibilidades de sustentação da masculinidade e da feminilidade. Com isso, a pertença parece sempre reduzida a dois.

As críticas no que correspondem ao travestismo e à transexualidade como postulada por alguns segmentos psicanalíticos também incluem a perspectiva de coerência binária entre “identidade sexual” e orientação sexual. O psicanalista Stoller (1993), ainda que tenha sido responsável pela inclusão da discussão sobre gênero, identidade e papel sexual no campo psicanalítico, não escapa de uma visão heteronormativa que sugere a patologização de organizações psíquicas que difiram da perspectiva binária tradicional. Essa patologização fica clara nas associações entre transexualidade e psicose, por exemplo. É relevante enfatizarmos que a condição travesti é largamente diferente da transexual. Se a posição travesti sabe/deseja em alguma instância de si não pertencer ao gênero feminino, portando-se como um “semblante” da mulher, a transexual parte da premissa da convicção de pertencer a registros diferentes do seu corpo biológico. Esta tese é associada por alguns autores, tais como Millot (1988), à psicose.

Todavia, essa premissa é largamente questionada mesmo por alguns segmentos

da própria psicanálise contemporânea. Se o corpo é experienciado e nomeado, parte do reconhecimento de si é operada pela perspectiva do Outro, abrindo a possibilidade dos destinos dessa localização entre homem e mulher serem definidos para além ou aquém das representações hegemônicas. A orientação sexual pode, perfeitamente, não estar associada ao sentimento de pertença de um gênero ou outro. Ademais, a questão dos gêneros como categorias claras e estanques não passa de uma construção histórico-cultural, bastante distanciada de delimitações claras. Não são poucos os mitos ocidentais e gregos que referem à transição entre um gênero e outro.

Outra questão importante para desarmar o universo simples de uma linha divisória entre os gêneros é a prerrogativa de interpretar a feminilidade simplesmente como posse ou não posse do falo. Mesmo com as fecundas contribuições de Lacan (1998) para uma compreensão não normativa e essencialista da masculinidade e feminilidade, esta última ainda se inscreve no (en)torno da função fálica, sendo referida a mulher como “não toda”. Em que pese os inúmeros esclarecimentos sobre essa denominação não implicar em juízo de valor, a temática é espinhosa. Se a ela associarmos a premissa “a mulher não existe”, mais passíveis de equívocos e contestações as premissas lacanianas se tornam, especialmente na cultura contemporânea. Se as concepções sobre feminilidade e a mulher são tão revestidas de regiões de sombra no edifício psicanalítico, como se apresentaria a condição transexual, sobremaneira mais passível de patologização?

“Identidade” sexual?

Alguns segmentos psicanalíticos advogam a existência de uma “identidade sexual”, sendo esta tomada, em linhas gerais, como o sentimento de pertencer a um sexo ou outro (claramente referindo-se a um binarismo sexual simples). Essa simplificação toma as dimensões imaginárias, sobretudo as da travessia

edípica, como a inauguração de uma identificação que regeria o sentimento de pertença a um sexo ou outro. Entretanto, tal premissa esbarra seriamente na questão de que as dimensões da imagem não são necessariamente as únicas coordenadas do sujeito psíquico e que o 'eu' sentir pertencente a determinado registro de gênero, na verdade, trata-se de efeito de operações de natureza simbólica e não imaginárias. Logo, os signos do masculino e do feminino não deveriam ser confundidos com os traços ofertados pelos pais. Visões como esta são grandemente responsáveis pelas críticas dirigidas ao escopo psicanalítico, tomado como normatizador e simplista ao postular uma visão da travesti, homossexual e transexual, como sujeitos ora ligados à perversão, ora ligados a patologias graves de cunho narcísico.

Na concepção de Stoller (1993), e acompanhado por Catherine Millot (1988), uma das questões centrais da organização da condição travesti e sua diferença em relação à transexual reside no significado fálico do pênis para um e para outro. Millot acompanha as ideias de Stoller sobre a função erótica do pênis para a travesti e sua suposta destituição de fonte de prazer para a transexual. Tanto para essa autora quanto para Stoller, a condição travesti como o ato de travestir-se estariam ligados ao erotismo e ao gozo, em contraste com a condição transexual, que seria desprovida de caráter erótico. Supostamente, o órgão peniano para a transexual não é investido de significação psíquica. Todavia, essa tese é altamente questionável. Se não o é, por que o órgão peniano é objeto de tanto repúdio e, em alguns casos, repulsa por parte das transexuais?

No que concerne ao complexo de Édipo, para Stoller o pênis é fator complicador para a constituição do sentimento de pertença a um determinado gênero. Todavia, um dos entraves na ideia de Stoller é associar – a nosso ver – o sentimento de pertença à dimensão imaginária do Édipo e não ao registro do simbólico. Essa perspectiva também

parece ignorar a dimensão da bissexualidade teorizada por Freud em favor de uma identificação de gênero pré-estabelecida antes do complexo de Édipo e direcionada exclusivamente à figura materna. Além disso, ainda que não fique claro como, para Stoller, o homossexual afeminado e o travesti parecem manter a compreensão de que pertencem ao sexo masculino. Logo, onde estaria colocado o processo de identificação?

Acompanhando algumas ideias de Stoller à luz do lacanismo, Millot afirma que houve no caso da transexual uma “forclusão” do nome do pai, por isso a falha em identificar o pênis ao falo, e da mesma forma, levando a transexual ao registro da psicose. Millot discorda de Stoller sobre a identificação primordial com a mãe. Fundamenta seu raciocínio no princípio de que a mulher que a travesti procura encarnar é a “*cover-girl*”, associada à mascarada feminina. Nesse campo, Millot considera esta uma identificação da travesti com “A” mulher. E essa mulher estaria próxima da concepção da histeria.

Já a mulher que a transexual busca é a mulher completa. Esta busca de completude a empurra para a posição de gozo absoluto e não barrado, portanto, onipotente. A travesti fica fora dessa lógica em virtude justamente do investimento do pênis como órgão de gozo, logo, mantendo-a no campo do registro do pertencimento ao masculino. É diferente a condição transexual, que, nas palavras da autora, quer “se livrar do órgão macho”.

Percebemos aqui o valor erótico do pênis e sua aproximação com a manutenção do sentimento de pertença da travesti ao registro do masculino, ou, no mínimo, sua compreensão de não ser uma mulher.

Se o homossexual é, em alguns momentos históricos da psicanálise, eleito como figura degenerada (ROUDINESCO, 2003), não menos patológica será considerada também a condição travesti. Mais uma vez devemos a Stoller (1993) a teorização que esclareceria que o homossexual, a travesti e o transexual

não são figuras psíquicas correlatas. Logo, afasta-se um pouco dos princípios da figura do “invertido”. Na produção deste teórico encontraremos a inclusão do papel de gênero no campo psicanalítico e uma formulação de entendimento das divergências da heteronormatividade com um cunho um pouco menos moralista. Se por um lado Stoller avança em sua construção apontando, na melhor tradição freudiana, que a homossexualidade está longe de se tratar de um bloco monolítico e que agrupar sujeitos diferentes com base exclusivamente em seus objetos desejantes não parece muito sensato. Todavia, em que pesem as construções menos moralizantes, como já dito, Stoller ainda considerará a travesti e outras condições não hetero como da alçada da psicopatologia. A travesti é relegada a um sujeito que ora fetichiza a mãe fálica, ora foge de uma identificação com o pai (em dimensão imaginária) fraco ou insuficiente. Mas o que seria uma masculinidade insuficiente?

Em que medida e por que afirmar a natureza de “desvio” da travesti, se a própria natureza da pulsão e da sexualidade é desviante e errática?

Parece-nos que junto às lucubrações teóricas, tais premissas remetem a questões políticas e patriarcais presentes no pensamento psicanalítico e criticadas por vários segmentos feministas. Haveria aqui mais uma vez uma desqualificação do feminino? Um homem que não se propusesse a ocupar o lugar do “homem tradicional”, só poderia assim agir por ser portador de anomalias? Essa perspectiva retoma visões naturalizadoras da condição humana como sugere uma visão essencialista das organizações subjetivas no que tange ao masculino, feminino e às formas de gozo. Usualmente alinha a condição travesti à perversão ou, na melhor das hipóteses, à histeria. O travesti será descrito hegemonicamente como um homem que inventa uma pseudoidentidade feminina, ou seja, inventa uma mulher. A mulher inventada seria a “*cover girl*”: muito feminina, muito ma-

quiada, abusando dos signos representantes da mulher.

É a partir desse ponto que o presente trabalho apresenta nossos resultados de pesquisa e abre um campo considerável de questionamentos em relação às concepções do feminino e às condições da construção da mulher no travesti. Ou melhor dito, da travesti que se mostra como representante de uma feminilidade construída.

Uma mulher como qualquer outra, uma “travesti de família”

Com o intuito de mapear as experiências e representações da violência junto a travestis da cidade de Feira de Santana, na Bahia, é que estes sujeitos vieram a discorrer sobre as suas condições de travestis, trazendo inúmeros dados não compatíveis com as teorizações clássicas sobre elas, particularmente quanto às representações sobre a feminilidade, os papéis sociais e a escolaridade apresentada. Primeiramente, as entrevistadas apresentavam escolaridade mediana, com o ensino médio completo na maioria dos casos. Este dado por si só é bastante significativo, sobretudo quando observamos que todas as entrevistadas iniciaram sua “transformação” em travesti na adolescência e continuaram frequentando a escola a despeito de diversas manifestações hostis contra elas. Logo, uma mostra mais escolarizada traz, em que pese o grande preconceito ainda relacionado à figura da travesti, uma maior capacidade de apoderar-se de seus direitos e informações sobre cidadania.

Solicitadas a refletirem sobre como se deu a transição do registro de homem para o registro feminino, as travestis entrevistadas referem que este processo se iniciou com a ingestão de hormônios e o início do uso de roupas femininas. Primeiramente em nível mais escondido – sobretudo da família – até ser uma condição colocada às claras. Entretanto, a mulher que emerge no discurso de nossa amostra não se alinha à

“*cover-girl*”, mulher fatal envolta em roupas sumárias e com saltos altos. Todas as travestis se apresentaram trajando roupas femininas, todavia com muita discricção. Esta discricção é justificada no discurso das entrevistadas pela afirmação de que se uma travesti quer se parecer com uma mulher, ela deve ser discreta. Ponderam que as mulheres “de verdade” não andam por aí maquiadas e superproduzidas o tempo todo, logo elas também não almejam essa forma de feminilidade. Em alguns momentos as entrevistadas referem que esta feminilidade do exagero é uma “caricatura” da mulher e está associada a travestis que se prostituem. Aqui outro ponto a ser destacado é que nenhuma delas se prostituía ou era simpática à prostituição. Em uma visão que beira o conservadorismo, atribuem parte da culpa das hostilidades que as travestis sofrem às travestis “de rua”, denominadas por elas de “baixo-astral”. As representações de feminilidade emergentes em nossa pesquisa se referem a uma “mulher comum”, que pode ser encontrada em qualquer lugar, sem chamar a atenção pelos excessos, mas, como refere uma das participantes, um “travesti de família” (sic).

O corpo, fundamento importante para a construção do sentir-se travesti, também não deve ser portador de excessos, logo, a maioria das entrevistadas recusa o uso do silicone industrial. As suas argumentações vão desde os dados clínicos quanto aos efeitos nocivos deste material para o organismo até a temática do excesso. Muito silicone construiria uma mulher que não existe. Tendo isso em vista, as entrevistadas referem que o uso de hormônios femininos em altas dosagens já produz os efeitos feminilizantes desejados. A mulher que as travestis entrevistadas querem ser mostra-se como uma “mulher normal” (sic). Afastada dos estereótipos tanto da feminilidade quanto da visão caricatural apresentada em alguns programas televisivos e mesmo em alguns segmentos da literatura psicanalítica.

Uma nova representação da feminilidade?

Dentro do universo deste estudo tanto em sua dimensão discursiva quanto em sua observação direta, um elemento parece tomar destaque nas preocupações das travestis, as quais se afastam bastante da literatura sobre o tema – notadamente a psicanalítica: a representação de feminilidade. Habitualmente a mulher que a literatura apresenta como o desejo da travesti é a “*cover-girl*”, uma mulher de excessos, *vamp*, saltos altíssimos e roupas muito curtas. Enfim, uma representação sumamente sexual-erotizada e marcada pelo excesso de feminilidade, de uma mulher poucas vezes encarnada pelas “mulheres da vida cotidiana”. Aparentemente as travestis entrevistadas consideram que a semelhança com a feminilidade é feita de discricção e docilidade. Mais afeitas aos sapatos baixos e às roupas discretas, todas atribuem a representação da mulher exagerada – mais uma vez – às travestis “de rua”, “baixo-astral” ou “analfabetas”, como observa uma das entrevistadas.

A construção desse percurso de modificação não fica clara, mas a preocupação em evitar o excesso parece se traduzir na vida das entrevistadas sob dois aspectos: a) pela ingestão muito precoce de hormônios femininos e b) por nenhum interesse em fazer uso de silicone ou próteses. Quando indagadas sobre por que não fazer uso do silicone, elas são unânimes em afirmar que já obtinham os resultados que desejavam com a ingestão de hormônios, sendo desnecessária a injeção de silicone, tido por elas como típico de travestis “mal-informadas” (sic). É relevante mais uma vez lembrar que a mostra das entrevistadas tinha uma escolarização bastante considerável para a média nacional e para a realidade das travestis em geral. Além disso, eram provenientes de famílias de classe média baixa a média, onde a informação e acesso a serviços médicos e de saúde não eram raridades. Diante disso, a mulher referida no discurso das travestis é uma mulher que se diluiria em meio à multidão. Quanto menos

percebida como travesti, mais próxima do ideal de feminilidade buscado.

Logo, não a “*cover-girl*”, mas a “vizinha do lado” parece ser o paradigma da feminilidade. Mesmo para o entrevistador, em alguns casos as entrevistadas quase não foram reconhecidas como travestis, dado o cuidado de serem discretas. Em uma das entrevistas, ocorrida no café de uma grande livraria de Salvador, ninguém – nem mesmo os atendentes – pareceu perceber tratar-se a entrevistada de uma travesti. Isso levanta uma questão que mereceria ser mais bem investigada em pesquisas futuras: a aparência mais ou menos feminina seria diretamente proporcional ao nível de aceitação social da travesti? Esse estudo não nos permite inferir sobre esta questão, mas a aparente preocupação em ser uma “mulher normal” parece estar alinhada à não manifestação de olhares ou comentários hostis por parte das pessoas que interagem com as travestis no espaço público.

Essa preocupação em ser vista como uma mulher comum talvez seja uma das variáveis que levam as entrevistadas a desejarem atividades profissionais afastadas da prostituição – até pouco tempo vista como única possibilidade para uma travesti. Da mostra de quatro sujeitos, somente duas haviam trabalhado como profissionais do sexo, uma continuando em atividade, mesmo assim dando preferência a clientes fixos e não com clientes de rua. Sobre os interesses profissionais das entrevistadas, duas preferem atividades ligadas à beleza, tais como cabeleireira e esteticista.

O semblante da mulher e o (não) passeio entre gêneros

Em que pese a *performance* travesti se revestir de um semblante feminino, as entrevistadas, em muitos momentos, trocam os artigos ao se autorreferirem ora no feminino, ora no masculino. Diante dessas glosas, uma vez lhes perguntado se se sentiam mulheres, elas respondem que não, que sabem que não são

mulheres. Em outras palavras, as travestis fazem um jogo cênico de feminilidade, mas seu sentimento de pertença é masculino. Convidadas a se posicionarem na partilha dos sexos tradicionalmente proposta, não surge em sua fala uma terceira via, mas a reiteração do modelo binário. Talvez isso ocorra por um ainda forte enraizamento na questão fálica de ter que se dizer algo que exista mais objetivamente e tenha um poder/saber mesmo que problemático, mas hegemônico e tranquilizador, evitando assim o vazio existencial e o conseqüente não ancoramento nos ideais imaginários que tradicionalmente comungam da divisão biológica dos sexos. Assim, nessa partilha, a travesti (ainda) se considera um homem. Esse sentimento de pertença problematiza a ideia de que a travesti se julgaria um sujeito que transita entre os gêneros. Quer seja no semblante feminino apresentado, quer seja nas construções sobre seu lugar como sujeito da sexualidade, a travesti não abandona seu registro inicial imaginário/anatômico, pois ela não se considera uma mulher e, concordando com os achados de Kulick (2008), não deseja ser uma.

Os artifícios, a construção de imagem feminina, o jogo de sedução e afins podem ser revestidos das promessas de um encontro com o feminino, mas em certa medida as entrevistadas se colocam como “não mulheres”, ainda que identificadas com um semblante de feminilidade, o que constitui um paradoxo. O semblante feminino apresentado trata-se de uma figura que leva o observador a uma ilusão momentânea, mas as travestis neste estudo mostram saber claramente que se trata de um jogo de claro/escuro. A travesti não atravessa de fato a fronteira dos gêneros, não passeia por ela nem ocupa ora a posição feminina, ora a masculina. No presente trabalho, constatou-se que elas se compreendem homem, se julgam, no mínimo, não mulheres.

Neste estudo não nos pareceu ser possível defender os jogos de imagem e apresentações do feminino como se tratando de uma

“identidade travesti”. O que nos é possível inferir é que se trata de uma situação próxima da dissidência dos jogos tradicionais da partilha do gênero, mas nem por isso ligada ao campo psicopatológico.

Logo, nesse jogo de pertença, semblantes de divisões, as questões aqui levantadas nos conduzem a muitos questionamentos sobre a natureza heteronormativa das construções psicanalíticas e suas eventuais incapacidades para ouvir os sujeitos que habitam condições culturalmente não hegemônicas sem os tomar como falhas, involuções ou entidades clínicas comprometidas.

Abstract

This paper addresses some points of a qualitative research that that was carried out in 2010 in Feira de Santana, in the state of Bahia, articulating interview techniques and observation methods and aiming to map experiences and representations of violence among transvestites in that town. The analysis of interviews and observations was supported by the theoretical fields of psychoanalysis and anthropology, and the analysis methodology was the Critical Discourse Analysis. The sample was composed of four over 18-year-old transvestites that did not work as sex professionals, living in Feira de Santana, Bahia. The method employed was qualitative, and the methodological resources consisted of semi-structured interview and observation. The results found problematize both body and femininity as seen by the classical literature. The transvestites interviewed showed some body concerns, refusing the use of silicone and invasive body changes traditionally mentioned in specialized literature. Regarding the process of identification and the feeling of belonging, in terms of gender, the results have also evidenced divergences related to both the model of ‘super-femininity’ traditionally proposed for this group and the context of marginality (prostitution and aggressiveness), a ‘classical’ scenario in which these individuals have been described. Such results and problematization point out

the need of new studies to evidence the kinds of body modality and identification (new femininity models?) that have been constituted for this identity group in contemporaneity.

Keywords: *Transvestites, Body, Identity, Subjectivity.*

Referências

- BUTLER, J. *Cuerpos que importan*. Sobre los limites materiales e discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- CONNELL, R.W. La organización social de la masculinidad. In VALDÉZ, Tereza & OLIVARRÍA, José (eds). *Masculinidad/es – poder y crisis*. FLACSO – Chile: Isis Ediciones de las mujeres, n.24, 1997.
- FREUD, S. (1915). Pulsiones y destinos de pulsión. In FREUD, S. *Obras completas*, v.14. Buenos Aires: Amorrortu, 1994.
- KAUFMANN, P. *Dicionário Enciclopédico de Psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- KULICK, D. *Prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.
- LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- LACAN, J. (1972-1973). *O seminário, livro 20: mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.
- MILLOT, C. et alli. *Transexualismo; identidade feminina*. 2. ed. Salvador: Fator, 1988.
- ROUDINESCO, E; PLON, M. *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- ROUDINESCO, E. *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- STOLLER, R. J. *Masculinidade e feminilidade: apresentações do gênero*. Trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

RECEBIDO: 13/08/2012

APROVADO: 18/08/2012

SOBRE OS AUTORES

Júlio Cesar D. Hoenisch

Psicólogo. Especialista em Saúde Pública (ESP/RS-FIO-CRUZ). Mestre em Psicologia (PUC/RS). Doutorando em Saúde Coletiva (ISC/UFBA) – Professor visitante do DCHF Universidade Estadual de Feira de Santana/BA.

Pedro José Pacheco

Psicólogo. Especialista em Psicologia Jurídica (CFP). Mestre em Psicologia Social e Institucional (UFRGS). Doutor em Psicologia (PUCRS). Professor do Curso de Psicologia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões RS.

Endereço para correspondência:

Júlio Cesar D. Hoenisch

Rua Marques de Monte Santo, 59/203
41940-330 – Salvador/BA
E-mail: cesarhoenisch@gmail.com

Lugar de fala: psicanálise e gestão docente da indisciplina

Place of speech: psychoanalysis and management faculty of indiscipline

Katherinne Rozy Vieira Gonzaga
Fernando César Bezerra de Andrade

Resumo

A gestão pedagógica para situações de indisciplina discente na escola é um problema relevante, que, porém, não é, em geral, considerado na formação continuada dos educadores. Entendendo a indisciplina como uma situação de conflito relacional na escola que, mal gerida, pode agravar-se em violência, levantou-se a hipótese de que instituir um lugar de fala no grupo de professores produz efeitos subjetivos nos docentes implicados no manejo dessas situações. Este artigo apresenta o lugar de fala em sua dimensão grupal e sua influência sobre o aperfeiçoamento do manejo docente de situações de indisciplina discente. Isto é ilustrado a partir de fragmentos do caso de uma das professoras participantes de um grupo de reflexão sobre a gestão da indisciplina, cuja principal finalidade era prestar-se como lugar de fala para docentes, de modo a favorecer a elaboração psíquica de conflitos que as docentes atravessavam na relação com o alunado. Por isso, o grupo considerado inspirou-se no dispositivo da Pedagogia Institucional, “lugar de fala” (PAIN, 2009), e teve seus movimentos psicodinâmicos interpretados sob a ótica do pensamento winnicottiano. Levada em conta a subjetividade das docentes, o grupo que serviu de enquadre do lugar de fala também contribuiu para que surgissem efeitos sobre a posição subjetiva das profissionais nele envolvidas, propiciando condições de mudanças necessárias a uma melhor gestão da indisciplina. No caso considerado, ao falar sobre sua própria agressividade no contexto de um grupo que funcionou como cobertura (WINNICOTT, 2005), a professora tornou-se mais sensível a mensagens do alunado, eventualmente veiculadas pelo comportamento indisciplinado.

Palavras-chave: Lugar de fala, Docente, Gestão da indisciplina, Grupo de reflexão, Teoria winnicottiana.

O presente trabalho considera um extrato de uma pesquisa que tratou da formação docente para a gestão da indisciplina, ao longo de seis semanas, com um encontro semanal de três horas, realizada com dez professoras da Educação Infantil que trabalhavam em Centros de Referência em Educação Infantil (doravante CREIs) de João Pessoa-PB (GONZAGA, 2011).

Os seis encontros das professoras que formaram o grupo de reflexão compuseram-se de três momentos: leitura e discussão

de textos sobre o tema do desenvolvimento emocional do indivíduo e a indisciplina na ótica da teoria winnicottiana, apresentação e discussão de caso (momento em que as professoras traziam situações de indisciplina discente que vivenciavam em sala de aula e expressavam sua gestão diante dessas situações) e encaminhamentos e fechamentos (em que se discutia e eram decididas maneiras para lidar com as situações e agenda-se a apresentação do caso para a semana seguinte).

A gestão pedagógica para situações de indisciplina discente na escola é um problema relevante, que, porém, muitas vezes deixa de ser considerado na formação continuada dos educadores. Por entendermos a indisciplina como uma situação de conflito relacional na escola que, mal gerida, pode culminar em situações mais graves de conflitos, levantou-se a hipótese de que instituir um lugar de fala no grupo de docentes produz efeitos subjetivos capazes de favorecer a gestão da indisciplina pelos profissionais implicados no manejo dessas situações.

Para avaliar tal hipótese, analisamos os efeitos subjetivos da constituição de um lugar de fala (entendido como um espaço coletivo para a discussão sobre dificuldades relacionais, de aprendizagens, para trocas de experiências vivenciadas no cotidiano escolar e para tomar decisões). O trabalho em grupo nessa formação docente continuada favoreceu meios para que as professoras desenvolvessem habilidades para criarem novas formas de lidar com a indisciplina.

Para a análise dos movimentos psicodinâmicos das professoras no grupo de reflexão (em que se instituiu o lugar de fala), duas categorias foram consideradas: o grupo como cobertura e o grupo como unidade pessoal (WINNICOTT, 2005). Para a análise da mudança na posição subjetiva das professoras, seis categorias foram definidas: a queixa de indisciplina, a concepção de indisciplina, a forma de manejo da situação, a biografia da participante, a dinâmica do lugar de fala e as novas intervenções relatadas a partir da vivência do lugar de fala. Neste artigo, apresentamos uma breve discussão sobre o aspecto grupal da dinâmica própria ao lugar de fala, assim como sua influência na aparição de novas formas no manejo das professoras lidando com a indisciplina.

Os resultados verificados a partir da instituição do lugar de fala foram mudanças na posição subjetiva das professoras em direção a uma vida mais autônoma e a uma atitude mais proativa e pedagógica diante de situa-

ções de indisciplina discente. O progresso das mudanças correlacionou-se à qualidade do estabelecimento das relações objetivas de cada professora. Para essa tarefa, entendemos ter sido necessária a figura de um profissional que, externo aos CREIs e treinado na escuta psicanalítica, favorecesse, no contexto de uma formação continuada, a elaboração de material psíquico das docentes, cujas intervenções no enfrentamento da violência poderiam torná-las elas próprias causa de mais violência na escola (pela ineficiência e inadequação das estratégias adotadas).

A instituição do lugar de fala: o grupo de reflexão

Com Winnicott (2005) e Freller (2001), sabemos que o ambiente escolar em situações de tendência antissocial – expressa muitas vezes pelos atos de indisciplina – é determinante para a modificação da conduta indisciplinada, seja em direção à solução do conflito ou à violência.

Segundo Silva (2002), trabalhar em equipe, de modo colaborativo, é essencial para que profissionais da escola reflitam continuamente e produtivamente sobre sua prática e sobre a formação global do alunado. “Para a concretização desse novo tipo de trabalho escolar, são necessárias mudanças nas relações e inter-relações pessoais dos professores com seus pares e com os alunos; exigem-se diferentes competências e habilidades para atuar nessa nova escola” (SILVA, 2002, p.80).

No que concerne à gestão dos conflitos, considerando-se que o grupo é uma instância de convivência, é nele que se manifesta e desenvolve a sociabilidade – e, com ela, também o conflito. Nessa ótica, obviamente, “a convivência é um feito coletivo e nunca setorial” (FERNÁNDEZ, 2005, p.159). Ora, uma proposta educativa que considera, em primeiro plano, as relações interpessoais como determinantes da vida da escola e toma como axioma central a noção de conflito, afirmando-se “uma pedagogia da crise, que não recua diante da violência, mas a inclui

no campo educativo” (PAIN, 2009, p.15) é a Pedagogia Institucional (ANDRADE; GONZAGA, 2010), doravante PI.

A PI propõe que todo o trabalho escolar seja submetido à regular apreciação individual e grupal, em contextos de coletividade. Daí serem frequentes as atividades em grupo, tanto para discentes quanto para docentes. Essa pedagogia também reconhece que a participação em grupo de atividades por docentes e outros profissionais remete, necessariamente, à consideração da dimensão subjetiva dos participantes do grupo na realização das tarefas. Daí o olhar sobre a subjetividade docente e, nela, sobre os efeitos que o trabalho em grupo pode exercer.

Adotamos, na pesquisa cujos dados servem aqui de suporte à discussão, o pensamento winnicottiano para orientar nosso olhar interpretativo. Assim, quando a subjetividade é levada em conta, o grupo também pode ter efeitos sobre a posição subjetiva dos profissionais nele envolvidos, ao ponto de propiciar condições para a mudança necessária à boa gestão docente da indisciplina. O que a teoria winnicottiana assegura sobre o grupo, tomado como ambiente de mudanças subjetivas?

Para Winnicott (2005), o grupo, dependendo das necessidades daqueles que dele participam, pode funcionar como uma unidade individual ou cobertura materna. No caso da unidade individual, o fundamento da formação do grupo maduro é a multiplicação de unidades individuais (WINNICOTT, 2005), quando cada participante teve um desenvolvimento emocional sadio e encontra-se rumando em direção à independência (etapa mais próxima do que o autor considera saúde emocional); nessas condições “o grupo beneficia-se da experiência pessoal dos indivíduos, cada um dos quais foi visto através do momento de integração e recebeu cobertura até estar apto a dar cobertura a si mesmo” (WINNICOTT, 2005, p.220).

Já no caso da cobertura, o grupo funciona como uma proteção ambiental que exerce

poderes de reparação das falhas ambientais eventualmente experimentadas por seus integrantes: nesse sentido, existe a possibilidade de dar-se “cobertura a um agrupamento de pessoas relativamente não integradas [mais distantes do que o autor considera saúde emocional] e um grupo pode ser formado. Neste caso, o trabalho do grupo não provém de indivíduos, mas de cobertura” (WINNICOTT, 2005, p.220).

Segundo Winnicott (2005), o esperado é que o indivíduo saudável gradualmente se torne em condições de identificar-se com o grupo, sem perder sua espontaneidade individual e o senso de si-mesmo (*self*), que se define como “descrição psicológica de como o indivíduo se sente subjetivamente, sendo o ‘sentir-se real’ o que coloca no centro do sentimento de *self*” (ABRAM, 2000, p.220).

A formação de grupos faz parte da *experiência cultural*, “algo que pertence ao fundo comum da humanidade, para o qual indivíduos e grupos podem contribuir, e do qual todos nós podemos fruir, se tivermos um lugar para guardar o que encontramos” (WINNICOTT, 1975, p.138): trata-se das relações de objeto estabelecidas durante o desenvolvimento do indivíduo.

A experiência cultural primária é a relação mãe-bebê, que, durante o desenvolvimento maturacional, vai se ampliando para outras relações. Esta experiência acontece numa zona intermediária – o espaço transicional –, em que os fenômenos experimentados (por exemplo, o brincar das crianças e o falar dos adultos) nem são “uma questão de realidade psíquica interna, nem tampouco de realidade externa” (WINNICOTT, 1975, p.134), localizam-se entre extensões do “eu” e do “não-eu”.

O grupo formado na pesquisa aqui considerada funcionou como espaço transicional, instituído pelo dispositivo do lugar de fala (THÉBAUDIN; OURY, 1995; PAIN, 2009), dando oportunidade às professoras de terem experiências culturais que lhes permitiram movimentos subjetivos das situações de in-

disciplina discente, criando novas formas e possibilidades de manejo das situações, experiência vivida coletivamente.

Ora, o lugar de fala ocupa, logicamente, um papel decisivo como dispositivo gerador do espaço transicional. Na experiência do grupo de professoras analisada nesta pesquisa, esse dispositivo tratou, como conteúdo manifesto, da indisciplina discente, mas levou em conta, a todo momento, o conteúdo latente das representações, fantasias, afetos implícitos nas relações de objeto mantidas pelas professoras – o que supôs necessariamente tratar de seus alunos e da relação com eles.

Analisamos, adiante, fragmentos de situações experimentadas por uma participante do grupo, a quem atribuímos o pseudônimo de Lígia, a fim de ilustrar como tal arranjo teórico permite melhor compreender a dinâmica do funcionamento do grupo aqui analisado, bem como as mudanças de posição subjetiva das professoras envolvidas.

O grupo de professoras

O grupo de reflexão foi formado com dez professoras de CREIs, a partir de uma proposta para uma formação continuada com docentes da Educação Infantil para a gestão da indisciplina. O critério relevante para a participação no grupo de reflexão – a saber, a motivação intrínseca das docentes participantes para discutirem e analisarem a gestão docente da indisciplina discente – foi garantido durante a seleção por parte da Secretaria Municipal de Educação.

Observamos que algumas professoras aproveitaram o espaço de fala mais que outras; que houve tanto resistências a mudança quanto, ao mesmo tempo, a mudança através da perlaboração da transferência negativa de uma professora; que a potencialidade para a transformação foi mais evidente numa das professoras; e que se deram modificações, em maior ou menor grau, na posição subjetiva das professoras, inferidas seja por suas falas, seja por suas expressões faciais. Tudo isso se deveu ao modo como cada uma re-

lacionou-se com o grupo e com a psicanalista que, agindo como pesquisadora e coordenadora das reuniões do grupo, mantinha o enquadre para o funcionamento do lugar de fala – cujo principal elemento consistia no direito a falar, para todas no grupo, sobre situações de indisciplina, bem como no compromisso de abrir-se à reação das colegas e da psicanalista.

No decorrer do processo de formação pôde-se perceber, também, que o lugar de fala através do trabalho grupal favoreceu efeitos subjetivos nas professoras: o movimento subjetivo em relação ao grupo, saindo da demanda de cobertura (indicando um funcionamento egoico mais imaturo) em direção à unidade individual; e o movimento subjetivo em relação ao grupo já caracterizado, desde o início, como unidade individual (indicando um funcionamento egoico mais maduro).

O grupo como cobertura para a professora Lígia

O grupo é por excelência um lugar de fala, uma vez que falar pressupõe regras; ao mesmo tempo, o dispositivo do lugar de fala, utilizada para esta pesquisa, tal como sugere a PI, é um exercício de convivência com um outro e com os conflitos decorrentes da relação social, sempre mediado pela linguagem. Cabe considerar que, sendo aquela atividade de formação oferecida pela primeira vez, o grupo recebeu, por CREI, duplas de docentes que, afora a colega da dupla, não se conheciam ou relacionavam entre si; não obstante, estabeleceram-se relações que caracterizaram o grupo num registro de cobertura.

Como vimos, segundo Winnicott (2005), os grupos podem funcionar sob duas modalidades: como unidade individual e como cobertura. No primeiro caso, os indivíduos estão egoicamente integrados (o que resulta de um processo de desenvolvimento maturacional em que, na relação suficientemente boa com sua mãe, o ego primitivo do bebê incorpora experiências à personalidade) e são relacionalmente mais maduros; estão,

portanto, aptos a relações menos duais e socialmente mediadas. Já no segundo, os indivíduos ainda encontram-se na fase de não integração (anterior à integração e que diz respeito ao tempo da imaturidade egoica do bebê, quando este estabelece, na relação suficientemente boa com sua mãe, o sentimento de confiança e pode entregar-se aos cuidados maternos): desse modo, precisam do grupo como espaço de acolhimento e proteção.

No processo de formação aqui analisado, o grupo funcionou, na maior parte do tempo, e para a maioria das professoras, como cobertura. Como bem indica Winnicott (2005), oscilações naturais foram percebidas numa ou noutra professora, que durante o processo utilizavam-se do grupo, ora como unidades individuais, ora como cobertura. Tal foi o caso de Lígia, cujas falas permitiram entender os seus movimentos subjetivos em relação ao grupo e mais tarde observar sua mudança diante de seus alunos indisciplinados – vez que, de maneira geral, utilizou-se do grupo de reflexão fazendo demandas de cobertura ao grupo.

Numa das falas, fazendo um comentário sobre sua vida pessoal, Lígia afirmou:

No meu caso eu tenho três filhos: uma casada, uma do meio e a caçula. E meu marido tem um irmão que, quando eu namorava com meu marido, tinha sete anos. Quando a mãe dele falava que ia sair, toda rua ia pra fora por causa do escândalo. Eu até deixava de ir à escola para ficar com ele, porque ele só queria ficar comigo, e eu pensava: “Meu Deus, se eu me casar com o irmão dele, será que vou ter filhos iguais a ele?!” E dizia à minha sogra que se fosse meu filho, ele deixava de fazer isso. E não é que paguei com a língua, a primeira não, a segunda não, mas a terceira, a rapinha do tacho, minha amiga, quando o pai fala que vai sair, começa o escândalo, dizendo: Não vai não, não vai não, fica comigo! Quando a irmã diz: Carol fique quieta, não bate em mim não! Meu Deus, eu fico olhando, não parece com o pai e sim com o tio, eu não digo, mas penso:

“Paguei minha língua”! E aí, é hereditário? O que é? (Primeiro encontro).

Em tom áspero – que expressava uma agressividade investida na figura da pesquisadora, verificada, além do tom e do conteúdo de suas falas, através dos olhares de desdém e das expressões faciais de descaso ao que estava sendo dito pelas colegas e pela coordenadora –, Lígia parecia buscar consolo e proteção no grupo. Ao perguntar-se se o que acontecia com a terceira filha era sua culpa ou de fatores que a ultrapassavam, neste fragmento da fala da professora, Lígia evidenciava uma raiva dirigida à sogra (que a colocara no lugar de babá do futuro cunhado), e a consequente culpa – pagar uma suposta dívida, “pagar a língua” –, o que sugeria também que ela continuava a ver-se como babá, desta feita de seus alunos.

Essa professora foi agressiva com a pesquisadora durante todo o processo de formação, o que se compreendeu como sua necessidade de destruir, em sua fantasia, o objeto (aqui, a pesquisadora), na expectativa de que ele sobrevivesse a esses ataques, de modo que ela pudesse usufruir dele. Como bem lembra Winnicott (1975): “a capacidade de usar um objeto é mais apurada que a capacidade de relacionar-se a objetos; o relacionamento pode dar-se com um objeto subjetivo, mas o uso implica que o objeto faça parte da realidade externa” (WINNICOTT, 1975, p. 131).

Algumas falas suas ilustram a dificuldade da professora em posicionar-se diante do ódio que eventualmente seus alunos exprimiam na conduta indisciplinada: quando algum aluno apresentava ódio e lidava com a situação, ela negava ou se confundia com ele.

E por incrível que pareça, aquele que você ama é o mais impossível (Segundo encontro)
“Eu [Lígia reproduzindo a fala de um aluno] vou dizer a minha mãe, meu pai, minha irmã, minha namorada.” Então, eu [Lígia] digo: “Eu também vou dizer a minha mãe, meu pai”. E ele pergunta: “a senhora vai dizer o quê?” “O

que você tá dizendo”. “Ah, tia! Deixa pra lá” (Segundo encontro)

Vê-se no segundo trecho que Lígia falava como uma garotinha que enredasse o coleguinha, num movimento infantil (WINNICOTT, 2000) em que não se tratava apenas da “aquisição do status de unidade, mas também à junção do amor e do ódio e ao reconhecimento incipiente da dependência [...]” (WINNICOTT, 2000, p.375). Nessa situação, o elemento mais importante para a dinâmica do grupo e a psicodinâmica de Lígia era a sobrevivência da pesquisadora na condição de mediadora e garantidora do lugar de fala.

No decorrer dos encontros, a mesma professora mostrou-se claramente menos ameaçada ao falar; direcionando-se e falando à pesquisadora-mediadora, assumiu-se perante o grupo, expressando com isso mais confiança e menos defesas:

É, na semana passada minha “aborrescente”, minha ex-caçula, estava lá no centro – eu tenho um boxinho e ela toma conta –, aí, meio-dia, quando ela ia subindo pra sair, eu disse: “Ei, moça, como é que faz, diz quando sai?” Aí ela disse: “Bênção, mãe!” E eu respondi: “Deus te abençoe!” Depois, eu fiquei pensando que tinha muita gente e eu chamei a atenção dela, não foi coisa de magoar, mas a gente faz cada uma, mas é uma coisa que sai de repente (Quarto Encontro).

A oscilação de Lígia diante de sua responsabilização por sua própria raiva pôde ser entendida como um movimento gradual que participou do desenvolvimento da capacidade dela em “lidar com o choque de reconhecer a existência de um mundo situado fora do seu controle mágico” (WINNICOTT, 2005, p.109). Além disto, como uma criança, Lígia precisou de “tempo para os processos de maturação”, a fim de tornar-se “capaz de ser destrutiva e de odiar, agredir e gritar, em vez de aniquilar magicamente o mundo” (WINNICOTT, 2005, p.109).

Durante todo o processo experimental pela professora Ligia, evidenciaram-se efeitos subjetivos na posição da professora com relação ao grupo de reflexão. Mesmo continuando até o final com demandas de cobertura, ela pôde, ao utilizar-se do lugar de fala, estabelecida a confiança da preservação do outro e de si, encontrar acolhimento para seus afetos, o que favoreceu algum reconhecimento deles. No quinto encontro, por exemplo, valorizou o trabalho do grupo e, sobretudo, a escuta da coordenadora: “quinta-feira, a gente sabe que tem uma pessoa pra ouvir nossos problemas” (Quinto encontro). “A gente para mais pra ver o que tá acontecendo” (Quinto encontro).

Considerações finais

A partir dessas observações, as falas da professora Ligia e seus movimentos no (e diante do) grupo fazem-nos lembrar que “o que caracteriza a PI é a oportunidade para a mudança coletiva ou a criação de instituições em resposta às necessidades sentidas e às demandas expressas.” (THÉBAUDIN; OURY, 1995, p.150). Assim, o grupo teve a função de proteger a liberdade de expressão, lugar onde se pôde dizer qualquer coisa sobre indisciplina discente, sob a definição precisa dos lugares, limites e leis de funcionamento. Tais definições enquadraram o espaço que permitiu “a um grupo ajudar seus participantes a perseguirem sua tarefa em condições difíceis” (COLOMBIER; MANGEL; PERDRIault, 1989, p.132) – no caso da pesquisa aqui considerada, situações entendidas pelas professoras como indisciplina discente e consideradas por elas de difícil manejo.

Interpretamos a possibilidade de que os atos de fala acontecessem no grupo de reflexão por ter sido ele utilizado, pela maioria de suas participantes e na maior parte do tempo, como cobertura, de modo que as docentes puderam se valer das ocasiões para atuarem como unidades individuais, uma vez que os lugares de fala lhes propiciaram isso. No grupo de reflexão em questão, o lugar de

fala permitiu entender o grupo como predominantemente funcionando na condição de cobertura para suas participantes e, algumas vezes, como unidade individual.

Vale lembrar que tanto Lígia (que muito utilizou o grupo de reflexão como lugar de fala para pedir cobertura) quanto outras professoras (que utilizaram o grupo como unidade individual) oscilaram em suas posições, durante o processo de formação, ora apelando ao grupo como cobertura (o que foi predominante), ora como unidade individual. Essa oscilação pareceu revelar tanto o crescimento no processo de gestão das próprias emoções – condição para o manejo pedagógico da indisciplina – quanto as eventuais resistências e regressões, vividas pelas docentes em situações de conflito para as quais não se sentiam preparadas.

O *holding* (WINNICOTT, 2010) – pontualidade, assiduidade, disponibilidade para a escuta analítica – garantiu não só o enquadre do lugar de fala – lei, lugar, limite e linguagem –, mas também a provisão de um ambiente necessário aos processos de desenvolvimento psicoafetivo das professoras, tendo por consequência um aumento na autoconfiança para gerir a indisciplina.

Abstract

The management of disruptive situations for pedagogic students in school is a significant problem, which, however, is not generally considered in the continuing education of educators. Understanding the discipline as a conflict situation in the relational school, poorly managed, can escalate into violence, raised the hypothesis that establish a place of speech in the group of teachers produces subjective effects on teachers involved in handling these situations. This article presents the place of speech in its size group and its influence on improving the management of teaching situations of indiscipline students. This is illustrated from the case of a fragment of the teachers participating in a focus group on the management

of indiscipline, whose main purpose was to provide a place of talking to teachers, to encourage the development of psychic conflicts that teachers crossed the relationship with the students. Therefore, the group considered inspired by the device of Institutional Pedagogy, "place of speech" (PAIN, 2009) and psychodynamic had their movements interpreted from the perspective of Winnicott's thinking. Taken into account the subjectivity of teachers, the group that served as the frame of the place of speech also contributed to that surge effects on the subjective position of the professionals involved in it, providing the conditions necessary changes to better management of indiscipline. In the case considered, when talking about their own aggression in the context of a group that served as cover (WINNICOTT, 2005), the teacher became more sensitive to messages of students, possibly transmitted by the unruly behavior.

Keywords: *Place of speech, Teaching, Management of indiscipline, Reflection group, Winnicott's theory.*

Referências

- ABRAM, J. *A linguagem de Winnicott: dicionário de palavras e expressões utilizadas por Donald W. Winnicott*. Trad. Marcelo del Grande da Silva. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.
- ANDRADE, F. C. B.; GONZAGA, K.R.V. Entre desejo e lei: pedagogia institucional e conflitos na escola. *Estudos de Psicanálise*, Aracaju, n.34, p.31-40, dez./2010.
- COLOMBIER, C.; MANGEL, G.; PERDRIault, M. *A violência na escola*. Trad. Roseana Kligerman Murray. São Paulo: Summus, 1989.
- FERNÁNDEZ, I. *Prevenção da violência e solução de conflitos: o clima escolar como fator de qualidade*. Trad. Fulvio Lubisco. São Paulo: Madras, 2005.
- FRELLER, C. C. *Histórias de indisciplina escolar: o trabalho de um psicólogo numa perspectiva winnicottiana*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

GONZAGA, K. R. V. *Lugar de fala na formação docente para a gestão da indisciplina discente*. 2011. 121p. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

PAIN, J. A Pedagogia Institucional ontem e hoje. In CARVALHO, M. E. P.; ANDRADE, F. C. B. (Orgs.). *Instituir para ensinar e aprender: introdução à pedagogia institucional*. João Pessoa: UFPB, 2009.

SILVA, M. Desenvolvendo as relações interpessoais no trabalho coletivo de professores. In ALMEIDA, L.; PLACCO, V. N. S. (Orgs.) *As relações interpessoais na formação de professores*. São Paulo: Loyola, 2002.

THÉBAUDIN, F; OURY, F. *Pédagogie Institutionnelle: groupe, inconscient, techniques*. Paris: Matrice, 1995.

WINNICOTT, D.W. *O brincar e a realidade*. Trad. José Abreu e Vanede Nobre. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

WINNICOTT, D.W. *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. Trad. Davy Bogomoletz. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

WINNICOTT, D.W. *Privação e delinquência*. Trad. Álvaro Cabral. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WINNICOTT, D.W. *Holding e interpretação*. Trad. Sonia Maria Tavares Monteiro de Barros. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

RECEBIDO: 16/08/2012

APROVADO: 21/08/2012

SOBRE OS AUTORES

Katherinne Rozy Vieira Gonzaga

Mestre em Educação (UFPB).
Psicanalista da Sociedade Psicanalítica da Paraíba.
Psicóloga Clínica. Especialista em Psicologia Clínica.
Especialização na área da violência doméstica
contra crianças e adolescentes.

Fernando César Bezerra de Andrade

Doutor em Educação (UFPB).
Psicanalista da Sociedade Psicanalítica da Paraíba.
Professor do Departamento de Fundamentação
da Educação/Centro de Educação/Universidade
Federal da Paraíba.

Endereço para correspondência:

Katherinne Rozy Vieira Gonzaga

Praça João Brasil Mesquita, 19 – Miramar
58043-060 – João Pessoa/PB
E-mail: katherinnegonzaga@hotmail.com

Fernando César Bezerra de Andrade

Av. Epitácio Pessoa, 753/809 – Ed. Central Park
58030-904 – João Pessoa/PB
E-mail: frazec@uol.com.br

A linguagem constituinte do ser humano

The constitutive language of human beings

Maria Melania Wagner F. Pokorski
Luís Antônio Franckowiak Pokorski

Resumo

O texto aborda a linguagem como constituinte do sujeito. São apresentados os principais autores sobre o assunto na área da Psicanálise, bem como uma vinheta clínica de uma criança que não fala na escola. Ele também destaca os contos infantis e as narrativas como recursos terapêuticos e descreve a experiência analítica como uma oportunidade de a pessoa poder, através da linguagem, (re)significar sua história de vida. O texto contextualiza os laços como mais frágeis nas relações humanas, como isso pode afetar a clínica e as possíveis modificações nas subjetividades.

Palavras-chave: Psicanálise, Linguagem, Narrativas, Experiência analítica.

O ser humano se constitui a partir da linguagem. Em todas as culturas e em todos os momentos da evolução humana – sob diversas formas de manifestação – encontramos gestos que se ritualizam, consensualizam-se, comunicam-se e tornam-se símbolos. Em todos eles, o humano reconhece-se, apreende espaços e tempos, constrói memórias através de suas falas, histórias e dos relatos que cria. E é enquanto ser de linguagem, a qual supõe um processo de elaboração e esforço, que ele acaba por lançar-se na aventura de (o) ser. São exatamente esses os pressupostos da Filosofia da Linguagem, da Linguística e da Psicanálise.

A linguagem através da palavra é um elemento fundante do sujeito e do conhecimento. O valor da palavra aparece desde a Bíblia – no princípio era a Palavra, o Verbo. Para o psicólogo russo Vygotsky, o desenvolvimento do pensamento está ligado à palavra. Para Paulo Freire, educador brasileiro, é preciso que se diga a palavra a fim de que se possa mudar o mundo e a nós mesmos. Freud anuncia a cura pela fala. Segundo Dolto (1999), no momento em que algo é falado, lembrado e tratado, quem o proferiu jamais regressará ao mal-estar que o afligia.

Para melhor organizarmos o texto, apresentaremos dois temas vinculados à linguagem. Na primeira parte investigaremos os principais autores pesquisadores do assunto na área da Psicanálise. Ilustraremos essa parte com uma vinheta clínica de uma criança que chegou a nós com características, segundo classificação psiquiátrica, de mutismo seletivo. A vinheta nos fez pesquisar as relações dessa dificuldade de uso da fala na escola com os primeiros anos de vida, e de que forma a linguagem dos contos de fada pode ser utilizada como recurso terapêutico. Na segunda parte vamos examinar a linguagem na experiência analítica. As considerações finais não serão conclusivas; muito pelo contrário. Apresentam-se algumas indagações concernentes a mudanças necessárias à clínica para que um novo olhar e uma nova escuta atendam a relações e tempos que se apresentam cada vez mais líquidos (Bauman, 2007) do que outrora, quando Freud atendia a pacientes neuróticos.

A linguagem é um meio pelo qual se comunica algo a outra pessoa. Essa comunicação pode ser expressa de várias formas. A mais utilizada é a linguagem verbal, ou seja,

as palavras faladas ou escritas. A comunicação também se dá através da linguagem não verbal expressa em gestos, desenhos, músicas, pinturas, mímicas, silêncios, sonhos, etc.

As maiores contribuições na Psicanálise em relação à linguagem, segundo Zimerman (2001), devem-se a Freud, Bion e Lacan. Freud, em 1915, abordando o conceito de inconsciente, diferencia a *representação-coisa* da *representação-palavra*. Na representação-coisa, a linguagem sígnica manifesta-se por meio de sinais, que, por sua vez, expressam as emoções e sensações primitivas não nomináveis. Tome-se, por exemplo, o bebê que chora para manifestar o seu desprazer ao sentir fome ou algum outro desconforto corporal. A representação-palavra tem acesso ao pré-consciente e ao consciente, manifestando-se em palavras simbolizadoras. Nesse sentido, a criança, ao brincar de casinha, imita e verbaliza situações vividas pelas figuras parentais e, assim, pretende incorporar ou elaborar algo dessas cenas.

Bion ocupa-se do estudo sobre *o pensamento e os distúrbios da linguagem* observados em pacientes esquizofrênicos. Para Zimerman (2001), Bion descreve três maneiras pelas quais pacientes utilizam a linguagem: “1. como um modo de *atuar*. 2. como método de *comunicação primitiva*. 3. como uma *forma de pensamento*” (ZIMERMAN, 2001, p.252 – grifos do autor). Bion recomenda que o analista observe, no analisando, em que momentos ele comunica com linguagem simbólica ou quando apenas expressa palavras soltas, muitas vezes usando-as como se fossem coisas, por meio de identificação projetiva, enfiando-as no analista.

Lacan traz contribuições através dos conceitos de *significado* e *significante*, *metáfora* e *metonímia*, *palavra-vazia* e *palavra-cheia* de significado. Suas máximas são “o inconsciente é o discurso do outro” e “o inconsciente estrutura-se como uma linguagem” (ZIMERMAN, 2001, p.252).

As expressões *palavra-vazia* e *palavra-cheia* (plena) são merecedoras de diferencia-

ção nas sessões analíticas. Para Zimerman (2004), a palavra cheia de significados é uma formação simbólica e corresponde aos fatores neurológico e emocional. O autor comenta que, para Melanie Klein, quando há falha no fator emocional, não atingindo a posição depressiva, as consequências na linguagem são não adquirir a dimensão do concreto e do abstrato, permanecendo-se apenas no nível da concretude e originando-se prejuízos na sintaxe, o que nos psicóticos aparece sob a forma de um discurso caótico ou uma salada de palavras mal organizadas.

Além de Freud, Bion e Lacan, outros psicanalistas dedicaram parte de seus estudos à linguagem. Destacam-se Winnicott, Dolto, André Green, Pontalis e McDougall, entre outros.

Para McDougall (1996), as origens do universo simbólico surgem quando o bebê consegue usar a palavra para substituir as formas mais primitivas (choro, resmungos) de comunicação corporal pronunciando então a palavra *mamãe*. Esta palavra contém a proteção e o calor da mãe por constituir-se uma representação mental dela. Porém, quando há algum fracasso nesse processo organizador e constitutivo psíquico, a criança pode comprometer sua capacidade de integrar como sendo seus, no que diz respeito a seu corpo, seus afetos e pensamentos.

McDougall (2001) observa que quando ocorrem fracassos concernentes ao afeto, pode resultar no que ela denomina de *alexitimia*, ou seja, quando o analisando não consegue descrever sua vivência afetiva, nem distinguir uma emoção da outra. Os afetos parecem-lhe confusos e, muitas vezes, indizíveis. Com relação ao pensamento, quando acontecem falhas, este se estrutura no *operatório concreto*. A comunicação é essencialmente pragmática e deslibidinizada, tanto com os outros quanto consigo mesmo. As *doenças psicossomáticas* podem ser consideradas um simbolismo arcaico infraverbal subjacente aos fenômenos somáticos.

Outra manifestação da linguagem é o sonho. Entretanto, para que o sujeito possa so-

nar, McDougall (1996) diz que é necessário o bebê ter introjetado uma tela do seio materno, para que nela possa projetar. Essa relação mãe-bebê requer confiança e segurança. A mãe pode servir de proteção ao psiquismo do bebê, principalmente no período da representação-coisa, anterior à representação-palavra.

A linguagem se manifesta mesmo naquilo que não é dito. Freud, no caso Dora, menciona que “Nenhum mortal pode guardar um segredo. Se sua boca permanece em silêncio, falarão as pontas de seus dedos” (FREUD *apud* ZIMERMAN, 2004, p.155).

Guardar ou mostrar palavras na medida certa é uma dádiva que poucos conseguem atingir. Contudo, enquanto alguns têm facilidade no uso da linguagem verbal, fazendo da fala um jogo de palavras, outros vivenciam momentos angustiantes quando lhes é dada a palavra.

Passemos, então, à apresentação da vinheta de um caso clínico. Trata-se de uma menina de oito anos de idade, a quem chamaremos de Isabela. Quando chegou ao consultório, Isabela frequentava o terceiro ano do ensino fundamental em uma escola particular de Porto Alegre. A mãe apresentou a queixa de que a filha não falava na escola. A comunicação da menina com a professora era feita somente através de bilhetes escritos pela mãe.

Tal tipo de falha na comunicação é classificado pelo DSM IV de *mutismo seletivo*, uma vez que era somente na escola que Isabela não falava. Em outras situações e lugares, a paciente utilizava-se da linguagem verbal.

Ao escutar essa queixa da mãe, imaginamos e sentimos quão grande deveria ser a angústia e o sofrimento de Isabela ao passar cinco horas diárias na escola sem conseguir dizer coisa alguma.

Em seus primeiros meses/anos de vida, Isabela apresentou outras dificuldades. Além de asma, a paciente não mamou no seio e teve muita dificuldade de adaptação à creche, chorando muito e tendo começado

a frequentá-la desde muito cedo. Desde que nasceu foi cuidada por babá. Teve três babás durante os primeiros anos. Em um turno ficava na creche e no outro com a babá. A mãe e o pai, como a maioria dos pais brasileiros, trabalham fora o dia inteiro. Em seus hábitos alimentares Isabela sempre foi bastante seletiva, não aceitando determinados alimentos.

No consultório Isabela chegou com a demanda de ser ajudada a falar na escola. Ela dizia: “*quero uma doutora que me ajude a falar na escola*”. Depois de sobrepujar parte de seus obstáculos, após alguns atendimentos trouxe um bilhete em um envelope verde endereçado a mim (Melania), em que relatava já conseguir ler em voz alta quando a professora lhe solicitava. Além da parte escrita, o bilhete continha ilustrações com desenhos de nós duas, lado a lado, de jogos, corações e uma boca representando beijos. Esse bilhete veio investido libidinalmente com o desejo de comunicar um bem-estar por ter superado parte de seu *fantasma* que a impossibilitava de se comunicar. Seu primeiro passo através da leitura, que trouxe algo permanente, registrado por alguém. Caminho este bem mais fácil do que expor as próprias ideias.

Do bilhete ficam inscritos o afeto e a confiança firmados entre a paciente e a analista. O deixar escrito é diferente de apenas dizer algo. O dito é sempre algo transitório, enquanto que, na escrita, o registro do conteúdo é permanente. Para Fernández (2012), “a escritura sobre o papel imprime aos traços executados um caráter de permanência, dando não só visibilidade ao gesto de quem o realizou, como também a permanência de si próprio em outra superfície” (FERNÁNDEZ, 2012, p.35).

Fernández (2012) destaca a importância da relação mãe-bebê no ato de mamar. Esse momento propicia ao bebê acariciar o rosto da mãe, que passa a ser a sua primeira escritura sobre a pele materna e que dará lugar ao desenho sobre o papel.

O tema da alimentação veio à tona após alguns atendimentos, quando Isabela e eu escrevíamos uma história. A história com o título *Era uma vez* conta sobre o Sapo que estava com fome e que recebeu uma sopa bemquentinha. A receita da sopa com todos os ingredientes está detalhadamente escrita nessa história. O conto continua e o Sapo reúne seus amigos (outros bichos) e inicia um concurso para o bolo mais delicioso. Esse conto que fala de alimentação remete aos cuidados primitivos de introjeção de alimentos bons; alude aos mecanismos do bebê de introjetar e projetar, nos quais engole o que é bom e cospe o que não lhe satisfaz.

Contemporaneamente, porém, alguns bebês não vivem ou não experienciam suficientemente esse processo de introjetar e projetar. As relações com o outro lhe são bastante variáveis desde cedo. Bauman (2004) menciona como o amor e o tempo estão mais líquidos, configurando um novo modelo nas relações com o outro caracterizado por uma maior fragilidade dos laços humanos. É sabido que alguns bebês são cuidados/atendidos por três ou mais pessoas diariamente nas creches. Dessa forma, o bebê experiencia situações precoces de privação na relação com o outro.

Winnicott (1990), ao examinar a capacidade de comunicação, diz que as relações objetais são um fenômeno complexo; envolvem um processo de maturação e um ambiente favorável para tal. As privações e as perdas vivenciadas necessitam de meses ou anos para que “possam ser absorvidas pelo indivíduo sem distorção dos processos essenciais que são básicos para as relações objetais” (WINNICOTT, 1990, p.164). As distorções nos processos essenciais, além do ambiente pouco favorável, podem advir somadas ao processo fantasmagórico, que organiza a subjetivação da criança.

No processo de desenvolvimento do bebê, no qual a linguagem tem uma função estruturante e fundante na formação do psiquismo e do sujeito, são necessárias a diferencia-

ção do eu e não-eu e a capacidade de perceber o outro para, posteriormente, separar-se dele. Em outras palavras, é necessário que se tenha esse outro introjetado em si para que se possa ficar só e seguir adiante no seu processo de construção da identidade com as várias identificações que compõem o sujeito.

Com a linguagem a humanidade pôde produzir e perpetuar mitos, contos, fábulas, parábolas, poesias e histórias passadas de geração em geração. Cabe mencionar, dentro do tema das histórias de paixões humanas, o livro *As mil e uma noites*, em que Xerazade salva a sua vida ao contar, a cada noite, uma encantadora narrativa a Xeriar, frustrado em vários relacionamentos anteriores e que se propusera, diariamente, casar e matar a esposa a fim de não se desiludir.

Para Corso e Corso (apud Gutfreind, 2010), todos tivemos uma decepção amorosa com a nossa mãe ao descobirmos que ela não tinha olhos apenas para nós, que outras pessoas eram-lhe importantes e, entre elas, estava o pai. A mãe, ao contar histórias e alimentar a criança com leite e afeto, transmite confiança, segurança, proteção, mas tudo isso se torna mais nutritivo, se, em seu discurso, a posição do pai ficar demarcada.

A linguagem dos contos infantis, seja em sua leitura, seja no ato de se contar, de escrever e de escutar, além de trabalhar com o imaginário, a fantasia, a variedade de cenas possíveis, bem como as alternativas para as situações de angústia, é considerada um recurso terapêutico e utilizada por muitas psicanalistas. Gutfreind realizou suas pesquisas de mestrado, doutorado e pós-doutorado na França trabalhando com crianças abrigadas e crianças que possuíam família. O pesquisador utilizava como tema a contação de histórias infantis. Ele destaca autores da Psicanálise que atribuem ao conto um potencial de entrar em contato com os mais profundos afetos. Freud, assim como psicanalistas contemporâneos, atribui ao conto uma função organizadora do psiquismo.

Para Kães, “Nada do que a psicanálise descobriu do psiquismo humano está ausente do conto” (KÄEZ apud GUTFREIND, 2010, p.145).

Nos contos a criança vê representados os seus fantasmas de onipotência, dos quais, muitas vezes, ela não quer abrir mão, permanecendo na relação oposta à sua realidade. Melanie Klein, em seus estudos sobre a formação do símbolo, afirma “que poder simbolizar esse desejo de onipotência talvez seja a única forma de abrir mão dele” (KLEIN apud GUTFREIND, 2010, p.151),

A narrativa é, pois, a ferramenta essencial do processo analítico. Obviamente, a experiência e a vivência analíticas efetivam-se como uma realidade humana no horizonte da linguagem (sonhos, lapsos, atos falhos). A Psicanálise, dessa forma, ressalta o papel dos processos inconscientes na dinâmica do psiquismo humano, processos esses que, como inicialmente mencionou-se, estruturam-se na forma de linguagem.

Na análise, o paciente através das suas associações livres traz suas queixas, seus medos e suas vivências com as pessoas que fazem parte, de algum modo, de suas relações. Nesse percurso, o sujeito pode apropriar-se mais de sua fala e entender-se melhor a partir da compreensão da dinâmica de seus processos inconscientes. De narrativa em narrativa, o paciente vai revivendo e ressignificando a sua fala, ficando a sua história, de algum modo, mais bem tecida, pois a existência de cada um, de algum modo, é um grande texto, que se constitui e é tecido ao longo da vida. Apesar de estar sendo continuamente escrito, contudo, ainda é um texto a ser lido, uma narrativa que quer ser comunicada.

A Psicanálise tem uma relação necessária com a linguagem. Enquanto processo terapêutico, ela se funda na palavra. O inconsciente se expressa na fala à revelia da intenção da pessoa e muito além de seu conhecimento consciente. Todavia, é pela palavra que a cura se elabora. Somos como nos

lembra Gutfreind (2010) tecidos de histórias, e por elas temos nosso segundo nascimento – o subjetivo.

Considerações finais

Linguagem é um tema abrangente e vasto. Ela está marcada (e marca) com a história e a cultura de cada povo e de cada sujeito. Aliás, como menciona Lebrun (2008), “é precisamente a passagem necessária pelo sistema de linguagem que faz de um indivíduo um sujeito e que lhe dá um inconsciente” (LEBRUN, 2008, p.50).

Os meios de comunicação se expandiram muito nos séculos XX e XXI. As tecnologias (re)passam as informações em questão de segundos para diferentes continentes. Na época de Freud, a principal forma de se comunicar com pessoas distantes era a carta. Muitas vezes a carta era guardada como um *objeto transicional* daquela pessoa que havia escrito, marcada com saudades e com os diferentes afetos.

Hoje a comunicação é feita através de e-mail, mensagens de texto, redes sociais, blogs, mini blogs, etc. Em todos esses meios, a permanência do registro é transitória; basta um toque de dedo e tudo desaparece.

Que diferença isso pode trazer à clínica psicanalítica? O número de encontros semanais ainda pode ser de quatro ou cinco sessões? Há disposição, tempo para se refletir sobre os sofrimentos quando existem medicamentos para quase todo tipo de dor, até para as dores da alma?

Percebe-se uma mudança na dinâmica da instituição familiar, tanto em sua organização quanto no cuidado dos filhos. Muitos filhos não se veem mais estimulados a trabalhar. Com essa recusa ao trabalho e, muitas vezes, ao estudo, o *separar-se* dos pais fica comprometido. Lebrun comenta o congresso de 1968, de Lacan, sobre as psicoses da criança, quando previa a “criança generalizada” (LEBRUN, 2008, p.28). Com essas mudanças podemos inferir modificações nas subjetividades.

Profissionais que trabalham com crianças observam, hoje em dia, um considerável número delas com características do *espectro autista*, que corresponde ao autismo e à psicose infantil. Alguns autistas ficam fechados para o mundo, ou seja, não há uma comunicação com o outro, uma vez que não se organizaram o eu e o não-eu (outro).

Os principais estudos sobre o *espectro autista* na França são de Laznik (2004), que analisa os três tempos do circuito pulsional. Nesses três momentos é necessário observar no primeiro tempo o bebê apoderando-se do ato de mamar; no segundo, a sua capacidade autoerótica, uma experiência alucinatória de satisfação; e no terceiro tempo o bebê assujeitar-se ao outro, em que quer “fisgar o gozo deste Outro materno” (LAZNIK, 2004, p.28). É esse terceiro tempo o mais comprometido nos autistas. No Brasil, as pesquisas sobre o *espectro autista* são coordenadas por Kupfer e Lerner (2008), que organizaram o IRDE – Indicadores Clínicos de Risco para o Desenvolvimento Infantil, com o objetivo de acompanhar bebês e localizar prévia e precocemente transtornos futuros. A pesquisa denuncia “uma falta de enlaçamento entre as três dimensões que fazem uma pessoa; vamos chamar de pessoa, o corpo, a linguagem, a imagem” (KUPFER; LERNER, 2008, p.60 – grifo nosso). Os quatro eixos dos indicadores de desenvolvimento, observados do nascimento aos três anos de idade, são: “suposição de sujeito, estabelecimento da demanda, alternância presença-ausência e função paterna” (KUPFER; LERNER, 2008, p.15).

Como intervir? Qual a contribuição da Psicanálise para crianças com o *espectro autista*? Kupfer e Pinto (2010), com os seus colaboradores de pesquisa em diferentes estados brasileiros, descrevem formas de intervenção para trabalhar a relação mãe-bebê, como questões de crianças maiores envolvendo a escolarização (alfabetização, convívio em grupo, inclusão, etc.).

Finalizamos (re) afirmando a importância da linguagem com o poema *Ser*:

*A palavra
me faz humano,
me faz falante,
ser pensante.*

*Alma:
verbo,
silêncios,
narrativas,
pausas.*

*Contextos:
com textos,
em prosa
e em verso,
sou tecido.*

LUÍS ANTÔNIO F. POKORSKI

Abstract

The text presents language as constitutive of the subject. Paramount researchers of the topic in the Psychoanalysis area, as well as a clinical case of a child who is unable to speak at school are presented and discussed. It also fairytales and narratives as a therapeutic resource, and describes analytical experience as an opportunity for people to restore (or bring) meaning to their own history. It contextualized bonds as more vulnerable in human relations and how it affects the clinic, as well as possible changes in subjectivity.

Keywords: *Psychoanalysis, Language, Narratives, Analytical experience.*

Referências

BAUMAN, Z. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BAUMAN, Z. *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

DOLTO, F. *Tudo é linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FERNÁNDEZ, A. *A atenção aprisionada*: Psicopedagogia da capacidade atencional. Porto Alegre: Penso, 2012.

GUTFREIND, C. *Narrar, ser mãe, ser pai*. Rio de Janeiro: Difel, 2010.

GUTFREIND, C. *O terapeuta e o lobo*: a utilização do conto na psicoterapia da criança. Rio de Janeiro: Artes e Ofícios, 2010.

KUPFER, M. C.; PINTO, F. (orgs.). *Lugar de vida, vinte anos depois*. Exercícios de educação terapêutica. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2010.

LAZNIK, M. C. *A voz da sereia*: o autismo e os impasses na constituição do sujeito. Salvador: Ágalma, 2004.

LEBRUN, J. P. *A perversão comum*: viver juntos sem outro. Rio de Janeiro: Campo Matemático, 2008.

LERNER, R.; KUPFER, M. C. (orgs.). *Psicanálise com crianças*: clínica e pesquisa. São Paulo: Escuta, 2008.

MCDOUGALL, J. *Teatros do corpo*: o psicossoma em psicanálise. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MCDOUGALL, J. *As múltiplas faces de Eros*: uma exploração psicanalítica da sexualidade humana. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

WINNICOTT, D. W. *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artmed, 1990.

ZIMERMAN, D. *Vocabulário contemporâneo de psicanálise*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

ZIMERMAN, D. *Manual de técnica psicanalítica*: uma re-visão. Porto Alegre: Artmed, 2004.

RECEBIDO: 17/09/2012

APROVADO: 22/09/2012

SOBRE OS AUTORES

Maria Melania Wagner F. Pokorski

Psicanalista. Associada e Coordenadora da Formação Permanente do Círculo Psicanalítico do Rio Grande do Sul. Psicopedagoga. Mestre em Educação. Professora da graduação e pós-graduação da Faculdade Porto-Alegrense.

Luís Antônio Franckowiak Pokorski

Filósofo. Professor. Membro em formação psicanalítica do Instituto de Estudos de Psicanálise do Círculo Psicanalítico do Rio Grande do Sul.

Endereço para correspondência

Av. Assis Brasil, 3532/1012
91010-003 – Porto Alegre/RS
E-mail: mariamelania@fapa.com.br
luismelania@yahoo.com.br

O alto da palmeira: à margem de nós mesmos – literatura e psicanálise em “Darandina”,

de Guimarães Rosa

*The palm tree high: the margins of ourselves
– literature and psychoanalysis in “Darandina”, by Guimarães Rosa*

Moema Rodrigues Brandão Mendes

Resumo

Este artigo pretende estabelecer um diálogo com a obra de Mikhail Bakhtin *Problemas da poética de Dostoiévski* por meio do conto “Darandina”, de Guimarães Rosa, objetivando uma introdução concisa aos conceitos bakhtinianos. A escolha das teorias de Mikhail Bakhtin, para compor esta ligação entre literatura e psicanálise, deve-se ao fato de seus estudos literários terem influenciado o desenvolvimento cultural de vários países do mundo, inclusive o Brasil. O teorizador russo é autor de estudos influentes, contemporâneos do formalismo russo – anos 1920 e 1930 –, divulgados tardiamente no país, pelos autores Tzvetan Todorov e Julia Kristeva, em meados da década de 1960. Este conto mune-se de recursos literários metafóricos e de conceitos que incursionam pela psicanálise numa reflexão muito instigante sobre verdade evidente versus verdade representada, conceitos freudianos. A abordagem de referência se fará à teoria da carnavalização, atendo-se à sátira menipeia como essência, e às inversões de valores sociais hierárquicos, visto que o conto em estudo versa sobre a loucura, causadora de manifestação de estranhamento a olhares convencionais. O caráter ideológico do conto é importante na medida em que busca a análise de uma consciência individual, social e cultural que permeia a fronteira entre a loucura e a sanidade. Por conseguinte, ler “Darandina”, sem destacar a relevância ocupada pela psicanálise, seria afastar-se da percepção de uma sedutora riqueza de possibilidades.

Palavras-chave: Darandina, Literatura, Psicanálise.

1. Introdução

Este trabalho pretende estabelecer um diálogo entre a teoria de Bakhtin (1981) e o conto “Darandina”, de Guimarães Rosa (2001), incursionando pela psicanálise e objetivando uma introdução concisa aos conceitos bakhtinianos. Destaca-se que o conto se encontra no livro *Primeiras Estórias*, publicado em 1962.

A abordagem de referência se fará ao pensamento polifônico, atendo-se à multiplicidade de vozes, bem como às inversões de valores sociais hierárquicos, que justifica o estar “à margem de nós mesmos”, visto que “Darandina” versa sobre a loucura, causado-

ra de estranhamento a olhares convencionais.

Esses olhares, resultado da interface entre a verdade evidente e a verdade representada, são guiados por aparências que revelam seres e situações capazes de manifestar seus “lados avessos”, marginais, que compõem a formação do sujeito. Numa relação dialógica entre o “eu” e o “outro”, surgem dicotomias conceituais bakhtinianas, tal como a manifestação de um plurilinguismo que, além de implicar presença de várias linguagens, mistura comédia e uma possível tragédia num texto único.

Muitas indagações permeiam as reflexões que serão feitas: a normalidade seria consequência de um “eu-sujeito” oprimido e a loucura uma manifestação da liberdade, enquanto ausência de regras, convenções e opressão?

Assim, analisamos, a partir desse questionamento, a construção de um peculiar diálogo socrático por meio da síncope, ou seja, o confronto de diferentes pontos de vista sobre as forças da ordenação social e a reação desconcertante de um homem nu que, do alto de uma palmeira-real, localizada em uma praça pública, propõe novas ideias e novos conceitos, promovendo uma cômica inversão de valores sociais. Percebemos, no texto, que as ideias não estão prontas e nascem do confronto entre discursos, nasce do confronto marginal de vários “eus”.

Cumpramos ressaltar que “Darandina”, de Guimarães Rosa, não foi objeto de tanta atenção por parte da crítica literária, porém, seria interessante indagarmos em que medida, nas décadas de 1950 e 1960, era comum a propagação de discursos reformistas em meios intelectuais que apresentavam, às vezes, tons revolucionários e propostas vanguardistas. O protagonista faz isso contextualizando reflexões muito próximas de situações vividas no momento presente pela sociedade brasileira. Assim, em meio a esse movimento, observamos um escritor que explora uma estrutura discursiva transitando entre o lúdico e o revolucionário, não no tratamento do tema – a loucura –, mas no modo como esse conteúdo é estruturado em sua narração, enquanto manifestação de um sujeito e suas múltiplas faces.

2. Guimarães Rosa: garimpando um estilo em várias obras

Até a publicação do romance *Grande Sertão: Veredas*, João Guimarães Rosa, em 1956, era conhecido apenas como autor de *Sagarana* – obra que introduziu, sistematicamente, duas novas vertentes na ficção literária de então: o regionalismo e a reação espiritualista que se

tornariam uma síntese da obra do autor.

Rosa, enquanto autor regionalista, aborda interiores do país trazendo à cena personagens típicas, tais como jagunços, sertanejos, enfim, homens do povo, reproduzindo, de forma bem próxima ao documental, a linguagem característica dessa camada social. Já a reação espiritualista é observada quando o autor descortina o metafísico, tangenciando o sobrenatural com inserção de momentos de epifania.

Torna-se interessante apontar, em seu modo de escrever, o apuro formal, o caráter experimentalista da linguagem, a erudição no trato com o universal literário de seu tempo, cuja importância nenhuma vertente acadêmica atribuía: escrever prosa poética. Nesse sentido, a produção roseana tornou-se única: um marco do desenvolvimento da língua em todas as suas virtualidades. O propósito da inovação linguística manifesta-se no decurso de seus enredos, acompanhado de sua inesgotável capacidade de fabulação ao inventar tramas e personagens.

Com a intenção de mostrar sua originalidade que o torna incomparável, é indispensável, neste estudo, referenciar suas obras: *Sagarana* (1946); *Corpo de Baile* (1954); *Grande Sertão: Veredas* (1956); *Primeiras Estórias* (1962); *Tutaméia, Terceiras Estórias* (1967); *Estas Estórias* (1969); *Ave, Palavra* (1970).

Evidencia-se que não se questiona, na atualidade, a importância das obras de Guimarães Rosa na literatura mundial, então, não é surpreendente que tenha influenciado um grande número de escritores que se aproximam de sua maneira inconfundível de escrever e, certamente, novidades estéticas hão de fecundar dentre os novos ficcionistas que dinamizarão o processo cultural na atualidade.

3. Franciscano magnífico: uma manifestação de insanidade

A estória de “Darandina” comenta que era clara a manhã. O narrador, não denominado, iniciando o horário de serviço, encontrava-se

junto ao portão de uma instituição destinada a tratar de doenças mentais, lugar em que trabalhava, provavelmente, como médico.

Repentinamente, alguém gritou e o narrador, apesar do relance, percebeu que um senhor distinto que passava por ali, furtara uma caneta-tinteiro da lapela do paletó de outro transeunte e saíra correndo, perseguido. Objeto de perseguição, o homem refugiou-se no alto de uma palmeira da praça, na qual havia subido com rapidez, embora vestido socialmente. Sem demora, formou-se em volta da árvore uma pequena multidão de curiosos que tecia comentários sobre aquele inusitado episódio.

Iniciam-se, assim, as especulações: o narrador julgou tratar-se de um camelô inoportuno que queria vender canetas, Adalgiso – colega de serviço que compunha a dupla de plantão – puxou-o pelo braço e lá se foram os dois, passando no meio do “ajuntamento” formado ao pé da árvore. As pessoas supunham que o tal homem fosse um doido que fugira e, por isso, facilitavam a passagem dos plantonistas, identificados, então, pelo avental que trajavam. Adalgiso comentou, sussurrante, que o fugitivo não devia ser um louco, pois tinha aparência de normal.

Lá de cima da palmeira-real, na praça principal do centro da cidadezinha, entretanto, o homem discursava. Afirmava que não era demente, mas percebia que estava quase sendo tomado pela insanidade ao ver a humanidade enlouquecida, e em virtude disso, resolvera que iria internar-se em um hospício, no qual estaria protegido, quando a humanidade piorasse.

O narrador, analisando, obteve, com a atitude do homem na palmeira, a confirmação da teoria do professor Dartanhã – o filósofo: 40% da humanidade é louca reconhecida e grande parte dos demais seres humanos poderia receber o mesmo diagnóstico.

Adalgiso cochichou que o colega deles, Sandoval, reconhecera o homem da palmeira: era o Secretário das Finanças Públicas, portanto chamariam as autoridades para

decidirem que atitude tomar. Enquanto não aparecia ninguém que tomasse providências, o tal “louco” se equilibrava muito bem e falava como um doido de verdade, que ele não era gente, que ele era uma ilusão.

Chegou o diretor do hospício, acompanhado de policiais, de médicos, de Sandoval, do capelão, de enfermeiros e padioleiros trazendo camisa-de-força. O diretor e o professor Dartanhã – que não se davam, começaram a discutir: o primeiro acreditava na normalidade do homem da palmeira, dizendo que se tratava do Secretário, o outro aplicava-lhe um diagnóstico de paciente mental.

De novo, o homem-da-palmeira-real-avante-acima bradou e a multidão ouviu em silêncio: “Viver é impossível” (ROSA, 2001, p.183), consequenciando em simpatia intelectual pela multidão. Veio do diretor a ideia de chamar os bombeiros. Enquanto nada se fazia, as vaias dirigidas ao homem da palmeira se fizeram ouvir, quando espalharam sua identidade de pessoa importante. Achavam que não passava de um demagogo.

Nesse instante, o homem da palmeira deixou cair um dos sapatos. Dr. Bilôlo – o diretor do manicômio – exclamou que o homem era um gênio. O povo, então, começou a aplaudi-lo. O outro sapato também foi arremessado do alto da árvore. Mais aplausos.

Vieram os bombeiros e começaram a armar uma escada. Lá do alto da palmeira ouviu-se: “O feio tá ficando coisa... Nada de cavalo-de-pau! Querem comer-me ainda verde? Para. Só morto me arriam, me apeiam! Se vierem me vou eu. Me vomito daqui!” (ROSA, 2001, p.194). Diante do murmúrio das pessoas lá de baixo, replicou: “Cão que ladra não é mudo!” (ROSA, 2001, p.194). Prendeu-se à árvore só pelos joelhos e deu a impressão de que cairia. A multidão gritou: “Não” (ROSA, 2001, p.194). Os bombeiros interromperam as manobras com a escada e o homem parou de balançar.

Apareceram o Chefe de polícia e o Chefe de gabinete do Secretário. Este olhou para o alto da palmeira-real com o binóculo e disse

que não estava reconhecendo o Secretário. O diretor, ansioso por popularidade, tomou o alto-falante dos bombeiros e tentou resolver a situação. Disse: “Excelência! Excelência!” (ROSA, 2001, p.195). Entretanto a multidão o vaiou, então ele passou o megafone para o narrador e foi ditando o que este deveria falar: palavras que convencessem o homem a descer do alto da palmeira e se entregar, porém o louco resistiu e não aceitou.

O impasse estava estabelecido. Parecia não haver solução. Naquele instante, surpreendendo a todos, apareceu o verdadeiro Secretário de Finanças que de cima do carro dos bombeiros, dirigiu-se ao público e manifestou sua indignação ante o que ele suspeitava ser calúnia, jogo de adversários para destruí-lo.

O louco, então, gritou: “Vi a quimera!” (ROSA, 2001, p.203), e começou a tirar a roupa. Jogava peça por peça por sobre a multidão, até ficar completamente nu, mostrando um corpo muito branco em contraste com a folhagem verde da palmeira, em pleno sol e calor do meio-dia. Esta atitude provocou escândalo e algazarra no meio do povo e ira por parte das autoridades.

Os bombeiros foram novamente acionados. O pessoal da imprensa, fotógrafos e filmadores documentavam tudo.

Reagindo, o homem-da-palmeira-real-avante-acima, para não ser capturado, subiu até o ponto mais alto da árvore e gritou: “Minha natureza não pode dar saltos” (ROSA, 2001, p.204). Achou-se que iria saltar ou cair. A escada avançava e recuava, tentando ajustar-se ao salvamento.

A essa altura, surgiu um grupo de estudantes barulhentos com a intenção de resgatar aquele que eles supunham ser um colega deles. No meio da balbúrdia, o Secretário tentou contê-los. Obteve relativo sucesso, todavia acabou indo para casa mansamente, sem ser percebido por ninguém.

O professor Dartanhã, reconciliado com o diretor, explicava para aqueles que se encontravam mais próximos, que o infeliz era

doente mental. Dr. Bilôlo o considerava um primitivo, como os índios. Resolveu, então, convencer o desastrado homem a descer de um lugar tão perigoso. Para tanto, acompanhado pelo narrador, foram subindo pela escada dos bombeiros. O louco ouvindo-os gritou: “Socorro!” (ROSA, 2001, p.205). Os espectadores lá de baixo estavam enfurecidos com o pobre coitado, exigiam que ele pulasse do alto da palmeira, pois este era o espetáculo esperado.

O narrador notou que o homem da palmeira merecia piedade, porque de repente, no grito de “socorro” veio um momento de lucidez. O louco saiu do delírio em que estivera, entrou em pânico, tomado pela aerofobia e pelo medo da multidão que queria linchá-lo, ou seja, o brado de socorro do louco, no alto da palmeira, marcou o início de um breve momento no qual ele recobrou a lucidez, que o fez ter medo de alturas e medo de um povo ameaçador reunido na praça. Por poucos instantes, o doente mental adquiriu a noção exata da realidade que lhe apresentava o risco de morte. Num salto, conseguiu alcançar a escada manobrada pelos bombeiros.

Então, voltando-se para o povo, exclamou, talvez novamente enlouquecido: “Viva a luta! Viva a liberdade!” (ROSA, 2001, p.206). As pessoas aglomeradas em volta da palmeira, em vez de vaiá-lo como vinham fazendo, passaram, então, a aplaudi-lo, recebendo-o festivamente e carregando-o como vitorioso.

Os médicos e funcionários do hospício comentavam que tinham acabado de assistir a um caso inédito e sem explicação. Só Adalgiso, muito sério, nada falou e “foi para a cidade comer camarões” (ROSA, 2001, p.206), finalizando a trama.

Assim, observamos que a narrativa se situa entre a comicidade e o humor e que as ações se desenvolvem em uma região urbana não especificada, numa cidade não muito pequena, já que nela há uma corporação do Corpo de Bombeiros e um Secretário de Finanças.

O tema se desenvolve em torno da loucura para a qual são feitos comentários, tomadas as devidas providências, estabelecidos discussões e portentosos discursos. O leitor se vê diante de um enredo de suspense em torno de um protagonista, aparentemente, doente mental, que, ao proferir frases desconexas, porém, filosóficas e proféticas, é capaz de levar a multidão de ouvintes ao delírio triunfante, a ponto de ser tratado como herói.

Quem está, na verdade, tomado (a) pela loucura?

Há um provável objetivo de se observar a psicologia social relacionada à loucura: o demente revela sua patologia mental, entretanto a multidão reage igualmente insana, e se refere ao protagonista como o “franciscano magnífico”: provavelmente “franciscano” relacionado a São Francisco de Assis, símbolo da pobreza – homem nu no alto da palmeira – inferindo a um despojamento total de bens materiais, e “magnífico”, vocábulo associado à ideia de exibicionismo.

Enfim, metaforicamente, “Darandina” não decifra intenções e através da margem de nós mesmos, na travessia entre a sanidade e a loucura está presente o disfarce de questionamentos sérios acerca da insanidade.

4. Teorias em desfile

A escolha das teorias de Mikhail Bakhtin para compor este trabalho deve-se ao fato de seus estudos literários terem influenciado o desenvolvimento cultural de vários países do mundo, inclusive o Brasil. O teorizador russo é autor de estudos influentes, contemporâneos do formalismo russo – anos 1920 e 1930 –, divulgados tardiamente no país, pelos autores Tzvetan Todorov e Julia Kristeva, em meados da década de 1960.

Na obra *Problemas da Poética de Dostoiévski*, Bakhtin (1981) apresenta a teoria da carnavalização, mostrando o carnaval não como um fenômeno literário, mas como um momento de festividades variadas de cunho carnavalesco. Dessa forma, construiu uma linguagem simbólica que expressa articula-

da, e diversificadamente, uma única cosmovisão carnavalesca relacionada à categoria social, permitindo que se revelem, de forma concreto-sensorial, os *aspectos ocultos da natureza humana*. Essa linguagem se transpõe para a literatura, criando imagens metaforicamente artísticas. A carnavalização é a manifestação do espírito sério-cômico, portanto, carnavalesco, na arte da palavra, que segundo Stam (1992),

[...] antecipa a concepção de carnaval de Bakhtin, como subversão do discurso oficial e libertação da censura, um momento especial em que o discurso interno não teme tornar-se discurso externo (STAM, 1992, p.21).

Vale ressaltar que outra fonte da teoria foi a sátira menipeia que, para Bakhtin (1981), está essencialmente enraizada na percepção carnavalesca de mundo, culminando na carnavalização.

“Darandina” é um conto que se apresenta em narração linear, primeira pessoa, sendo de natureza diversa e humorística cuja significação deve ser saboreada e apreendida ao longo da narrativa. Percebe-se que o carnaval se instala nele imediatamente, quando o protagonista, um senhor aparentemente normal, bem vestido e de corpo atlético, sobe no alto de uma palmeira em praça pública, fica nu, profere discursos desconexos e causa rebuliço na multidão observadora.

Sujeito de trato, tão trajado (...) – estranhava, surgindo do carro, dentronde até então cochilara, o chofer do dr. Bilôlo. – “A caneta-tinteiro foi que ele abafou, do outro, da lapela” (...) – “Pega!” Ora, quase no meio da praça, instalava-se uma das palmeiras-reais, talvez a maior, mesmo majestosa. Ora, ora, o homem, vestido correto como estava, nela não esbarrou, mas, sem nem se livrar dos sapatos, atirou-se-lhe abraçado, e grimpava-a, voraz, expedito arriba, ao incrível, ascensionalíssimo (...). Nosso homem, ignaro, escalara dela já o fim, e fino. Susteve-se (ROSA, 2001, p.189).

O conto rompe com a lógica cotidiana, aproximando-se do que se considera uma literatura carnalizada. O autor, já no início da narrativa, explica, em tom bastante cômico, que o leitor vivenciará um dia de “chinfrim, afã e lufa-lufa” (ROSA, 2001, p.188).

Este estudo tem, como parte do objeto, de analisar “Darandina” sob as perspectivas da sátira menipeia, gênero que tem sua existência ligada ao diálogo socrático, com breve incursão por algumas reflexões freudianas que se constroem por si só. Há fronteira entre a sanidade e a loucura? Retomemos as meni-peias:

As meni-peias inauguraram uma etapa de quebra da rigidez entre os gêneros literários. Nas meni-peias prevalece o aspecto cômico como forma de criação de situações extraordinárias para se provar uma verdade com muita liberdade de invenção. A aventura e a fantasia tornam-se meios indispensáveis para a criação de episódios extraordinários na experimentação de uma ideia (MACHADO, 1995, p.183).

O tema de “Darandina” é a loucura. Há um acontecimento – núcleo do qual se originam os desdobramentos do sujeito relacionados ao caso –, um homem, completamente nu, sobe numa palmeira em praça pública. Segundo as teorias de Bakhtin (1981), infere-se uma possível leitura de que este conto apresenta particularidades fundamentais da sátira menipeia:

a) A presença do elemento cômico já se instaura protagonizado por um “louco” de boa aparência que se abriga no alto de uma palmeira, em praça pública, após um pequeno furto por ele praticado. Vários personagens da narrativa apresentam traços cômicos e patéticos. Outra manifestação da comicidade pode se percebida na interferência de um filósofo presente entre a multidão que se instalou debaixo da palmeira: “– Uma palmeira é uma palmeira ou uma palmeira ou uma palmeira? – inquiria um filósofo” (ROSA, 2001,

p.189). Como o objeto do roubo foi uma caneta-tinteiro, um camelô da praça aproveitou para fazer a propaganda de canetas que se encontravam à venda em sua banca: “Discursava sobre canetas-tinteiro? Um camelô, portanto, atrevido na propaganda das ditas e estilógrafos (...). Extremamente de arrojo era o sucesso, em todo o caso, e eu humano; andei ver o reclamista” (ROSA, 2001, p.190).

b) A liberdade de invenção temática e filosófica se manifesta quando da fusão da realidade com o ato da criação, fato que se traduz na indagação de quem era o homem. Um interno do manicômio local? Se não, quem o seria? Adalgiso, o plantonista do hospital, afirmou que o homem não era um hóspede do local. Para isso, era só observar que o mesmo tinha as faces normais e o conteúdo de seus discursos e argumentos denotavam um fundo mental razoável. A interrogação procede e obtém-se, então, a resposta: “Sabe quem é? Deu nome e cargo. Sandoval o reconheceu. É o Secretário das Finanças Públicas... – assim baixinho, e choco, o Adalgiso” (ROSA, 2001, p.191).

c) A criação de situações extraordinárias, ilustrando uma provocação e experimentação de uma ideia filosófica, é apresentada com intensidade no momento em que a multidão, reunida debaixo da palmeira-real em praça pública, é constituída de autoridades locais, tais como o prefeito, o secretário de finanças do governo, o diretor do manicômio, o delegado, os policiais, o capelão e as pessoas comuns do povo. Todas ali, unidas, sem nenhuma presença de hierarquia social, ouvindo os aforismos ditos pelo protagonista do alto da palmeira: “Viver é impossível!” (ROSA, 2001, p.192).

d) Observa-se a presença de *cenas de escândalos, de comportamentos excêntricos, de discursos e declarações inoportunas* ao longo da narrativa. O herói se coloca no alto de uma palmeira em praça pública e, em dado momento, deixa cair um sapato: “Mas o que era o teatral golpe, menos amedrontador que de efeito burlesco vasto” (ROSA, 2001,

p.195). Não bastando, oferece à multidão um verdadeiro espetáculo, tirando peça por peça de sua indumentária, ficando completamente nu, incitando o povo ao delírio. Acompanhando essa atitude, vieram afirmações como: “O feio está ficando coisa”; “Nada de cavalo-de-pau”; “Querem comer-me ainda verde?!” (ROSA, 2001, p.195).

e) *O fantástico experimental* se destaca na personificação do estado de loucura por meio do nome do diretor do manicômio local, Dr. Bilôlo, remetendo ao significado de abilolado, alienado, doido, ironizando o homem habilitado a oferecer um diagnóstico e um possível tratamento para uma manifestação de insanidade.

f) *A representação de estados psicológicos-morais anormais do homem* é evidenciada, por exemplo, quando as pessoas, embaixo da palmeira, apresentam possíveis diagnósticos para as manifestações do “homem-palmeira-real-avante-acima”: “Psicose paranoide hebefrênica, dementia praecox, se vejo claro! – fala o professor Dartanhã”; “Excitação maníaca, estado demencial... Mania aguda, delirante... (...) – diz outro” (ROSA, 2001, p.192).

g) *A síncrize* aparece em manifestações de pontos de vista que se confrontam em relação a um assunto, incitando variados questionamentos. A pergunta é: “Que ver: que fazer?” (ROSA, 2001, p.193). Para o homem descer da palmeira, o diretor do manicômio dava conselhos, a polícia se armava de cassetetes, os bombeiros arranjavam a escada giratória para alcançá-lo; a multidão chamava-o de demagogo, Dr. Bilôlo achava-o um gênio e herói da narrativa, observando tudo, pronunciou: “Se vierem, me vou, eu... Eu me vomito daqui!...” (ROSA, 2001, p.195).

h) *Temas antitéticos, contrastes, jogos de oximoros* são manifestações essenciais no desfecho do conto em que se observa quem realmente apresenta o caráter de loucura, indagando-se sobre ele: o homem que se coloca no alto de palmeira, em praça pública, nu, proferindo discursos libertários, ou a multi-

ção que, após ouvir estes discursos, aplaude, delegando a ele um heroísmo contestável sob o ponto de vista da lógica. Da mesma forma, enquanto a multidão carrega o homem nos ombros, em esplêndido, as autoridades concluem: “Vejo que ainda não vi bem o que vi...”; “A vida é constante, progressivo desconhecimento...” (ROSA, 2001, p.203). E ninguém disse mais nada. Adalgiso foi para a cidade comer camarões.

i) *O elemento de utopia social* é proferido, principalmente, no discurso libertário desenvolvido pelo herói – um discurso que o salvou de uma multidão, em princípio, sedenta de vontade de apreciar um espetáculo trágico:

Iria o povo destruí-lo? Ainda não concluindo. Antes, ainda na escada, no descendimento, ele mirou, melhor, a multidão, deogenésica, diogenista. Vindo o quê, de qual cabeça, o caso que já não esperava. (...) Apenas proclamou: – “Viva a Luta! Viva a Liberdade!” – nu, adão, nado, psiquiatra. Frenéticos, o ovacionaram, às dezenas de milhares se abalavam. Acenou, e chegou embaixo, incólume. Apanhou então a alma de entre os pés, botou-se outro. Aprumou o corpo, desnudo, definitivo (ROSA, 2001, p.204).

j) *O uso de gêneros intercalados* atravessa a narrativa, podendo-se perceber que se mistura narrativa em prosa com discursos oratórios inflamados, tanto na fala do herói como na fala de outros personagens, tais como o filósofo, o médico e o secretário de finanças do governo, quando o herói faz sua defesa em relação ao fato de a multidão ter achado que ele era o louco da palmeira. Isso seria uma afirmativa de opositores políticos.

k) *A multiplicidade de estilos e a pluritonalidade* são intensificadas pela essência e presença dos gêneros intercalados citados anteriormente.

l) *A preocupação com problemas sociopolíticos contemporâneos* se apresenta por meio do monumental desfecho do conto, quando

se observa uma manifestação revolucionária de povo para povo em nome da liberdade: “Pegaram-no, a ombros em esplêndido, levaram-no carregado. Sorria, e, decerto, alguma coisa ou nenhuma proferia. Ninguém poderia deter ninguém, naquela desordem do povo pelo povo” (ROSA, 2001, p.204).

m) O *fantástico experimental* se dá quando a observação é feita sob um ângulo de visão distinto do comum, numa relação de poder hereditário. O diretor, embaixo da palmeira, profere as seguintes palavras: – “Amigo, vamos fazer-lhe um favor, queremos cordialmente ajudá-lo...” – produzi, pelo conduto; e houve eco. – “Favor? De baixo para cima?...” – veio a resposta, assaz sonora (ROSA, 2001, p.197).

Essas particularidades de gênero da sátira menipeia ilustram o prevalecer do aspecto cômico no conto analisado, enfatizando a criação de situações extraordinárias que levam o leitor a refletir sobre o estado de loucura em uma sociedade, cujos valores se invertem a cada comportamento excêntrico intraduzível sob o ponto de vista da lógica e da formação do sujeito identitário.

Considerações finais

Em “Darandina”, numa categoria conceitual bakhtiniana de carnavalização com reflexões breves em relação à manifestação do sujeito, o louco, o marginalizado, o excluído homem da palmeira-real apropriou-se do centro simbólico, numa incontestável explosão de alteridade, relativizando o aspecto mágico transcendental da loucura.

O fato de o “homem-da-palmeira-real-avante-acima” ver o mundo de modo diferente do habitual, alimentou um espetáculo polêmico, conflitivo e cômico, concebendo, assim, a função do carnaval: operar uma inversão do mundo sério e oficial, num clima de extrema vitalidade e transformação. Observa-se, também, no desenvolvimento da narrativa, a essência carnavalizada como um fenômeno literário-psicanalítico-cultural amplo, por meio de um discurso-situação de

comportamentos histórico-culturais de uma multidão reunida embaixo de uma palmeira em praça pública.

O caráter ideológico do conto é importante na medida em que busca a análise de uma consciência individual, social e cultural que permeia a fronteira entre a loucura e a sanidade. Assim, este artigo pretendeu apontar uma análise por disfarces do eu, enquanto formação do sujeito, sem, entretanto, analisá-lo como faria um olhar psicanalítico. Por conseguinte, ler “Darandina” sem destacar a relevância ocupada pela psicanálise seria afastar-se da percepção de uma sedutora riqueza de interpretações. Está lançado o desafio.

Abstract

This paper aims to establish a dialogue with the work of Mikhail Bakhtin's Problems of Dostoevsky's poetics with “Darandina”, a short story by Guimarães Rosa, aiming to a concise introduction to the bakhtinian concepts. The choice of the theories of Mikhail Bakhtin, to make this connection between literature and psychoanalysis, is due to the fact that his literary studies have influenced the cultural development of countries around the world, including Brazil. The Russian author wrote influential studies contemporary to the Russian formalism – 20s and 30s – lately heralded in that country in the mid-60s by the authors Tzvetan Todorov and Julia Kristeva. This short story with its metaphorical literary devices, through its psychoanalytically grounded concepts, explores a very thoughtful provoking reflection on the evident truth X, as representing the truth, a Freudian idea. The referential approach will be to the ‘carnivalization’ theory, in keeping with its essence as a Menippean satire, and inversions of hierarchical social values, since the story is about madness causing strangeness to conventional views. The ideological character of the story is important in that it seeks review of an individual, social and cultural consciousness permeating the

border between madness and sanity. Therefore, to read “Darandina”, without highlighting the relevance occupied by psychoanalysis, would move away from the texts perception of a seductive richness of possibilities.

Keywords: *Darandina, Literature, Psychoanalysis.*

Referências

BAKHTIN, M. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

FREUD, Sigmund. Recordar, repetir e elaborar (1914). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v.12. Trad. José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

FREUD, S. O futuro de uma ilusão. O mal-estar na civilização e outros trabalhos. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v.13. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

MACHADO, I. A. O romance na tradição do riso. In: *O romance e a voz: a prosaica dialógica de Bakhtin*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

ROSA, J. G. *Corpo de baile*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

ROSA, J. G. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

ROSA, J. G. *Sagarana*. Rio de Janeiro: Universal, 1956.

ROSA, J. G. *Tutameia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

ROSA, J. G. *Terceiras estórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

ROSA, J. G. *Estas estórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

ROSA, J. G. *Ave, palavra*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1970.

ROSA, J. G. *Primeiras estórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

ROSA, J. G. Darandina. In: *Primeiras estórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, p.180-301.

STAM, R. *Bakhtin da Teoria Literária à Cultura de Massa*. São Paulo: Ática, 1992.

RECEBIDO: 11/09/2012

APROVADO: 22/10/2012

SOBRE A AUTORA

Moema Rodrigues Brandão Mendes

Graduada em Letras, pela Universidade Federal de Juiz de Fora/MG. Especialista em Estudos Literários pela Universidade Federal de Juiz de Fora/MG. Mestra em Letras pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora/MG. Doutora em Letras, Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense – RJ. Professora do Programa de Mestrado em Letras do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora/MG, ministrando as disciplinas “Pesquisa em Literatura” e “Textos Acadêmicos em Literatura Brasileira”. Membro da Sociedade de Estudos Psicanalíticos – JF/MG. Membro do Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos – RJ. Membro da Academia Granberyense de Letras, Artes e Ciências – JF/MG; ocupando a cadeira 36. Membro da Associação de Pesquisadores em Crítica Genética – SPÉ. Publicou as obras: “Poesia e Fé” um estudo sobre Murilo Mendes e Jorge de Lima (2003); “Colar de contos premiados” (2006), obra adotada no vestibular do CTU-UFJF (Colégio Técnico Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora, versões 2007 e 2008) e “Crítica textual e edição de textos-interagindo com outras ciências”, editora Prismas, 2012. Nas Faculdades Integradas de Cataguases, FIC – Grupo UNIS, MG, ministrou a disciplina “Estudos comparados de Literaturas africanas dos países de Língua Portuguesa, no Curso de Pós-Graduação em Letras. É coordenadora do Grupo de Pesquisa “O RESGATE DAS ESCRITURAS: da correspondência e dos manuscritos de escritores mineiros para composição de um dossiê genético-crítico.”

Endereço para correspondência:

Rua Oswaldo Cruz, 58 – Santa Helena
36015-430 – Juiz de Fora/MG
E-mail: moemarodrigues@yahoo.com.br

Autismo: uma questão de ciência ou de ideologia?¹

The Autism: question of science or ideology?

Ramón Menéndez

Tradução: Elisa Rennó dos Mares Guia

Resumo

As recentes decisões políticas sobre a questão do tratamento do autismo na França tendem a promover técnicas educativas e comportamentais. Tal posicionamento se opõe à psicanálise e defende o progresso e as ciências. O presente artigo descreve os aspectos ideológicos e políticos do trabalho de Eric Schopler, conhecido por ter desenvolvido o programa TEACCH² que visa ao tratamento de crianças autistas. Este programa é, frequentemente, citado como modelo a ser seguido. Schopler enfatiza o trabalho com os pais, e não se preocupa muito com a dimensão subjetiva das crianças. Ele organiza uma rede de pais de crianças autistas e junto com eles pressiona o poder legislativo para que o autismo seja reconhecido como uma deficiência. Eles também reivindicam o desenvolvimento de sua técnica para a criação de um programa no Estado da Carolina do Norte (EUA). Os aspectos clínicos e científicos de seu trabalho parecem não apresentar um grande rigor.

Palavras-chave: Autismo, Psicanálise, TEACCH, Ciência, Ideologia.

I

Contrariamente ao que pensamos, a transposição do autismo em direção à categoria das doenças genéticas e à categoria de deficiência não corresponde aos critérios clínicos ou científicos. A ciência aplicada é, de maneira pouco ou bastante significativa, submetida às leis do mercado. Nesse sentido, ela não é neutra e os postulados que a sustentam provêm de uma posição ética. Apesar dos esforços feitos para nos fazer acreditar no contrário, existe sim uma ideologia do autismo.

Assistimos a uma deriva que consiste em dar ao poder legislativo o lugar que corresponde ao clínico ou ao científico. Este domínio político sobre as práticas da saúde não é nada mais do que um privilégio dos estados

totalitários. Isto é feito de maneira insidiosa, não através de leis que provêm de um estado de exceção, e sim de um trabalho sutil que tende a substituir esta configuração por uma panóplia de leis, produto de um trabalho realizado pelos grupos de opressão com interesses heteróclitos (AGAMBEN, 2003). Mas estes grupos são susceptíveis de ser galvanizados às finalidades políticas e econômicas, em função de um determinado contexto.

O que se passa atualmente na França é, dentro deste contexto, uma boa ilustração desse problema. Três eventos solidários ilustram esta tendência tão comum nos dias de hoje em todo o mundo. O primeiro é a proposição da lei de Daniel Fasquelle, deputado

1. Título Original: "L' autisme: Question de science ou d'idéologie?" Primeira versão do artigo publicada na revista *Psychanalyse*, 2012/2 n.24, p.51-63. Toulouse: Érès. O artigo foi modificado pelo autor para que algumas questões políticas fossem apresentadas de forma mais precisa aos leitores brasileiros.

2. TEACCH – Treatment and Education of Autistic and Communication Handicapped Children: Tratamento e educação para crianças com autismo e deficiência da comunicação.

do partido de direita francês UMP³ e presidente do grupo de estudos parlamentares sobre o autismo, que visa à exclusão de toda prática, no âmbito da psicanálise, do tratamento e acompanhamento de autistas⁴. O segundo é o relatório da HAS⁵ sobre o autismo em que a psicanálise é excluída da lista de práticas recomendadas para o autismo⁶. Este relatório, longe de ser destinado às gavetas de um tecnocrata do ministério da saúde, tornou-se, em março de 2012, uma verdadeira cartilha de regras dos agentes de saúde que constituem o HAS. Ou seja, os processos de credenciamento das instituições susceptíveis de se ocupar de autistas deverão aplicar a recomendação ao pé da letra. Assim, uma instituição que reivindica a possibilidade de utilizar uma prática baseada na psicanálise ou que se recusa a aplicação de técnicas educativas preconizadas por tal relatório, terá o seu credenciamento. Esta recusa vem acompanhada de sanções no plano econômico e administrativo. O terceiro evento é a declaração de 9 de fevereiro de 2012 feita pelo então primeiro ministro francês François Fillon, que apresentou o Autismo como “A Grande Causa Nacional do Ano”⁷.

3. N.T.: UMP – Union pour un mouvement Populaire: União por um movimento popular.

4. <http://www.gouvernement.fr/gouvernement/daniel-fasquelle-il-faut-sortir-l-autisme-du-moyen-age>

5. http://www.has-sante.fr/portail/jcms/c_953959/
N.T.: HAS – Haute Autorité de Santé: Alta Autoridade da Saúde, órgão francês de autoridade pública destinado à manutenção do sistema de saúde e da qualidade dos tratamentos oferecidos em benefício dos usuários.

6. Esta decisão suscitou a indignação e reação da comunidade psicanalítica na França. Vários eventos, petições e publicações vêm sendo organizados por diversas associações e escolas de psicanálise para discutir a questão. Porém, tal decisão vem trazendo dificuldade para os psicanalistas que atuam em instituições que se encarregam de crianças autistas e, consequentemente, para a psicanálise.

7. Houve uma grande campanha que, entre outros propósitos, associou o tratamento e acompanhamento de autistas a práticas educativas.

Como é comum nesse tipo de combate, os discursos passam, então, a lamentar o “atraso” da França neste âmbito. Esta fórmula busca acentuar uma suposta obsolescência das abordagens precedentes, incluindo a psicanálise, face às novas técnicas baseadas em provas ditas científicas. Ora, não é nesses termos que os problemas reais podem ser definidos. As técnicas educativas preconizadas para os autistas são tão velhas quanto o mundo. Peguemos o exemplo de Jean Itard, discípulo de Philippe Pinel e médico do extinto “Instituto de Surdos e Mudos” na França que, para conduzir o tratamento do célebre selvagem de Aveyron ao final do século XVIII (ITARD, 1994), se serviu de técnicas educativas. O mesmo serve para as terapias cognitivas que não são nada mais que uma versão pouco elaborada do comportamentalismo, significante que, com o passar do tempo, tornou-se bastante incômodo em função de seu glorioso passado pelo bloco soviético.

Este disfarce de modernidade se trata de uma estratégia destinada a impor uma corrente de pensamento em que o real interesse é de ordem econômica e ideológica. Digamos de passagem que, em seu discurso, François Fillon não se esforça para esconder tais dimensões das questões que foram levantadas⁸. Para uma melhor compreensão da dimensão política dos mecanismos de pressão então utilizados, apresentados como trabalho de modernização em nome da ciência, proponho fazer um apanhado histórico.

Uma das recomendações citadas pelo HAS francesa em seu relatório⁹ é o programa TEACCH. Seu caso ilustra muito bem o que se encontra por trás de um aparente passo científico. Vejamos mais de perto.

8. <http://www.gouvernement.fr/premier-ministre/francois-fillon-notre-combat-pour-l-autisme-a-toute-sa-part-dans-nos-politiques-pub>

9. http://www.has-sante.fr/portail/upload/docs/application/pdf/2012-03/recommandations_autisme_ted_enfant_adolescent_interventions.pdf

Eric Schopler, psicólogo clínico da Universidade de Chicago nos Estados Unidos, começou sua carreira profissional ao lado de Bruno Bettelheim. No entanto, ele se afastou rapidamente dele. O ponto de partida de sua reflexão é constituído por um desacordo sobre o lugar atribuído por Bettelheim aos pais das crianças autistas¹⁰. Por conseguinte, a resposta à demanda dos pais pode ser considerada como a palavra de ordem da visão schopleriana do trabalho com autistas. Iremos verificar a maneira pela qual sua reflexão foi constituída para chegarmos à criação do grande programa de estado: TEACCH.

As teses de Schopler são opostas às teses desenvolvidas por Bettelheim. Ele contesta a explicação sobre o autismo proposta por Bettelheim e, conseqüentemente, sua atitude com relação aos pais e ao conjunto de concepções sobre o tratamento dos autistas. A explicação inicial do autor se situa no plano cognitivo. Em um artigo publicado em 1965 ele elabora uma teoria sobre a percepção e a memória com o intuito de situar aquilo que, segundo ele, falha nos autistas (SCHOPLER, 1965): os receptores. É desta forma que ele nomeia os órgãos do sentido. Eles podem ser classificados em dois grupos: os *receptores de proximidade*, que permitem a apreciação daquilo que se passa em sua volta, como o toque, o gosto e o olfato, e os *receptores de distância*, como a visão e a audição. Os primeiros são desenvolvidos particularmente durante os primeiros meses de vida, e já os segundos, somente alguns meses mais tarde, entre o sexto e oitavo mês.

Schopler explica a maneira pela qual a privação do amor materno não pode se encontrar na origem de um retardo no desenvolvimento, pois a conceptualização do indivíduo sobre o exterior e interior, necessária às relações interpessoais, não seria possível

antes dos seis meses de vida. De acordo com ele, antes dessa idade, todo tipo de alteração do desenvolvimento pode ser explicado por uma falha no sistema de percepção (IDEM, p.329). Esta conclusão atesta, mais uma vez, que o autismo se caracteriza por uma alteração dos receptores de proximidade e que, conseqüentemente, ela existe desde o início da vida.

O papel atribuído aos pais está no âmbito da estimulação. A relação com os pais, diz Schopler, provoca mudanças fisiológicas que irão assegurar uma transição correta entre os receptores de proximidade e os receptores de distância. O que vale para as crianças normais pode também ser aplicado para os autistas. Dessa forma, a estimulação precoce dos autistas é necessária para suprir a deficiência sensorial. Schopler evoca certas experiências feitas com estímulos elétricos em que o único limite colocado seria o de evitar provocar pânico na criança.

Além disso, o autor pensa que a uniformidade dos problemas encontrados por Kanner¹¹ não pode ser explicada pela patologia parental, ela deve corresponder a uma alteração sensorial. A privação, se ela existe, está no nível da estimulação (SCHOPLER, 1965). Esta explicação, à qual Schopler não retornou durante a sua carreira, constitui a matriz que determina a função de cada parceiro na gestão do tratamento do autismo. Chamamos a atenção para o fato de que ela não se baseia em trabalhos clínicos rigorosos ou em pesquisas científicas. Trata-se de uma simples hipótese.

II

Em 1969 Schopler publica um artigo destinado a contestar a ideia de que os pais estariam na origem do autismo de seus filhos. Vale a pena ressaltar que ele adere à indigna-

10. Sobre esse ponto, a psicanálise ainda porta o fardo de ser uma prática que nunca produz unanimidade na comunidade analítica, mas também não é objeto de uma crítica suficientemente construída.

11. N.T.: Psiquiatra infantil, foi o primeiro a propor uma descrição clínica do autismo infantil.

ção dos pais perante as teorias psicodinâmicas que explicariam a esquizofrenia e a psicose infantil (SCHOPLER, 1969). De alguma maneira, ele se torna o porta-voz da revolta desses pais, com uma etiqueta supostamente científica. Assim, sua posição em relação ao seu texto de 1965, citado anteriormente, se enrijece. Ao mesmo tempo, ele faz dos pais seus aliados, e não somente no que concerne ao tratamento das crianças autistas.

A falta de rigor científico de suas pesquisas¹², especialmente se levarmos em conta que se trata de alguém que é bastante exigente no momento de criticar outras visões, só pode ser explicada pela grande intenção de desculpabilizar os pais, para que estes possam melhor aderir à sua causa. Em 1971 Schopler publica um artigo em que pretende apresentar os primeiros resultados de um programa de *terapia do desenvolvimento*¹³, colocado em prática por ele em 1966 com a participação dos pais de crianças autistas. Mais uma vez ele inicia seu trabalho criticando as demais tentativas terapêuticas que o precederam. No que concerne a Bettelheim, ele considera que sua terapia nada mais é do que uma verificação de seus postulados teóricos, o que ele chama de *raciocínio circular*.

(SCHOPLER; REICHLER, 1971, p. 90). Ele critica, particularmente, o que ele chamou de *parentectomy*, ou seja, a separação com os pais considerada como a origem do problema.

Como alternativa, ele propõe seu programa que contém três objetivos: prevenção da psicose, aumentar o nível de adaptação entre a criança e sua família e, se possível, promover a recuperação da criança (IDEM, p. 88). Claramente, os dois primeiros objetivos são

direcionados à família, principalmente aos pais, deixando relegado ao último lugar os objetivos que concernem à criança. Schopler retoma os postulados do seu artigo de 1969 e continua a desenvolvê-los. Ele insiste de maneira explícita na ideia de apresentar os pais como vítimas da doença de seus filhos. A desorganização dos pais das crianças psicóticas, nos diz Schopler, é uma reação à desorganização psicótica de seus filhos. Para apagar qualquer traço de culpabilidade ele enuncia a tese segundo a qual a criança vem ao mundo com uma série de reflexos e de respostas biologicamente determinadas, que se desenvolvem de maneira relativamente independente com relação às experiências de aprendizagem, “como uma criança que nasce cega”. Os autistas sofreriam particularmente de um problema de comunicação e cognição. É importante precisar que, em seu texto, Schopler não faz uma distinção clara entre autismo e psicose infantil.

Mesmo que a causa do autismo permaneça desconhecida, nos diz o autor, é bastante provável que se trate de uma anomalia neurológica ou bioquímica no cérebro. Para sustentar sua afirmação, ele insiste, mais uma vez, na “normalidade” dos pais.

Para fundamentar este postulado ele faz um estudo. Os pacientes, escolhidos por amostragem, devem pertencer a famílias que não sejam fragmentadas, e em que os pais sejam voluntários e disponíveis. A criança deve ter um nível de desenvolvimento correspondente ao nível pré-escolar. O programa consiste em uma série de sessões de demonstração sobre a terapia. O objetivo é de que os pais se tornem “especialistas” no que se refere ao seu próprio filho autista (IDEM, p. 93). Os pais são, então, considerados como terapeutas. É importante precisar que este estudo se refere apenas a um grupo de dez crianças e seus pais, sendo, então, um pouco difícil tirar conclusões gerais. Além do mais, os critérios de inclusão são bastante restritos e deixam de fora as famílias e crianças consideradas problemáticas. É fácil constatar a

12. Sobre esse assunto ver o exemplo do artigo de SCHOPLER e al. *Do Autistic Children Come from Upper-Middle-Class Parents*, em *Journal of Autism and Developmental Disorders*, v.9, 1979, p.145, no qual a qualidade do tratamento dos resultados é bastante duvidosa.

13. *Developmental therapy*.

maneira pela qual, com o passar do tempo, uma hipótese como esta, que supõe a existência de uma alteração orgânica no autismo, sem nenhuma prova científica, é elevada à categoria de axioma.

Iremos citar alguns exemplos das intervenções dos terapeutas relatadas pelo autor: como fazer para que uma criança permaneça sentada na mesa, como dar uma palmada para esclarecer um comando ou como manter uma interação em caso de ausência da criança. As estratégias propostas giram em torno do reforço de uma conduta, seja pela repetição, seja pela correção ou por uma recompensa.

Em vários momentos, Schopler fala da necessidade de utilizar procedimentos de condicionamento quando a educação especial não traz o resultado esperado. As intervenções devem levar em consideração os estados e os níveis do desenvolvimento, o que não é sempre o caso, diz ele, das intervenções de condicionamento clássico (IDEM, p.98).

III

No entanto, é importante chamar a atenção do leitor para aquilo que parece interessar a Scholer. As famílias concernidas se organizaram para criar um núcleo local da National Society for Autistic Children¹⁴. Trata-se de um grupo de pais que promovem a criação de programas de educação especial dentro dos estabelecimentos públicos de educação. Uma de suas atividades consiste em pressionar o legislativo para obterem leis favoráveis a sua causa.

Ao mesmo tempo em que efetiva o trabalho científico, o autor organiza uma sólida rede de pais para modificar as leis a favor de seus projetos. Não é de estranhar que, neste contexto, ele acabe anunciando a possibilidade de que os autistas possam recuperar um desenvolvimento relativamente normal (SCHOPLER; REICHLER, idem, p. 100).

Trata-se de uma afirmação tendenciosa, se levarmos em consideração o tamanho de sua amostragem, assim como o objeto de seus estudos e a complexidade da patologia em questão.

É graças a esta aliança que Schopler irá utilizar os pais como força de pressão para fazer com que o seu programa experimental seja promovido à categoria de programa de Estado. Trata-se de uma estratégia calculada, em que a criança autista é relegada a um segundo lugar. Nesta ordem de ideias, não é de espantar que em 1972, na Carolina do Norte, uma lei tenha sido promulgada para que o programa TEACCH fosse implementado.

No entanto, o que é surpreendente é a afirmação feita por Schopler no momento da publicação desta lei: “Se devemos conceber um projeto terapêutico para crianças autistas ou portadoras de déficits vizinhos baseando-se em nossa experiência clínica e nos resultados de pesquisadores, iremos nos deparar com uma proposta idêntica àquela da lei de 94-142” (SCHOPLER; REICHLER; LANSING, 1988, p.3). Formulação impressionante quando se supõe que suas experiências teriam estimulado a aprovação desta lei através das associações de pais de crianças autistas. Como se ele buscasse dar a impressão de que esta lei seria uma maneira de fazer com que o legislativo reconhecesse a qualidade de seu trabalho. Pode-se afirmar que, nesse momento, Schopler busca uma legitimidade sancionada pelas autoridades, como se a consistência científica de seus postulados não fosse suficiente.

A partir de 1988, Schopler introduz uma modificação semântica que chama a nossa atenção. Não encontramos mais a expressão *terapia do desenvolvimento* caracterizada nos artigos dos anos 1970 que passa a ser, doravante, substituída por *estratégias educativas individualizadas* (IDEM, p.6). Neste contexto, três prioridades são estabelecidas em função de eventuais perigos: aquelas que concernem à proteção da vida da criança; aquelas que concernem a sua manutenção

14. Associação Nacional para Crianças Autistas.

na família, incitadas a controlar os comportamentos desviantes que causam problemas para os seus membros; e aquelas destinadas a permitir que a criança entre nos programas de educação especializada. Notemos que nenhuma dessas prioridades leva em consideração a dimensão subjetiva da criança autista.

As metas educativas são fixadas em médio prazo (entre três meses e um ano). Elas se dividem em duas categorias, quais sejam, aquelas relacionadas ao conteúdo e as relacionadas ao comportamento. O primeiro grupo é guiado pela seguinte questão: “Aonde queremos levar a criança?”, ou seja, uma questão que traduz, claramente, o interesse dos pais. Com relação ao comportamento, uma modificação é concebida caso ele se torne incômodo para a vida em família ou venha a interferir na aprendizagem (IDEM, p. 45). Em todo caso, nos esclarece Schopler, não é necessário trabalhar vários problemas do comportamento de uma só vez.

Ele também faz uma crítica às técnicas de *condicionamento operante*, provenientes do behaviorismo. Baseadas em um sistema de recompensa e de punição elas negligenciam, de acordo com Schopler, as particularidades do nível do desenvolvimento da criança, enquanto que o seu reconhecimento permite o estabelecimento de um “sistema de reforço correto” (SCHOPLER et al., 1988, p.17) A novidade da proposta de Schopler com relação às técnicas em pauta reduz-se a uma questão de refinamento na avaliação do desenvolvimento. Dessa forma, as ferramentas pedagógicas são adaptadas em função de uma avaliação das performances do autista, o que pode ser considerado como um aperfeiçoamento da técnica, sem que possamos falar de uma mudança substancial. Esta ideia é confirmada por alguns autores, que não excluem a possibilidade de recorrer às técnicas em questão em casos específicos. Isto mostra que, no fundo, trata-se de concepções compatíveis que podem coabitar sem problemas.

A clínica usada por Schopler não faz, em um primeiro momento, a distinção entre o

autismo e a psicose infantil. Em seus primeiros textos ele utiliza a definição de autismo proposta pela Sociedade Nacional para Crianças Autistas¹⁵. Trata-se de uma definição adotada por esta associação de pais de crianças autistas que pretendia obter o reconhecimento, pelo poder legislativo, do autismo como uma deficiência. Em um artigo publicado em 1987, Schopler opera uma mudança que deve ser levada em consideração (SCHOPLER; RUTTER, 1987). A primeira manobra consiste em diferenciar o autismo da psicose infantil. Sem se aprofundar em detalhes, no momento dessa distinção, ele acentua o fato de que três quartos dos autistas apresentam um retardo mental.

Esta diferença também é apresentada como argumento em favor da organicidade. Ela se torna a pedra angular da abordagem clínica proposta pelo autor. Dessa maneira, a clínica do autismo que nos é apresentada enfatiza o déficit cognitivo, deixando de lado as anomalias do comportamento que se encontram, segundo ele, na origem do amálgama com a esquizofrenia. Os eventuais desempenhos dos autistas em certos domínios ocupam, então, uma posição marginal.

Nesse sentido, não nos surpreende verificar a metamorfose que se opera na terminologia. A partir de então, Schopler nos fala de *Transtornos Invasivos do Desenvolvimento*. Porém, é importante mencionar a distinção feita pelo autor com relação a outras patologias caracterizadas por um déficit intelectual como o trissoma 21. Desta vez, o critério escolhido por ele é o de transtornos do contato social, normalmente ausentes nestas outras patologias caracterizadas por um déficit intelectual.

Além disso, o autor enfatiza os problemas da comunicação e os comportamentos estereotipados. Este conjunto de sintomas deve corresponder a uma patologia de base que poderá explicar as demais. Schopler está consciente da falta de especificidade das ano-

15. *National Society for Autistic Children*.

malias do cérebro que foram colocadas em evidência, o que, segundo ele, não coloca em causa o caráter orgânico do autismo. Diante desta dificuldade, é possível orientar os esforços em direção à definição de um déficit cognitivo principal que permite explicar a diversidade de distúrbios do autismo. Segundo esta perspectiva proposta pelo autor, a clínica é indissociável da avaliação psicométrica: podemos afirmar que, de acordo com ele, trata-se da mesma coisa. Para o autor, a avaliação constitui um pré-requisito para qualquer intervenção. Não podemos esquecer que ele se baseia em observações do comportamento e interdita qualquer explicação de eventuais mecanismos psicológicos (IDEM, p.102).

Ao longo dos anos 1980 a avaliação é aperfeiçoada. Alguns autores buscaram ir além de uma simples classificação nosográfica para ter acesso a uma pretendida concepção holística. Isto comporta três aspectos: o nível do desenvolvimento, a observação dos comportamentos e as entrevistas com os pais (SCHOPLER; REICHLER; LANSING, 1988).

É bastante claro que, em tal dispositivo de avaliação, o lugar dado aos aspectos patológicos continua sendo marginal. Estes são substituídos por um modelo centrado no desenvolvimento. Neste sentido, e como os autores não deixam de apontar, esta abordagem pode ser aplicada a diferentes tipos de deficiência. Além das considerações práticas que tal escolha supõe, é importante se perguntar sobre aquilo que fora deixado de lado. Evidentemente os diferentes tipos de patologia comportam uma problemática distinta, sem mencionar as particularidades de cada sujeito. Neste sentido, não existe uma explicação coerente destinada a dar conta de todos os distúrbios de linguagem e de suas especificidades no caso do autismo. O leitor tem a impressão de estar perante um inventário de distúrbios que nunca são articulados entre si.

IV

A instauração de um programa educativo deve respeitar um certo número de condi-

ções. Schopler critica a ausência de estruturação, o que permitiria a “livre expressão” da criança. Segundo ele, o quadro em que a educação se desenvolve deve ser bem estruturado, com o intuito de evitar um comportamento psicótico. Dessa maneira, a intervenção deve ser cuidadosamente preparada, assim como o local deve ser bastante confortável e isento de distrações. Também é importante que o momento das intervenções seja sempre o mesmo todos os dias. Certas conjunturas podem ser utilizadas em benefício das práticas educativas como, por exemplo, realizar atividades antes da emissão de TV preferida da criança, ou antes do lanche. Isto facilita à criança habituar-se ao trabalho. Outro fator importante é a duração das sessões, que vai de acordo com a capacidade da criança; o ritmo de trabalho também deve ser adaptado em função da observação e da evolução do autismo.

Schopler, assim como outros autores, aborda a questão da função social dos pais e dos instrutores por meio de um conselho que confirma a quem o programa está realmente destinado: “Os pais têm o direito e a obrigação de decidir dentro de um vasto limite o que tange a seu estilo de vida. Eles estão ajudando a criança a se adaptar a seu próprio estilo de vida” (SCHOPLER; RUTTER, 1987, p.157). O projeto da criança é subordinado ao projeto dos pais. Dentro desta perspectiva, os pais são promovidos à categoria de “melhores especialistas em seus filhos”, o que lhes assegura a prioridade em relação aos instrutores, caso eles não estejam de acordo com estes em algum momento.

Estes autores não negligenciam a possibilidade de uma falta de consenso entre os pais e as crianças. Caso não haja acordo, o consenso é então imposto pela Lei 94-142¹⁶. Isto confirma a existência de uma pirâmide bastante hierarquizada na qual os primeiros

16. Trata-se de uma lei do Estado da Carolina do Norte que oferece um suporte jurídico ao programa TEACCH.

ocupantes possuem um lugar privilegiado. A criança se encontra ausente deste processo. Em nenhuma circunstância a sua opinião parece ter importância. Seus interesses e seus desejos não são levados em consideração. A criança autista não é considerada como um sujeito íntegro, e sim como um objeto de cuidados.

V

O TEACCH é um programa de Estado. Para ser reconhecido como tal foi preciso percorrer um longo caminho. Falamos bastante sobre o interesse que Schopler dispensava aos pais das crianças autistas. Independente do papel que eles possam ter no tratamento das crianças autistas, o autor se interessou particularmente pela capacidade deles em se organizarem para pressionar o legislativo, para obter, assim, uma legitimidade sancionada pela lei.

Deste modo, vimos a maneira pela qual, desde o início, eles se organizaram em uma associação, a NSAC (Autism National Society for Autistic Children)¹⁷, e como eles participaram ativamente da gestão. O *Journal of Autism and Developmental Disorders*¹⁸, do qual Schopler é editor, publica regularmente artigos escritos por pais de autistas. Assim, além de suas preocupações científicas, Schopler se interessa também pela maneira de legitimar e de divulgar suas ideias com o apoio da lei. Tal posição pode explicar, em parte, a veemência com que ele ataca as demais correntes que tratam do tema, particularmente Bettelheim.

A manobra foi eficaz. Em 1975 uma lei de direito público, conhecida como 94-142, sobre a educação de pessoas com deficiência, foi votada. Ela reconhece, então, o autismo como distúrbio do desenvolvimento. O conceito de distúrbios do desenvolvimento (*Developmental Disabilities*) havia sido aprovado

pelos legisladores em 1970. No entanto, ele se refere a somente três patologias: a epilepsia, o retardo mental e a paralisia cerebral. Para que o autismo pudesse fazer parte deste grupo, era preciso que ele preenchesse um certo número de condições. A mais importante entre elas situa-se na origem neurológica compartilhada com outras patologias. Mary Akerley, antiga presidente e membro da NSAC, relata esta guerra travada entre 1970 e 1975 (AKERLEY, 1979). Toda essa campanha foi organizada e financiada pela NSAC.

É legítimo questionar as implicações dessa “exigência” política, assim como as crenças dos pesquisadores e dos clínicos. A veemência dos autores americanos na defesa do caráter orgânico do autismo pode testemunhar isto.

Se as convicções clínicas e científicas podem explicar em parte a importância de tal causa, os aspectos econômicos também não podem ser negligenciados. Os programas de Estado para a educação de crianças portadoras de deficiência possuíam, em 1973, um orçamento de 37,5 milhões de dólares. Em 1976, após a homologação da lei, tais recursos atingiram 100 milhões e, em 1979, os números chegaram a 800 milhões de dólares. Ou seja, em um espaço de seis anos, a parcela do orçamento público destinado a esses programas foi multiplicada por vinte.

Um dos argumentos invocados em primeiro plano para obter o crédito do Estado é o da diminuição dos custos devido à tendência à desinstitucionalização, que começa com o apoio educacional de escolas especializadas ou não especializadas. Além disso, os programas como o TEACCH, muitas vezes, recorrem aos voluntários, incluindo os pais, para aliviar os custos do tratamento.

De acordo com esta lógica, não é surpreendente ver a maneira pela qual Schopler, sempre próximo aos pais, vai se referir a eles como consumidores (consumir) do produto da pesquisa profissional. O pesquisador se torna um prestador de serviço encarregado

17. N.T. Sociedade Nacional para Crianças Autistas.

18. N.T. Jornal sobre o Autismo e Distúrbios do Desenvolvimento.

de assegurar o conhecimento no longo prazo, os programas de desenvolvimento e a política social. Sem deixar de lado que existem consumidores com demandas que esperam uma resposta.

* * *

O percurso analisado neste artigo demonstra as dimensões políticas e econômicas de um programa em que os fundamentos científicos permanecem bastante fracos. Além disso, o HAS não parece indiferente a isto. Ele classifica o programa TEACCH como nível C, ou seja, “baixo nível de evidência”, o que, todavia, não os impede de recomendá-lo¹⁹.

Mas, na realidade, isto permite que o problema seja abordado de outra maneira. O que se encontra em questão não é a ordem de uma suposta cientificidade, e sim uma posição ética. Mais especificamente, uma posição ética perante o real.

O autismo, assim como os sujeitos autistas, suscita a questão do real na clínica. Tal dimensão do real aparece, a partir deste ponto de vista, como particularmente complexa. A solução pela via da facilidade consiste em contornar esta questão com a ajuda de uma astúcia fecunda, se pensamos nas questões políticas aqui evocadas. A aliança com os pais, escolha feita por Schopler, é um paradigma.

Mas sob o pretexto de aliviar uma culpabilidade dos pais, hipoteticamente acentuada pela psicanálise, alguns dispositivos, como o programa TEACCH, chegam a escamotear o verdadeiro problema. A culpabilidade, extraída do campo da linguagem, só pode se petrificar, e continuar sob a barra do inconsciente. Quais são as vias escolhidas pelo inconsciente para que se contorne o recalque? É bastante provável que o lugar de objeto onde tais programas situam a criança autista exista por alguma razão.

No entanto, não recuar perante o real do sujeito em sua dimensão de linguagem, é o que caracteriza a posição da psicanálise. Desta ética se deduz um tratamento diferente dos autistas e, com ela, a culpabilidade dos pais. Este é a verdadeira questão: uma ética governada pela ideologia da rentabilidade, ou uma ética que consiste em enfrentar o real da clínica do *parlêtre*²⁰.

Abstract

The latest political decisions in France seem to turn into the direction of promoting educational and behavioural techniques in the treatment of autism. This is happening in opposition to psychoanalysis and in the name of the science. This paper seeks to describe the ideologies and political issues of the work of Eric Schopler, who became known thanks to the program T.E.A.C.C.H. for autistic children treatment, which himself created. This program is mentioned very often as model that must be followed. Schopler emphasises the work with the parents. Without caring enough about the subjective dimension of children, he organises a network of parents of autistics and puts pressure on the legislative for recognition of autism as a handicap and as well as the development of his technique to realize one governmental program in the North Caroline (USA). The clinical and scientific issues of his work are not very strict.

Keywords: *Autism, Psychoanalysis, T.E.A.C.C.H., Science, Ideology.*

19. Nesta classificação, a psicanálise aparece na rubrica AE (ausência de estudos).

20. Ser falante.

Referências

AGAMBEN, G. *Etat d'exception, Homo Sacer*. Paris: Seuil, 2003, p.145.

AKERLEY, M. The Politics of Definitions. Dans, *Journal of Autism and Developmental Disorders*, v.9, n.2, 1979, p.221-31.

ITARD, J. *Victor de l'Aveyron*. Paris: Allia, 1994.

SCHOPLER, E. *Early infantile autism and receptor processes*. Dans, *Archives of General Psychiatry*, v. 13, Oct./1965.

SCHOPLER, E. *Early infantile autism and receptor processes*. Dans, *Archives of General Psychiatry*, v.13, Oct./1965, p.334

SCHOPLER, E. *Thought disorders in parents of psychotic children*. Dans, *Archives of General Psychiatry*, v. 20, Fev./1969.

SCHOPLER, E.; REICHLER, R. *Parents as cotherapists in the treatment of psychotic children*. Dans, *Journal of Autism and Childhood Schizophrenia*, 1971, v.1, n.1.

SCHOPLER, E.; RUTTER; M. *Autism and pervasive developmental disorders: concepts and diagnostic issues*, dans *Journal of Autism and Developmental Disorders*, v.17, n.2, 1987, p.159-186.

SCHOPLER, E.; REICHLER, R.J.; LANSING, M. *Stratégies éducatives de l'autisme*. Traduction C. Milcent. Col. Médecine et Psychothérapie. Paris: Masson, 1988. http://www.has-sante.fr/portail/upload/docs/application/pdf/2012-03/recommandations_autisme_ted_enfant_adolescent_interventions.pdf . Acesso em: 18/07/2012.

RECEBIDO: 17/08/2012

APROVADO: 23/08/2012

SOBRE O AUTOR

Ramón Menéndez

Psiquiatra. Psicanalista. Membro da APJL (Association de Psychanalyse Jacques Lacan). Doutor em Psicopatologia pela Universidade de Toulouse, França.

Endereço para correspondência:

27 Rue du Petit Musc

75004 – Paris/França

E-mail: menender@wanadoo.fr

Das quedas em um percurso – escolhas, musicalidade e ressonância

About the falls in a path – choices, musicality and resonance

Renata Mattos

Resumo

Tomando como base a fala improvisada na defesa da tese *A voz e a invocação para musicar a vida: ressonâncias entre música e psicanálise*, o presente texto destaca o percurso de construção dessa tese a partir das quedas e alterações de seu título, trazendo, com isso, uma reflexão sobre o enlace entre psicanálise e música pela via do objeto voz, da pulsão invocante, e da ressonância estruturante entre real, simbólico e imaginário na criação de uma voz, um timbre e um ritmo singulares do sujeito. Ao fim, uma resposta *après-coup* é tecida às intervenções da banca.

Palavras-chave: Música, Psicanálise, Voz, Improviso.

A presença da psicanálise nos diferentes campos da cultura, sua interlocução com estes, e mesmo sua intervenção têm ganhado cada vez mais destaque no ambiente acadêmico, sendo muitas vezes questionados a possibilidade e o lugar da psicanálise na universidade. Não é este o enfoque ou o mote deste escrito. As reflexões que aqui trago neste espaço são fruto do encontro, nem sempre simples ou sem tensões, entre a psicanálise e sua ética e a academia, mais propriamente a pesquisa que a academia propicia e incita. Durante quatro anos, acolhida pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em seu Programa de Pós-Graduação em Psicanálise, fiz um percurso no Doutorado em Pesquisa e Clínica em Psicanálise, o qual chegou a seu termo numa manhã de primavera austral em 3 de novembro de 2011.

Manhã que se tornou tarde iniciada, banhada em discussões analítico-poético-musicais em torno de uma tese, *A voz e a invocação para musicar a vida: ressonâncias entre música e psicanálise*, defendida por mim, sua autora, na presença da orientadora da pesquisa e presidente da banca de defesa, Doriz

Rinaldi, dos convidados externos ao Programa, Jean-Michel Vivès – com quem realizei por um ano um estágio de doutorado, com bolsa CAPES/PDEE, na Université de Nice Sophia-Antipolis – e Tania Rivera, da UFF, e de dois docentes internos do Programa, Ana Costa e Heloisa Caldas.

O que trago neste momento é uma transcrição e uma transformação da fala que improvisei na defesa da tese, que, com suas limitações e insuficiências, traz em potência os caminhos de um percurso comemorado e compartilhado naquele dia. Mais do que “relato de pesquisa”, o presente texto é a recuperação de uma fala eclodida após quatro anos de algo que vinha sendo trabalhado em mim no enlace entre psicanálise e música, recolhida no estranhamento de ouvir minha própria voz gravada dizendo mais do que eu havia pensado e mesmo escrito na tese, e talhada, ao fim, com o acréscimo de algumas questões que surgiram das anotações e rascunhos feitos enquanto ouvia a intervenção da banca. “Só há um ponto fixo. É a nossa própria insuficiência. É daí que é preciso partir”, diz Kafka (SOUSA, 2007, p.12). Transcrevo

e transformo. Colho ressonâncias, reverberações e transverberações, atravessada pela música, causada pela psicanálise.

* * *

Começo com um trecho da *Conferência sobre o nada*, de John Cage (1961, 2012), em tradução de Augusto de Campos:

Eu estou aqui e não há nada a dizer. Se algum de vocês quiser ir a algum lugar, pode sair a qualquer momento. O que nós requeremos é silêncio, mas o que o silêncio requer é que eu continue falando. Dê ao pensamento de alguém um empurrão; ele cai logo... Mas o que empurra e o empurrado produzem esse entre-tenimento chamado discussão. Vamos ter uma daqui a pouco? Ou podemos decidir não ter uma discussão, como vocês quiserem... Mas... agora há silêncios. E as palavras fazem, ajudam a fazer os silêncios... Eu não tenho nada a dizer e estou dizendo. E isto é poesia, como eu quero agora [Esta tradução foi transcrita diretamente do vídeo da ‘Conferência sobre o nada’, tradução e leitura: Augusto de Campos. Gravado num celular por Vanderley Mendonça em 31 de agosto de 2011 no tuca – são paulo/editado por André Vallias no Rio de Janeiro. O original desta conferência encontra-se em *Silence: lectures and writings* (CAGE, 1961, 2012)].

De improviso, início esta apresentação marcando a trajetória e o percurso desta construção de tese. E escolhi fazê-lo a partir das mudanças e das quedas que ocorreram no título, que delimitam bem todo o processo tanto da construção e da escrita quanto da elaboração do tema e de como ele ganhou forma. O primeiro título escolhido – e que esteve presente no projeto de pesquisa de tese, exigência formal para seleção e entrada no curso de Doutorado que, mais que isso, serve de norteador para os primeiros momentos e movimentos de pesquisa – foi *A radicalização do real na música pós-tonal*. Um

título que tinha uma ênfase muito grande: *radicalização, real, pós-tonal*.

A princípio, me parecia que a música pós-tonal esgarçava a linguagem musical de tal forma que fazia com que isso que é do real tivesse nela maior escuta. Eu ia falar maior visibilidade, referindo-me a esse embricamento, a essa torção entre olhar e voz, indicando, portanto, que, neste momento, eu me baseava no pressuposto que nessa música o real teria maior visibilidade e maior escuta. E logo eu percebi que o tema vem sendo costurado – desde que comecei a pesquisar a música guiada pela psicanálise – pela voz. A voz ganhou, assim, esse destaque acentuado e houve uma primeira queda quanto ao *pós-tonal*. Já que se trata, então, fundamentalmente de uma *radicalização*, de um efeito do *real* na música, é algo que está presente *em toda música*, que está acessível a toda música. Algo que a música dá a ouvir nesse encontro com o real entrelaçado com o simbólico, entrelaçado com o imaginário, que faz com que aquilo que é escutado seja da ordem da invocação.

Com isso, passei a um segundo título: *A voz e a radicalização do real na música: uma escuta, uma escrita*. Essa dimensão de *escuta e escrita* foi sendo construída no trabalho da tese, no trabalho de pesquisa, a partir de um chamamento clínico, de algo que, escutando o sujeito – que foi como e de onde a minha questão partiu, na verdade –, algo ali de um estranhamento que se dá na clínica, me parecia muito próximo ao estranhamento que a música pós-tonal transmite. Algo que faz, que coloca em cena a invocação – pode parecer repetitivo, mas é um ponto que, de fato, vai aparecendo na tese de uma maneira repetida, ganhando novas articulações. Trata-se de uma escuta que, por trazer à dimensão de alteridade a junção de uma invocação a *fazer-com* esta dimensão de alteridade e com a dimensão de voz, uma voz que se torna própria por haver no sujeito um ponto singular a partir do qual ele se coloca, chama uma escrita. Uma escrita pulsional, uma escrita com

voz, uma escrita pela voz, e uma escrita que se apresenta na clínica como uma criação, como uma recriação da própria linguagem, do próprio fazer com a linguagem.

Nessa busca de tecer os temas que foram me marcando, acabou que o real apareceu mais em uma dimensão de ressonância do que em uma dimensão de algo que se mostra radical. Há uma radicalização sim, mas é do *efeito*. Há uma radicalização sim, mas é do próprio movimento do sujeito em poder re-escutar a pulsação que o real traz enquanto orientação, como Lacan nos traz a partir da década de 1970. Essa orientação do real, então, diz de um movimento que o sujeito se deixa ou não – e na clínica nós vemos o “ou não” – se perpassar e que coloca aí já o simbólico e o imaginário em uma concepção borromeana, em movimento.

Com isso, o *real* e a *radicalização* tiveram também no meu título uma nova queda, chegando ao título final: *A voz e a invocação para musicar a vida: ressonâncias entre música e psicanálise*. Então, eu enfatizo aqui esse termo, *ressonância*, que é um termo musical, que é um termo que remete a essa dimensão material da voz, material do som, em se propagar de um elemento a outro, causando essa movimentação em responder em simultaneidade, e que me pareceu muito precioso para pensar o que é próprio da voz invocando, num momento originário, o sujeito – o sujeito do inconsciente – a responder, ele próprio, como uma resposta ao real e ele próprio como uma resposta singular a isso que continua pulsando e que, pela existência de um ponto surdo, como Vivès (2005) coloca, faz com que a ressonância se dê a partir de um vazio. Um vazio que, se pensarmos com Freud (1950[1895]/2006), remete à queda da Coisa, à queda de *das Ding*. E também um vazio da incorporação do objeto *a*, nas coordenadas lacanianas, que faz com que o corpo vire, se torne, melhor dizendo, esse espaço de ressonância, esse espaço de algo a ser dito, redito, mais uma vez dito e redito... Essa ressonância também surgindo aí desse e nesse

ponto vazio que faz com que algo contínuo se torne não mais contínuo exatamente por ação da palavra, por ação da pulsão – que vai sexualizar esse vetor de continuidade, que caminharia para *das Ding*, e que com os ritmos do sujeito, desejantes, vai caminhar com o objeto voz, contornando seu vazio, não mais, assim, em uma direção mortífera e unificante.

Daí essa ideia de pensar e trabalhar a música, e especialmente a música de Schönberg e de John Cage – a música produzida a partir de Schönberg, na qual não há mais a concepção de uma hierarquia, de um centro em torno do qual a música se constrói, de tensões e resoluções, mas uma música que chama mesmo para a dimensão de fazer-com os elementos musicais a cada vez singulares, a cada vez apresentados e sendo dados a ouvir no que eles têm de mais singular – a partir desse movimento de re-escuta e re-criação naquilo que eles traziam um fazer-com os elementos de cada sujeito numa medida de musicar. Não é fazer música, não é algo que estaria destinado, que estaria privilegiado ao fazer artístico, ao artista, ao músico, mas, fazer com esses restos que se inscrevem no contato com a invocação com a voz, no contato com o Outro e com a separação que se dá frente ao Outro, no contato com algo que, da chuva de significante, fez uma primeira escrita com *lalíngua* e com o próprio significante. Algo que se mostra como uma direção clínica, como eu fui apostando mais para o fim da escrita da tese, de que essa possibilidade de musicar, de se colocar em movimento, de se colocar em ato de uma maneira desejante com esses restos pulsantes do que foi do Outro escutado, se dê a cada vez, com cada sujeito em sessão, com cada caso clínico. Algo que se mostra como uma aposta de uma re-escuta, re-criação, re-escuta, re-criação...

Nesse sentido, a psicanálise lacianiana nos convoca a pensar essa dimensão que a linguagem tem – e aqui o termo radicalmente pode voltar – de chamar ao improviso. Trago

a ideia de que “improvisar começa por um sim” – frase que escutei há pouco tempo, que me fez questão, e que me parece dizer muito desta tese. Improvisar começa por um sim. E esse sim, se formos pensar nos primórdios do sujeito, é o sim da *Bejahung*, é o sim que pressupõe e já antecipa e chama *Ausstossung*, um não, e também esse movimento de ouvir, ser ouvido, se fazer ouvir num contínuo, porque há um corte. Esse contínuo, ele só pode de fato ser sustentado porque houve sim e não, fechamento e abertura do circuito pulsional. Então, podemos escutar isso no cotidiano, na arte, na clínica, muito especialmente – que é o campo que nos interessa. Ouvir, ser ouvido, se fazer ouvir, ouvir, ser ouvido, se fazer ouvir, 1, 2, 3, 1, 2, 3, 1... é musical! E tem espaço aí, tem vazio entre 1, 2, 3, 1, 2, 3, 1, ouvir, ser ouvido, se fazer ouvir, que é por onde o sujeito se coloca e responde ao Outro, esperando uma resposta ao *Che vuoi?* (Que queres?), e não escuta uma resposta pronta, definitiva, se relança – 1, 2, 3, 1, 2, 3, 1... passos... – e faz música com isso sem ser necessariamente artista. É algo pulsante, vivo, que a música nos mostra e faz ouvir. E ainda mais em uma música como a de Schönberg e a de John Cage, na qual o acaso está em questão vivamente, que o acaso é um dos elementos principais – o acaso se for pensado como encontro com pedaços de real. Mais lacaniano do que isso, só mesmo Lacan... É algo mesmo de invenção nos vazios do próprio movimento da pulsão invocante. Ouvir, ser ouvido, se fazer ouvir, ouvir, ser ouvido, se fazer ouvir, ouvir?... , se fazer ouvir?... , em ressonância.

Essa possibilidade de poder se apropriar, de incorporar a voz para se apropriar da linguagem e fazer com os outros, numa dimensão poética, escritas que se tornam infinitas, dessa maneira, escritas que ressoam, escritas que chamam o acaso e que, necessariamente, colocam em jogo esse improviso, esse risco que é falar a partir de ouvir, ser ouvido, se fazer ouvir. Criações, variações, para além das repetições. Ressoando. Ressonâncias que

acentuam a pulsação, o movimento e o improviso. Isso posto que haja, no próprio sujeito, o efeito de uma ressonância originária entre real, simbólico e imaginário que, com voz, invocam e fazem ritmo, timbre, singularidade.

Pensar, então, em John Cage e Schönberg como paradigma me faz dizer, mais uma vez, essa frase de Cage, que acredito que diz muito da clínica: “eu não tenho nada a dizer e estou dizendo”.

Reflexões em *après-coup*

Passados alguns meses da defesa da tese, transcrevê-la aqui me faz recorrer aos papéis escritos durante a intervenção da banca e, para além da resposta a ela dada no momento mesmo da defesa, tecer uma nova resposta, em uma ressonância *après-coup* às dadas naquele momento. Um breve comentário, agradecido e por tais intervenções inspirado, quanto ao que cada um destes psicanalistas pôde escutar do trabalho de escrita da tese.

Improviso a duas vozes com Jean-Michel Vivès

A música nos faz lembrar que esquecer é inesquecível. Ela atira o sujeito, com sua polifonia, sua ressonância, sua sincronia, sua harmonia, no campo da invocação. Esquecer é inesquecível. No ponto mesmo em que o sujeito pôde esquecer, mas não de todo, a voz do Outro para assim cunhar sua própria voz, sua voz singular, a música o toca, a música ressoa, a música exige uma re-criação, e não uma repetição. Não esquecer que se esqueceu, que se perdeu a voz no momento de sua incorporação. Esta aí uma das forças em jogo na música.

Em sua intervenção, Jean-Michel Vivès teve um movimento similar: de fazer lembrar o que foi escrito e que, diante do impossível de esquecer, estruturante por definição, nos põe a falar, pesquisar, musicar, a continuar a pesquisar... Enfatizando aspectos clínicos e metapsicológicos da tese, Vivès transcorreu com fluidez musical o tema da voz no mo-

mento originário do sujeito e em seus efeitos, passando pelo *schofar* e a voz de Deus e trazendo contribuições originais quanto aos dois tipos e aos três tempos da voz.

Assim, Vivès bem indicou a particularidade do som primeiro: antes do grito, fundamental na lógica freudiana da emergência do sujeito, o corpo ressoa. E ressoa a um som indizível, mas audível, *Aleph* impronunciável, que cairá como objeto *a*. Este som pode ser evocado pela música, de modo intraduzível, indicando a possibilidade de se cunhar um nome próprio, uma segunda nota.

Metaforicamente, e é deste modo que Lacan, em *O Seminário, Livro 10 – A angústia*, de 1962-1963 (LACAN, 2005), delimita inicialmente o campo da voz com o *schofar*, a música da voz divida produz um *Fiat Lux*, mais que isso, um *Fiat Vox*, luz que faz dia, que faz oposição significativa, que invoca voz. Lacan aborda mais especificamente o “Fiat Lux” da linguagem por ocasião do Seminário *O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*, de 1954-1955 (LACAN, 1985). Alternância que faz corte no contínuo, fazendo emergir o descontínuo, o canto e o contracanto, duas vozes, a partir de dois furos simultâneos: do simbólico no real e do real no simbólico. Surge, ainda, segundo Vivès, a dimensão do silêncio, em três tempos: o inaudito, o real sonoro simbolizado e o ponto surdo, o que implica diferentes posições possíveis diante do Outro. Há, portanto, um silêncio que se torna audível por efeito retroativo de um silêncio que se instaura pelo excesso traumático do encontro entre real e simbólico para o *infans*, algo que o estrutura e que exige, como resposta, a inscrição da linguagem pela criação da metáfora e da metonímia, que forjam uma escrita possível.

Vivès propõe que, a partir da temática do *schofar* em Lacan, podemos chegar à lógica da passagem da voz de Deus enquanto presente e sonora para uma voz silenciosa, isso por um esquecido esquecível (*oubli oubliable*) da fala e um esquecido inesquecível (*oubli inoubliable*) da música e pela introdução do

ritmo, que efetua a articulação entre contínuo e descontínuo. É desta forma, então, por uma nova criação não silenciosa e não repetitiva, ritmada e melódica, sonora, que a música vai nos lembrar de que esquecer é inesquecível. Ou, em outras palavras, nos termos de Freud (2006), que há *Bejahung* e também *Ausstossung*, que houve um contínuo sim que se tornou descontínuo por um não, trazendo, com isso, a alternância, a diacronia, a fala, a polifonia, a variação, o novo.

Os três tempos da voz implicariam, assim, em um momento inicial de furo no real, momento da criação em ressonância de *Bejahung* e *Ausstossung*, de um real humanizado, que, num segundo tempo, o do trauma, produz uma voz foracluída e, além disso, a raiz do supereu persecutor em um silêncio completo, que impõe forçosamente uma resolução (ainda que esta possa vir a não ocorrer). O terceiro tempo seria o da saída pelo grito, pela metáfora, pelo ponto surdo, que criam um silêncio do recalque original e que permitem a criação de uma voz singular do sujeito.

Há, portanto, uma voz silenciosa, um chamamento puro ao advento do sujeito pela aparição do real em ressonância com a palavra, e uma voz pela palavra, que dá uma forma possível ao real que ali apareceu. Tal ressonância entre real e palavra, linguagem, só ocorre porque se dá pelo corpo, porque o corpo lhe é sensível – a pulsão sendo, aí, um eco de tal ressonância, o que tem, por efeito, o ato da fala. Assim, tal voz silenciosa invoca a emergência do humano, invoca uma primeira nomeação, mesmo que esta não seja suficiente, exigindo outros momentos e outros movimentos do sujeito.

Um último ponto ressaltado no *duo* com Vivès foi a dimensão de esperança que se apresenta como uma suposição e uma aposta na invocação, indo além destas duas últimas. Uma esperança, portanto, que é iminente à voz silenciosa e que atua como um vetor que, do impossível, do inesperado, do inaudito, convoca um sujeito a emergir.

Provocações escópico-invocantes de Tania Rivera

A interlocução com Tania Rivera – psicanalista com ampla discussão pelo campo das artes, sobretudo as artes plásticas e a literatura, que foi o único docente que esteve presente tanto em minha qualificação quanto na defesa da tese – foi em tom de *provocações* e notas dissonantes, de precisões e contribuições harmônicas. Ainda, de escuta para o que de escópico se fez presente, pelo não dito, não escrito, em meu texto. Se, por um lado, nele foi enfatizada a presença e a ausência na música disso que é ubíquo – o real que está sempre em causa –, Rivera pôde destacar que aquilo que escapa, que resta, é o que faz gerar novos movimentos para o sujeito.

A solidariedade íntima das pulsões, já dizia Lacan (1998). A articulação entre o campo sonoro e seu espaço com o campo escópico e sua temporalidade, que Tania Rivera enfatiza e valoriza indicando em sua intervenção a obra *Estudo para o Espaço*, de Cildo Meireles, de 1969 (MEIRELES, 2012). Nesta peça, vemos uma folha em branco com um texto datilografado: “estudo para área: por meios acústicos (sons), escolha um local (cidade ou campo), pare e concentre-se atentamente nos sons que você percebe, desde os próximos aos longínquos”. Solidariedade entre espaço e tempo que Schönberg igualmente localiza e enfatiza ao falar em um espaço sonoro que a música cria e disponibiliza a músicos e ouvintes. Uma construção do espaço sonoro que se dá pelo aspecto mais real do imaginário.

Quanto à voz, uma provocação fundamental me foi colocada por Tania Rivera: o que seria uma voz própria; ela, de fato, existe? A voz do sujeito, uma voz singular, só é possível enquanto apropriação, enquanto incorporação, responde Rivera, lembrando que nunca ouvimos a “própria voz” quando falamos, o que, mesmo acústica e anatomicamente, é impossível. A voz que emitimos é ouvida, tanto por nós como pelos outros, na caixa de ressonância do sistema auditivo.

Não apenas para falar, mas também para ouvir a si e ao outro, é preciso haver um ponto surdo, uma separação, um descontínuo.

A voz singular de um sujeito não lhe é própria, nem no sentido de que lhe pertence exclusivamente, nem tampouco no sentido que tal termo, no francês, pode evocar: *voix propre* traz uma equivocação entre própria e limpa, uma segunda tradução possível para *propre*. A voz do sujeito traz ruídos, ela traz uma certa estranheza, efeito da incorporação e apropriação da voz, ou seja, efeito de tomar a fala do outro, e do Outro, apropriando-a, o que torna possível *uma* fala, *uma* voz, e mesmo o fazer com a linguagem, seja pela sátira, pela paródia, pela ironia, pelo neologismo e tantos outros recursos e arranjos linguísticos. A apropriação permite torções, vibrações, pulsações, criações. O novo surge na torção, pelo rearranjo.

Há, assim, uma dimensão iminente de polifonia da fala e mesmo na estrutura da linguagem, que o equívoco elucida, apontando que as palavras carregam vozes nelas mesmas. Há o equívoco na voz, e isso ressoa. Por ressoar, de modo material e imaterial, há transmissão da voz, há invocação.

Rivera pontua ainda três vozes em causa na psicanálise lacaniana: a voz de Lacan (que marca sua presença enquanto analista e que, ausente e imaterial, ressoa na transmissão de sua obra); a voz do analista (enquanto aposta – ponta aguda do simbólico – que cria uma espera e causa a fala do analisante); e a voz do analisante (que, pela associação livre, pode dar corpo a sua voz em uma posição singular). A análise poderia, assim, ser tomada metaforicamente a partir da imagem da caixa de ressonância, na qual a voz do analisante seria ouvida na medida de se invocar uma transverberação, de se fazer transverberar como no neologismo de Guimarães Rosa (1988, sobre esta ideia de transverberação a partir de uma leitura psicanalítica da obra de Guimarães Rosa, ver: RIVERA, 2005).

Pensar a voz pela psicanálise lacaniana nos viabiliza, assim, tomar a invocação pas-

sando pela equivocação e pela transmissão, por real, simbólico e imaginário em seus enodamentos e torções. Pensar a música pela psicanálise lacaniana nos leva a ver o ato de velar e desvelar a voz que ela põe em causa: encobrir “A” voz, dando um lugar ao sujeito, e desvelá-la, promovendo uma quebra, uma ruptura, que explode revelando a polifonia do campo vocal e invocando uma nova criação, um novo arranjo possível, passando pelo esvaziamento do sentido.

Como uma última provocação, Rivera ressalta que o arranjo que se apresenta no “musicar a vida”, em um se fazer música, assim como no “dançar a vida” de Alain Didier-Weill (2010), traz um risco, que na língua portuguesa se mostra mais evidente com a expressão popular “a gente dança”. Se algo dá errado, “a gente dança”.

Piano a quatro mãos com Heloisa Caldas

Sonata, cantata, tocata... Polifonia: vozes e decantar, encantar... Voz como causa. *Falasser* e corpo – ressonância e efeitos do trabalho analítico no corpo. Solidariedade íntima das pulsões e torção, voz, olhar, invocante, escópico. Torção barroca entre sonata, cantata e tocata... som, canto, tocar... corpo... O que convida a incluir na clínica uma polifonia. Uma polifonia que passa pelo objeto *a* e como ele chama escritas – que se fazem, necessariamente, apagando algo – e que, mais que isso, localiza o singular do gozo.

Nessa escrita, não sem gozo e pressupondo o apagamento, é possível propor uma brincadeira com a linguagem entre os termos atonal, ato analítico e clave. Heloisa Caldas havia colocado como questão se o ato analítico não seria ele mesmo atonalismo. Há algo no momento da entrada do sujeito na linguagem, na resposta ao improviso originário, *sim*, e que dá início à valsa “ouvir, ser ouvido, se fazer ouvir”, que já diz nessa elaboração de uma resposta de uma clave. O que poderia dar, como efeito do trabalho em uma análise, um contorno às tônicas e claves do próprio sujeito a cada momento de seu

percurso com improvisado que se dá entre analisante-analista. O sujeito, *sim*, tem clave, e o ato atonal analítico vem fazer com que essa clave não seja apenas uma clave em pentagrama, com suas cinco linhas e espaços, que ela possa ser uma partitura, como as composições e invenções de John Cage, em que o sujeito possa fazer com suas notas e, em análise, para uma leitura-escuta. Pela análise, fazer com a clave, *saber-faze-aí* pela clave.

Na clínica, quem musica é aquele que fala, e que o faz causado pela voz. E musica a partir de sua voz singular (e pelo gozo que é próprio ao sujeito), com suas tônicas, claves, construindo uma escrita, não sem um traço anterior. Uma escrita que faz com a repetição para além do mesmo. Escrita do necessário, do impossível, pela contingência. Escrita que faz, outra coisa, com a perda, com a extração do objeto *a*, que faz borda e bordado, criando em torno do vazio.

Poder escutar a dimensão de tocata na clínica é poder manejar transferencialmente com isso que é de radical – e novamente este termo pode ser aqui recuperado – do sujeito: seu gozo, não se esquivando dele nem tampouco do corpo. O analista, assim, ele próprio, nessa presença, chamaria para a atonalidade. Não porque o sujeito seja atonal – o sujeito do inconsciente enquanto conceito pode ser, talvez, atonal –, mas pela própria atonalidade do ato. O sujeito singular que escutamos na clínica tem clave. Com isso, podemos pensar que clave é essa, que borda é essa que se coloca para cada sujeito e como que o objeto, não somente a voz, e o saber-fazer com o objeto pode invocar que essa borda seja redesenhada na análise. Pode vir daí, do trabalho atonal sobre a clave – ainda que em movimentos tônicos –, o efeito do singular da voz em uma dimensão de construção de um nome próprio.

Ressaltando a dimensão de entusiasmo como efeito do trabalho analítico, defendida na tese, Heloisa lembra que, segundo Lacan (1993), o sujeito é sempre feliz. O sujeito faz com seu afeto, podendo, na clínica, chegar

a um *gay-savoir*, sendo a alegria, assim, um acontecimento do corpo, um passo (de dança, talvez, com a linguagem) além da repetição, com aquilo que há, com a clave, abrindo-se ao novo, ao inaudito.

Deste modo, a interpretação, mesmo atonal, não seria toda aberta, em todas as direções e tons. Ela possui uma visada ética, que passa pelo não sentido, o *non-sense*, tocando o eco da pulsão no corpo, e invocando uma nova posição ou a produção de algo novo. No um a um da clínica analítica. Escutar essa música do sujeito em análise no que ele é musicado e no que ele pode musicar e remuscar, sendo este remuscar passando pelo incurável, remusicando apesar e com o incurável.

Música feita de imagens e escritas com Ana Costa

Logo de início, a intervenção de Ana Costa me toca com uma imagem, uma cena que ela desenha ao falar do silêncio do entardecer, desse espaço de um “entre”, espaço vazio, silencioso, entre a música do dia () música da noite. Trago aqui transcritas as palavras ditas por Ana nesse momento:

A primeira ressonância, então, toca o silêncio. Uma imagem me veio, eu que sou lá do Sul, da fronteira, do campo. E uma coisa que sempre me chamou muita atenção e que me provocou desde criança é o silêncio absoluto que acontece ao entardecer, quando o dia se vai e a noite ainda não veio. É como uma mudança de música, da música do dia para a música da noite. E também tem o silêncio.

Músicas e escritas. Falas. Silêncio e voz.

O que é possível de se escutar no “entre”, no silêncio? A voz, não seria ela transmitida nesse espaço de vazio, de silêncio polifônico?

A voz é polifônica. Ela repercute, ela percute: percussão. Percussão que se faz com e no corpo, voz que se incorpora. Voz do analisante que re-percute no corpo do analista, em sua presença. *Efeitos* da voz e do corpo

do analista, que escuta a polifonia elevada a inúmeras potências. Se a voz é polifônica, o analista escuta, com o corpo (presença), as polifonias da polifonia. Até mesmo da polifonia ausente, objeto voz caído do corpo que faz voz.

Polifonia que, no entanto, traz uma marca do sujeito, abrindo para a construção de um estilo e que, materialmente, se apresenta no sotaque – interdição das outras línguas pela incorporação da língua nativa em *um* sujeito – e, imaterialmente, no timbre – presença radicalmente singular de um sujeito com sua voz.

Vazio que é cavado e que faz ressoar. Amuro, muro da linguagem que, por uma torção, *a-muro*, diz da convocação e da invocação à fala. “Eu falo aos muros”, diz Lacan (1971-1972/Inédito) a uma audiência silenciosa. Ainda assim, e mesmo assim, há transmissão. Porque isso ressoa. Porque o silêncio se faz na presença, pressupondo uma ausência. E porque há traços no muro, da linguagem, do além da linguagem. Traços que se apresentam em corpo, chamando a um falar, e ainda, e ainda... posto que algo escapa.

O que insiste, o que escapa... Como tratar? Na clínica, isso que insiste e escapa precisa encontrar o ato do analista – isso invoca a escuta e o ato analítico, invoca uma resposta com voz.

A voz recolocando em questão o movimento pulsional e a torção entre amuro e escrita. *Desafios* de uma produção em análise, do ato analítico, que possibilita um engate no amuro daquilo que ressoa para que, pelo amor – amor de transferência –, isso tenha efeito. Uma escrita da voz no corpo e o que dela retorna, ressoa, quando falamos com nosso corpo.

Reflexões finais

As construções possíveis que são feitas ao longo de um percurso, em especial as tecidas a partir de uma pesquisa, evidenciam ressonâncias entre aquilo que causa um sujeito – colocando-o em movimento e em criação a

partir de escolhas, de quedas e do novo que daí surge em contato com um determinado tema – os diálogos construídos no encontro com outros – e, não sem consequências, com o Outro – e a transmissão que daí se efetua, atravessando este sujeito –, aí em uma posição de pesquisador. Transmissão, no caso de um doutorado em psicanálise, que parte da clínica a ela retornando, tendo, fundamentalmente, reverberações diretas com a teoria, uma vez que a tese aí se coloca como efeito.

Apesar de todas as tensões passíveis de existir e de se apresentar entre a psicanálise e o meio acadêmico – e não nos esqueçamos que os discursos de cada um deles são distintos, o discurso do analista e o discurso universitário, como propostos por Lacan (1992)–, um escrito elaborado no espaço que a academia viabiliza, quando atravessado pela psicanálise, pode dar a ouvir uma apropriação desse próprio espaço. Com isso, abre-se um modo de fazer repercutir o que de uma reflexão teórica pode fazer avançar a clínica. Abre-se um modo de *fazer com* a psicanálise na universidade, o que não implica em *fazer psicanálise* nem tomar a universidade como vetor e como fim. Fazer ouvir, na universidade e para além dela, a voz da psicanálise.

Assim, no percurso de trabalho, pesquisa e escrita desta tese – nos muitos diálogos proporcionados pela academia com outros psicanalistas, bem como outros diálogos feitos diretamente com estes sem o intermédio do meio acadêmico, e na escuta na clínica, que permaneceu em causa e em ato –, pôde surgir uma proposta de direção para a clínica psicanalítica. Uma proposta que passa pela invocação de musicar a vida, recolocando, em uma posição nova para o sujeito, a invocação mais primordial da voz: a de tornar-se humano em uma melódica, por vezes ruidosa, dança entre *ouvir*, *ser ouvido* e *se fazer ouvir*. Algo que é próprio à vida e que a psicanálise acolhe em seus impasses para que o movimento singular do sujeito possa ser relançado.

Uma vez mais, neste movimento *après-coup* de refletir e escrever sobre o que se inscreveu da tese, mais especificamente em sua defesa, recorro a palavras que não são minhas, delas me apropriando, talvez. Recorro, destarte, ao escritor catalão Enrique Vila-Matas em entrevista publicada em primeiro de julho de 2012 no jornal *O Globo* (2012), que poderia bem sintetizar parte das ideias contidas na invocação para musicar a vida. Com elas, fecho este escrito: “Naturalmente, penso como seria escrever apenas na vida. Para mim, literatura e vida vão unidas. Estão tão ligadas que é difícil separá-las. Mas, supondo que eu deixasse de escrever, passaria cinco anos passeando por Barcelona, e as pessoas me parariam pelas ruas e me perguntariam: ‘Por que não escreve mais?’ E eu adoraria fazer o extraordinário teatro de responder com uma frase de Marcel Duchamp, quando um amigo perguntou a ele por que não fazia mais nenhuma obra artística: ‘Mas o que você quer que eu faça? Não tenho ideias. Fiquei sem ideias.’ E, assim, continuaria escrevendo, mesmo que fosse só na vida, e não no papel” (VILA-MATAS, 2012).

Abstract

Having as a starting point the discourse made for the doctoral thesis defence “The voice and the invocation to music the life: resonances between music and psychoanalysis”, the text presents the construction of this thesis by highlighting the falls and alterations of its title, proposing, as a consequence, a reflection on the articulation between the psychoanalysis and the music. It is focused the concepts of the psychoanalytical object ‘voice’, the invocatory drive and the structural resonance between real, symbolic and imaginary in the creation of a singular voice, timbre and rhythm of the subject. At the end, an answer to the intervention of the jury of defence is elaborated.

Keywords: *Music, Psychoanalysis, Voice, Improvisation.*

Referências

CAGE, J. *Silence: lectures and writings*. New England, USA: Wesleyan University, 1961.

CAGE, J. *Conferência sobre o nada*. Tradução e leitura: Augusto de Campos. <http://www.erratica.com.br/opus/110/nada.html>. Acessado em 5/10/2012.

DIDIER-WEILL, A. *Un mystère plus lointain que l'inconscient*. Paris: Aubier, 2010.

FREUD, S. (1950[1895]). Proyecto de psicología. In: FREUD, Sigmund. *Obras completas*, v.1. Buenos Aires: Amorrortu, 2006, p.323-446.

LACAN, J. (1954-1955). *O seminário, livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

LACAN, J. (1962-1963). *O seminário, livro 10: a angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

LACAN, J. (1964). *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, J. (1969-1970). *O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

LACAN, J. (1971-1972) *O seminário, livro 19 – O saber do psicanalista*. Inédito.

LACAN, J. (1974) *Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

MATTOS, R. *A voz e invocação para musicar a vida: ressonâncias entre psicanálise e música*. (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

MATTOS, R. ; VIVÈS, J.-M. *et al*. Gravação da defesa de tese *A voz e invocação para musicar a vida: ressonâncias entre psicanálise e música*. 03 de novembro de 2011. Inédito.

MEIRELES, C. *Estudo para o espaço*. <http://www.fundacaobienal.art.br/7bienalmercosul/en/cildo-meireles>. Acessado em 15/10/2012.

RIVERA, T. Guimarães Rosa e a Psicanálise. *Ensaio sobre imagem e escrita*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

ROSA, J. G.. O espelho. In: ROSA, J. G. *Primeiras histórias*. 28. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p.65-72.

SOUSA, E. L. A. *Uma invenção da utopia*. São Paulo: Lumme, 2007.

VILA-MATAS, E. *Vila-Matas fala de sua escrita de liberdade e fracasso*. Entrevista dada ao jornal *O Globo*. 01 de julho de 2012. <http://oglobo.globo.com/flip-2012/vila-matas-fala-de-sua-escrita-de-liberdade-fracasso-5362319>. Acessado em 5/10/2012.

VIVÈS, J.-M. Pour introduire la question du point sourd. In: *Psychologie clinique – La voix dans la rencontre clinique*. Nouvelle série, n.19, p.9-20. Paris: L'Harmattan, 2005.

RECEBIDO: 21/08/2012

APROVADO: 22/10/2012

SOBRE A AUTORA

Renata Mattos

Psicanalista. Psicóloga (UFF), Especialista em Psicanálise e Laço Social (UFF), Mestre em Cognição e Linguagem (UENF) e Doutora em Pesquisa e Clínica em Psicanálise (UERJ), tendo feito estágio de doutorado com bolsa PDEE/CAPES na Université de Nice Sophia-Antipolis.

Endereço para correspondência:

Rua Tamoios, 200 – São Francisco
24360-380 – Niterói/RJ
E-mail: renatamattos.rm@gmail.com

Sobre psicanálise, oralidade e odontologia

About Psychoanalysis, orality and Dentistry

Ricardo Azevedo Barreto

*Agradeço à professora Dra. Marlene Guirado
pela dedicada orientação
no doutorado.*

Resumo

Este artigo é uma parte de um dos capítulos da tese de doutorado “Uma análise institucional do discurso em grupo com dentistas: cenas e posições”, defendida em 2010 no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo por Ricardo Azevedo Barreto sob a orientação de Dra. Marlene Guirado. O texto refere-se à seção do capítulo “Psicanálise, Psicologia e Odontologia: algumas considerações necessárias” denominada “Sobre psicanálise, oralidade e odontologia”, que apresenta algumas relações entre psicanálise e odontologia.

Palavras-chave: Psicanálise, Oralidade, Odontologia.

Inicialmente, procuramos acompanhar *o lugar da boca e da dentição em alguns posicionamentos que tomam uma perspectiva da Psicanálise*, área *psi* com construções teóricas importantes sobre a oralidade. Destaquemos que, neste eixo, não há, na cena discursiva, diretamente a Odontologia por parte do que apresentaremos com base em nossos interlocutores. Numa segunda corrente de ideias, nós nos endereçamos a *considerações da Psicanálise em que há uma presença clara de um lugar para seus contatos com a Odontologia e sua reflexão sobre as relações nesta área de atuação*.

Reportemo-nos, em princípio, ao pai da psicanálise. Freud não desenvolve um trabalho específico no terreno da Odontologia, mas se refere desde muito cedo em sua obra (1905/1980) a uma sexualidade infantil. Entre os aspectos que comenta, delineia um lugar para a sexualidade oral.

Sabemos que, na perspectiva freudiana, o desenvolvimento psicosssexual é crivo para a compreensão do ser humano. A fase oral é a

primeira de uma série e marca o contato do bebê com o mundo ao nascer. Podemos falar psicanaliticamente que o seio não é apenas provedor de alimento, necessário à sobrevivência, mas é fonte de prazer. Com os dentes, a atividade psíquica se incrementa. Como há possibilidades de idas e vindas no desenvolvimento, podemos falar de pontos de fixação e regressão à fase oral e dimensões da oralidade em algumas psicopatologias.

De acordo com Abraham (1970), existe uma diferenciação na fase oral. No primeiro nível, a libido liga-se ao sugar, e o ato é de incorporação. A criança não distingue o seu eu do mundo externo. Não há sentimentos de ódio e amor. Não existe ainda a ambivalência. No segundo nível, sádico-oral, o sugar é trocado pelo morder. Há predominância de impulsos de canibalismo. A criança, ao se atrair por um objeto, tem a tendência de destruí-lo. Há o desenvolvimento da ambivalência.

Em uma perspectiva kleiniana, podemos falar, com base em Kristeva (2002), que as

relações de objeto ocorrem desde o início da existência. O objeto primário é o seio da mãe. Em princípio, para o bebê, existe uma divisão entre a experiência do seio (diríamos: ou mamada) sentido como bom, que gratifica, e o seio sentido como ruim, que frustra. Há, no início, uma separação entre amor e ódio com situações ansiógenas e defesas de uma posição chamada de esquizoparanoide. Com o tempo, há uma integração, por meio de uma noção de objeto total, bem como uma dinâmica psíquica mais madura em que há a descoberta pelo bebê de sua realidade psíquica própria. É a posição depressiva. Podemos ainda mencionar que essas posições são intercambiáveis no decorrer da vida.

As contribuições acerca da oralidade e os simbolismos inconscientes da boca e dos dentes são comuns entre os psicanalistas. Saimovici e Saimovici (1972) relatam, por exemplo, fantasias de vagina dentada, uma relação simbólica entre dente e pênis, bem como o significado da dentição e dos dentes nas obras de diferentes psicanalistas.

Giron (1988), ao falar do simbolismo onírico dos dentes, menciona que, na perspectiva freudiana, a “queda do dente” teria significado de castração ou desta como castigo em função da masturbação. Em sonhos de mulheres, o dente teria o significado de nascimento. A respeito da primeira dentição, esta seria associada à separação entre prazer e função alimentar de autoconservação, bem como ao surgimento de impulsos de sadismo na fase oral. Sobre a segunda dentição, ela se instalaria em conexão com o desenvolvimento sexual.

Aberastury (1992) menciona sintomas comuns ao lactente no primeiro ano de vida (segunda metade deste) que recebeu o rótulo de transtornos de dentição. A autora (1996) refere-se a alterações no sono, entre outros aspectos emocionais relacionados à dentição. Para ela, o nascimento dos dentes de um bebê se associa ao aumento das tendências agressivas. Também relaciona dentes a uma visão de genitalidade.

Barreto (2002) refere-se à perspectiva freudiana de desenvolvimento psicosssexual, retomando explicações de Davidoff, Hall e Lindzey, Fadiman e Frager. É desenhado que, na fase oral, em torno do primeiro ano de existência, há obtenção de prazer por meio da cavidade oral e dos lábios. A alimentação, por intermédio do seio e da mamadeira, cumpre não apenas uma função de sobrevivência, mas é provedora de conforto e carinho. Com o surgimento dos dentes, incluem-se morder e mastigar, atos através dos quais haveria liberação da agressividade. Há referência ainda ao desmame como desafio e a traços orais em adultos, como dependência, comer excessivo e fumar.

Conforme percebemos, a Psicanálise contorna uma posição especial à boca e aos dentes, entendendo-os sob o crivo de noções como fase oral, inconsciente e sexualidade nas quais se incluem ideias sobre genitalidade e castração. Apesar de sabermos das diferenças teóricas entre os autores da área, e não nos debruçarmos sobre esses meandros, o que ressaltamos é que, no discurso da Psicanálise, há a legitimação de um lugar especial para a boca e os dentes, para a oralidade, entendida como instauradora do contato do bebê que nasce com o mundo, fundamental para a constituição do psiquismo.

Pensamos ainda que este lugar discursivo para a oralidade tem desdobramentos instigantes ao ser reposicionado na Odontologia, havendo uma compreensão dos acontecimentos odontológicos com base em noções psicanalíticas clássicas.

Neste momento, mencionaremos algumas contribuições pelo ângulo da Psicanálise no que tange a *um lugar discursivo para a Odontologia e as relações nesta área de atuação*. Para tal interlocução, alguns autores supracitados serão reinsertados na cena que se constitui em discurso.

Nas fronteiras da América Latina, mais especificamente na Argentina, ressaltamos a inventividade de Aberastury. No entanto, não é só com esta autora que vemos a impor-

tância e o pioneirismo argentino nas contribuições da Psicanálise à Odontologia.

Podemos referir-nos, segundo Aberastury (1992, 1996), há muito tempo, a uma colaboração de dentistas, pediatras e psicanalistas de crianças. A autora explicita não crer estar equivocada ao afirmar que, em seu país, pela primeira vez, profissionais da Odontopediatria solicitaram informações, bem como se aproximaram da análise.

Por meio da Psicanálise, a autora propõe contribuições que nos ajudariam a pensar sobre as relações na Odontologia a partir de um referencial psicanalítico. Aberastury (1996) compreende a angústia odontológica, associando-a à significação inconsciente e diz:

A angústia despertada pelo tratamento odontológico é de tipo irracional, pois nada do que acontece durante um tratamento dessa índole explica a intensidade da angústia que desperta, nem as reações que se observam [...] Com frequência, somos inteirados de que pessoas que sofreram operações estoicamente ou mulheres que suportaram partos complicados e que, em geral, tinham enfrentado com valentia situações difíceis na vida, paradoxalmente demonstram uma estranha incapacidade para enfrentar um tratamento odontológico. Em consequência dessas angústias, costumam esquecer a hora marcada antecipadamente, depois de um exame odontológico, chegar tarde e até preferem mentir ao dentista sobre o motivo de sua ausência, embora tenham perfeita consciência da irracionalidade de sua conduta [...] (ABERASTURY, 1996, p.103).

Percebemos que, muitas vezes, as interfaces que se estabelecem entre Psicanálise e Odontologia situam-se entre as margens do lugar discursivo da oralidade e de suas ressignificações, o que também reconhecemos em nosso próprio dizer:

É indubitável que a fase oral é uma das mais importantes para a Odontologia. Esta pro-

fissão exerce suas atividades predominantemente na boca, isto é, lida diretamente com os significados da oralidade nos contatos. Além disso, o prolongamento da amamentação (natural e/ou artificial), bem como o uso de substitutos (chupeta, polegar e paninhos), pode ser a base para problemas odontológicos (BARRETO, 2002, p.32).

Sobre os significados estabelecidos para a fase oral na relação dentista-paciente, também apresentamos:

O conhecimento desta fase é ainda de grande valor para a aproximação inicial entre dentista e paciente. O bebê na fase oral pode colocar coisas na boca, como brinquedos, e tem geralmente uma forte dependência do acompanhante. Quando tem dentes, suas atividades são incrementadas pelo morder e mastigar, o que expressa constantemente nas relações (BARRETO, 2002, p.32).

Por outro lado, entre os diversos conceitos da Psicanálise posicionados no contexto da Odontologia, podemos marcar que frequentemente aparecem as ideias de transferência e contratransferência que salientam a reedição do passado nas relações atuais:

A **transferência** é um acontecimento presente no relacionamento entre duas ou mais pessoas e que, pela intensidade e irracionalidade com que se apresenta, não pode ser explicado com base na situação atual, estando relacionado a vivências anteriores a esta, normalmente referentes às primeiras vinculações. No contexto dos atendimentos, pode se manifestar em atitudes positivas ou negativas em relação ao profissional. Como exemplos de transferência positiva, temos casos de pacientes que atribuem ao dentista propriedades onipotentes [...] ou aqueles que se dizem apaixonados pelo (a) dentista [...] A transferência negativa pode ser caracterizada por sentimentos de desconfiança, inveja, desprezo e irritação [...] (EMÍLIO-MARCHIONI, 2002, p.35).

A **contratransferência**, por outro lado, refere-se às emoções despertadas no profissional, como resposta aos movimentos afetivos de seu paciente, e que também estão vinculadas às vivências anteriores do primeiro. Esta pode ser positiva ou negativa. Por exemplo, uma dentista que está sendo constantemente assediada por seu paciente pode desejar concluir rapidamente o tratamento para ficar livre do assédio ou então desmarcar as consultas com este (EMÍLIO-MARCHIONI, 2002, p.36).

Barreto e Guirado (2009), em uma visão psicanalítica distinta da habitual, já no termo da Análise Institucional do Discurso, falam sobre Psicanálise e Odontologia na rebeldia inconsciente:

[...] Em vez da obrigatoriedade de aproximações de noções como as de pulsão e recalque, entre outras clássicas à obra freudiana, aportes epistemológicos externos ao campo psi mobilizam o lugar psicanalítico [...] Localizemos: rebeldia na e da Psicanálise reconhecida com força instituinte. Não foi essa uma das grandes lições de Freud ao revisar tantas e tantas vezes seus conceitos?! (BARRETO; GUIRADO, 2009, p. 150).

Conforme percebemos na literatura consultada, em *alguns* movimentos de contato entre Psicanálise e Odontologia, conceitos psicanalíticos passam a ser significados, ou aplicados, na Odontologia, imprimindo nesta área noções muito importantes entre os psicanalistas e os rumos das aproximações entre essas instituições distintas de conhecimento e práticas com implicações nas relações que se estabelecem no contexto odontológico.

Pensamos ainda que a Psicanálise pode estabelecer interfaces com a Odontologia que problematizem o lugar desta no campo do saber. A referência à oralidade por nós, psicanalistas, em contato com dentistas, não legitimaria a Ciência Dentária, a Odontologia em sua posição tradicional de conhecimento/fazer que *trata dos dentes e da boca*?

Considerações finais

Escutando o escrito acima, redigido em outro momento, podemos ressaltar que a Psicanálise tem múltiplas formas potenciais de se aproximar da Odontologia.

Como a Odontologia contemporânea tem se ampliado para além das ideias de *tratamento dos dentes e da boca*, a reflexão psicanalítica sobre as práticas odontológicas pode aprimorar-se apresentando novos ângulos de análise e temáticas, e não aqueles que são os mais habituais para nós. Dessa forma, as relações entre áreas distintas do conhecimento inovam-se no tom do movimento pulsante que as institui.

Abstract

This paper is part of a chapter of the doctoral thesis "An institutional discourse analysis in dentists' group: scenes and positions" defended at the Institute of Psychology, University of São Paulo in 2010 by Ricardo Azevedo Barreto under the supervision of Dr. Marlene Guirado. The text refers to the part of the chapter "Psychoanalysis, Psychology and Dentistry: some fundamental considerations" called "About Psychoanalysis, orality and Dentistry", which presents some relations between Psychoanalysis and Dentistry.

Keywords: Psychoanalysis, Orality, Dentistry.

Referências

ABERASTURY, A. *Psicanálise da criança – teoria e técnica*. Trad. Ana Lúcia Leite de Campos. Porto Alegre: Artmed, 1992.

ABERASTURY, A. *Abordagens à psicanálise de crianças*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

ABRAHAM, K. *Teoria psicanalítica da libido: sobre o caráter e o desenvolvimento da libido*. Rio de Janeiro: Imago, 1970.

BARRETO, R.A. O desenvolvimento humano e suas interfaces com a Odontopediatria. In: CORRÊA, M.S.N.P. (Org.). *Sucesso no atendimento odontopediátrico – aspectos psicológicos*. São Paulo: Santos, 2002, p.31-35.

BARRETO, R.A.; GUIRADO, M. Psicanálise e Odontologia na rebeldia inconsciente. *Estudos de Psicanálise*, Aracaju, n.32, p.147-152, 2009.

BARRETO, R.A. *Uma análise institucional do discurso em grupo com dentistas: cenas e posições*. 2009. 198 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

EMÍLIO-MARCHIONI, S.A. A formação do vínculo no atendimento odontológico. In: SEGER, L. *Psicologia e odontologia: uma abordagem integradora*. 4. ed. São Paulo: Santos, 2002, p.31-42.

FREUD, S. (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In FREUD, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v.7. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

GIRON, M.C.C. *Fundamentos psicológicos da prática odontológica*. Porto Alegre: D.C.Luzzato, 1988.

KRISTEVA, J. *O gênio feminino: a vida, a loucura, as palavras*. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

SAIMOVICI, E.; SAIMOVICI, H.C.K. Significado de la dentición y de los dientes en la obra de S. Freud, K. Abraham, S. Ferenczi y M. Klein. In: ABERASTURY, A. (Org.). *El psicoanálisis de niños y sus aplicaciones*. Buenos Aires: Paidós, 1972, p.163-191.

RECEBIDO: 17/09/2012

APROVADO: 22/09/2012

SOBRE O AUTOR

Ricardo Azevedo Barreto

Membro do Círculo Psicanalítico de Sergipe, filiado ao Círculo Brasileiro de Psicanálise. Psicólogo pela USP. Mestre e doutor (Área: Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) pela USP. Especialista em Psicologia Hospitalar pelo CEPSIC da Divisão de Psicologia do Instituto Central do Hospital das Clínicas da FMUSP. Tem experiência de treinamento no Butler Hospital (RI-USA). Editor da revista *Estudos de Psicanálise* do Círculo Brasileiro de Psicanálise no biênio 2008-2010. Professor titular da Universidade Tiradentes (UNIT), onde ensina nos cursos de Psicologia e Medicina.

Endereço para correspondência:

Avenida Gonçalo Prado Rollemberg, 211/606
São José - Centro de Saúde Prof. José Augusto Barreto
49010-410 – Aracaju/SE
E-mail: ricardobarreto@saolucas-se.com.br